



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ROBERTA MENEZES SOUSA

A CULTURA POLÍTICA FEMINISTA ENTRE PERMANÊNCIAS  
E RUPTURAS: UM ESTUDO COM AS JOVENS DO  
MOVIMENTO FEMINISTA DE FORTALEZA

RECIFE  
2014

ROBERTA MENEZES SOUSA

A CULTURA POLÍTICA FEMINISTA ENTRE PERMANÊNCIAS  
E RUPTURAS: UM ESTUDO COM AS JOVENS DO  
MOVIMENTO FEMINISTA DE FORTALEZA

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Rodrigues Costa

RECIFE  
2014



ROBERTA MENEZES SOUSA

A CULTURA POLÍTICA FEMINISTA ENTRE PERMANÊNCIAS  
E RUPTURAS: UM ESTUDO COM AS JOVENS DO  
MOVIMENTO FEMINISTA DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal de Pernambuco, como  
requisito para obtenção de título de Mestre  
em Serviço Social.

Aprovada em: 10/03/2014

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Rodrigues Costa (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Helena Lúcia Augusto Chaves (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Alcileide Cabral do Nascimento (Examinadora Externa)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Gilvania, pelo amor e apoio de sempre. Com ela tudo é mais fácil, simples e alegre. Aproveito para agradecer pela “bolsa mami’s”, que possibilitou que eu me mantivesse em Recife durante o mestrado.

À minha querida orientadora, Mônica Rodrigues Costa, pela oportunidade de aprender tanto durante suas aulas e orientações. Agradeço por sua atenção, presença constante, carinho e por ser uma pessoa tão amável e democrática.

Ao meu amor, André, por estar ao meu lado; pelo amor, carinho, paciência e o bom humor de sempre. Por nunca desistirmos de tentar!

À minha vó, por quem eu tenho tanto amor. Não tenho dúvidas de que se não fosse pelo Mal de Alzheimer, ela estaria vibrando com mais um sonho realizado.

À minha turma de mestrado, pessoas que quero bem demais! Darlânia, Suellen, Sheyla, Rud, Esdras, Luciene, Sâmia, Aline, Paula, Fernanda, Alcides, Valdécio, Priscila, Andressa e Rosângela.

Aos (às) professores (as) da Pós-Graduação em Serviço Social. À Anita Aline, ao Marco Mondaini, à Ana Arcoverde, à Juliane Peruzzo e à Ângela Amaral, o meu agradecimento especial!

Às professoras que estiveram na banca de qualificação e contribuíram com o presente trabalho, Karla Galvão e Helena Chaves. Agradeço também à Raissa Barbosa, orientanda da professora Karla, que disponibilizou sua dissertação.

Às minhas companheiras com quem não só dividi apartamento, mas histórias de vida, alegrias, choros e segredos: Patrícia, Edna, Darlânia, Suellen, Cláudia e Sara. Quero tê-las sempre por perto!

Às/aos companheiras/os Insurgentes do PSOL do Ceará e de Pernambuco, militantes corajosos que admiro e com quem partilho sonhos de uma sociedade justa e igualitária. Agradeço por contribuírem, de alguma forma, com a construção desta dissertação.

Às minhas amigas e eternas professoras Teresa Cristina Esmeraldo e Erlênia Sobral, pelos ricos e divertidos diálogos durante o mestrado.

Às amigas Conceição Moura e Verônica Fernandes, com as quais vivi momentos maravilhosos nessa cidade linda!

À amiga Helô e ao amigo Júnior, cearenses que reencontrei em Recife e que me ajudaram antes e durante o mestrado. À Saly, pelas risadas e amizade. Ao querido Evandro, pela escuta e pelas sugestões todas às vezes que o procurei. Ao Alexandre “Diabim” e à Glau, pelas farras inusitadas em *Hell Cife!*

À Tábata, Taciana, Clarinha, Ercília, Luciene Galvão e Caline, companheiras queridas que conheci durante a pós-graduação e por quem tenho grande carinho.

À minha querida Joice Nunes, revisora de textos, o meu agradecimento por cuidar e melhorar a presente dissertação. Deixo seu contato para quem precisar: [joicenunespapeloficio@gmail.com](mailto:joicenunespapeloficio@gmail.com).

Às professoras Helena Chaves e Alcileide Cabral, pela participação na banca de defesa da dissertação e contribuições ao presente trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão da bolsa de pesquisa.

## RESUMO

O presente trabalho analisa a cultura política do movimento feminista para identificar suas permanências e rupturas mediante realização de um estudo com as jovens feministas da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Por cultura política entende-se um conjunto visões de mundo, ideologias e práticas políticas. Com a crescente a entrada de jovens no movimento feminista buscou-se identificar as concepções de feminismo; os valores e princípios que subsidiam a prática política das jovens feministas; apreender o processo de transmissão do legado político feminista entre as velhas e novas gerações e analisar a relação entre as pautas políticas atuais e tradicionais do feminismo. A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamentou-se no método materialista histórico-dialético, pondo em evidencia as contradições e tensões presentes nas concepções de feminismo das jovens, suas ideologias e práticas, sobretudo, as mediações na cultura política do movimento feminista que articulam o passado e o presente. O diálogo com as jovens teve como apoio a técnica de entrevista semiestruturada na pesquisa de campo, com cinco jovens do movimento feminista de Fortaleza, durante os meses de outubro e novembro de 2013. Dentre os achados da pesquisa mais relevantes, identifica-se que há mais elementos que indicam continuidades na cultura política do movimento feminista, em seu ideário, visão de mundo, lutas, bandeiras do que rupturas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Cultura Política. Movimento Feminista. Juventude.

## RESUMEN

En este trabajo se analiza la cultura política del movimiento feminista para identificar sus continuidades y rupturas a través de un estudio con jóvenes feministas en Fortaleza, capital de Ceará. Para la cultura política significa un conjunto cosmovisiones, ideologías y prácticas políticas. Con la entrada cada vez mayor de los jóvenes en el movimiento feminista buscó identificar las concepciones del feminismo; los valores y principios que sustentan la práctica política de las feministas jóvenes; comprender el proceso de transmisión del legado político feminista entre las viejas y las nuevas generaciones, y para analizar la relación entre las agendas políticas actuales y tradicionales del feminismo. La investigación de carácter cualitativo, se basó en el método materialista histórico- dialéctico, destacando las contradicciones y tensiones presentes en las concepciones de las niñas feminismo, sus ideologías y prácticas, especialmente las mediaciones en la cultura política del movimiento feminista que articula la pasado y presente. El diálogo con los jóvenes era apoyar la técnica de entrevistas semi - estructuradas en el ámbito de la investigación con cinco jóvenes movimiento feminista de Fortaleza, durante los meses de octubre y noviembre de 2013. Entre los resultados de búsqueda más relevantes, se identifica que hay más elementos que indican continuidades en la cultura política del movimiento feminista, en su ideología, visión del mundo, las peleas, banderas que interrupciones.

**PALABRAS-CLAVES:** Cultura Política. Movimiento Feminista. Jóvenes.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1. MOVIMENTO FEMINISTA E A CONSTITUIÇÃO DE SUA CULTURA POLÍTICA</b> .....	16
1.1. Breve história do feminismo brasileiro: elementos constitutivos de uma cultura política.....	16
1.2. Teorias feministas: dos estudos da mulher ao enfoque de gênero .....	29
1.2.1. Teorias do patriarcado.....	29
1.2.2. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo .....	34
1.2.3. Teorias de gênero e seus deslocamentos.....	38
<b>2. JUVENTUDE E FEMINISMO: A BUSCA DO RECONHECIMENTO POLÍTICO PELAS JOVENS NO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO</b> .....	46
2.1. Algumas considerações sobre a categoria juventude.....	46
2.2. Os caminhos das jovens feministas na busca de reconhecimento político no movimento feminista brasileiro.....	51
<b>3. A CULTURA POLÍTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA: ENTRE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS</b> .....	61
3.1. O movimento feminista como campo da pesquisa.....	61
3.2. As jovens feministas entrevistadas .....	65
3.3. A aproximação das jovens ao movimento feminista.....	68
3.4. “Feminismo em marcha para mudar o mundo!”: concepção de feminismo.....	71
3.5. “ <i>Mudar a vida das mulheres para mudar o mundo</i> ”: princípios e valores constituintes da prática feminista .....	74
3.6. “Nosso corpo não está à venda. Nossa imagem não é mercadoria”: Quais as pautas que estão na agenda feminista hoje?.....	77
3.7. O processo de transmissão do legado político .....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	93
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	97
<b>ANEXOS</b> .....	106

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata-se de um estudo sobre as transformações da cultura política do movimento feminista, compreendida como um conjunto visões de mundo, ideologias e práticas políticas defendidas pelo feminismo, produtos de uma situação histórica e social das relações desiguais entre mulheres e homens. Cultura esta que toma como ponto de partida a opressão das mulheres, direciona seu conhecimento e sua ação política contra os preceitos patriarcais. O objetivo central da pesquisa é analisar as permanências e rupturas na cultura política deste a partir da realização de um estudo com as jovens integrantes do movimento feminista da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará.

A preocupação com os estudos sobre cultura política, movimento feminista e juventude adveio com o processo de renovação da militância feminista visível nos espaços de organização das mulheres, a partir da crescente entrada de jovens no feminismo brasileiro, sobretudo a partir da primeira década dos anos 2000. As *jovens feministas*<sup>1</sup> passaram a demarcar um lugar próprio para suas discussões e divulgar ideias e bandeiras sob uma perspectiva geracional, além de reivindicar-se enquanto segmento social específico do movimento feminista nos encontros nacionais, latino-americanos e caribenhos.

A compreensão da atual dinâmica do movimento feminista exige delinear alguns fenômenos que sustentam o presente estudo. O primeiro deles trata da constituição dessa nova força política: as *jovens feministas*, quando estas se inseriram como um segmento no interior do movimento feminista brasileiro. O pedido de reconhecimento político de sua identidade gerou questionamentos por parte das feministas mais antigas, pois ao longo da história, as jovens sempre estiveram presentes sem requerer reconhecimento, espaços próprios e discussões específicas no interior deste movimento.

---

<sup>1</sup> O termo “jovens feministas” refere-se ao surgimento do segmento de jovens no movimento feminista, assinalando uma dimensão geracional no feminismo, reivindicando espaços e especificidades.

As *jovens feministas* também tornaram-se objeto de investigação acadêmica. Algumas pesquisas foram desenvolvidas recentemente articulando as categorias gênero, feminismo e juventude. Zanetti (2011) trabalhou sob a ótica do protagonismo juvenil para analisar a inserção das jovens feministas no movimento da região metropolitana do Rio de Janeiro e compreender os elementos que contribuíam para a constituição da identidade destas jovens. Adrião e Mello (2009) evidenciaram os embates internos entre as gerações do feminismo, bem como as tensões entre as identidades *jovem* e *mulher*. Araújo (2013) problematizou as questões referentes à chegada e a participação juvenil no movimento feminista brasileiro, com foco na atuação das jovens feministas nordestinas. Os estudos na área ainda sinalizam para a multiplicidade de marcadores identitários e para os desafios impostos ao feminismo na busca de estratégias para a transmissão do seu ideário e formação das novas gerações a partir dessa intervenção do segmento juvenil (GONÇALVES; PINTO, 2011).

O aparecimento do segmento também reacendeu o debate sobre o sujeito político do movimento feminista face à sua heterogeneidade interna. Esse debate teve início nos anos de 1980, quando as mulheres negras e lésbicas alertaram que a opressão feminina não podia ser vista somente pelo viés de gênero, já que existiam múltiplas formas de dominação e opressão que se combinavam e determinavam, simultaneamente, o “destino” das mulheres. A partir daí, questionamentos foram feitos sobre a validade de fundamentar a política feminista na “mulher”, levando a cabo a desconstrução dessa categoria diante da heterogeneidade distribuída segundo critérios de raça, classe e orientação sexual.

As perspectivas teórico-políticas contrárias às tentativas de desestabilizar e esvaziar o sujeito político do feminismo defendem o uso da categoria *mulher*, mesmo compreendendo que elas não constituem um todo homogêneo e experimentam a opressão através das múltiplas posições do sujeito. Em acordo com Costa (2002), a diversidade de sujeitos colocou a necessidade de construir articulações entre estas diferentes posições, abrindo possibilidades para o fortalecimento de um projeto feminista mais amplo, ao invés de significar um enfraquecimento ou abandono de uma perspectiva comum.

Com suporte nesse breve panorama, nos estudos já desenvolvidos na área e na minha experiência como integrantes do movimento feminista de Fortaleza e nacional, identificou-se como questão de pesquisa as permanências e rupturas na

cultura política do movimento feminista em Fortaleza, tendo em vista que houve um processo de renovação da sua militância. Hoje, são as jovens que praticamente conduzem este movimento na cidade, principalmente no tocante à organização e mobilização das mulheres, ao discurso público e à representação do movimento.

Como objetivos específicos, buscou-se identificar as concepções de feminismo, os valores e princípios que subsidiam a prática política das jovens feministas; apreender como se realiza o processo de transmissão do legado político feminista entre as velhas e novas gerações; e analisar a relação entre as pautas políticas atuais e as pautas políticas tradicionais do feminismo.

O estudo pretendeu responder algumas questões que orientaram o processo de pesquisa, a saber: que concepções de feminismo influenciam a prática política? Como se estabelece o diálogo entre o legado histórico-político do movimento feminista e as novas gerações do respectivo movimento? O que se atualiza, renova-se, e o que permanece como questões políticas levantadas pelo movimento? Quais as contribuições das jovens feministas? Quais os desafios que estas consideram para o movimento hoje?

A aproximação e o interesse pela temática deve-se a minha experiência pessoal na militância feminista, inicialmente no grupo Marcha Mundial das Mulheres<sup>2</sup> e na participação de encontros e atividades, durante os anos 2000, com os demais agrupamentos feministas da cidade e em nível nacional. A entrada no movimento estudantil da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e os estudos realizados no Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALSS) acerca das relações de gênero e do feminismo impulsionaram o envolvimento com as questões das mulheres na Universidade, o que resultou no engajamento no movimento feminista.

Durante o período da graduação em Serviço Social, elaborei uma monografia sobre as relações de gênero no movimento estudantil da UECE. Naquele momento, observei que as pesquisas realizadas sobre gênero e política destacavam, geralmente, mais os aspectos da política formal e analisavam fatores quantitativos. Os estudos sobre a evolução numérica da participação feminina nas hierarquias de

---

<sup>2</sup> Por divergências políticas, atualmente não milito mais na Marcha Mundial das Mulheres. Encontro-me filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e faço parte do Setorial de Mulheres Rosa Luxemburgo do respectivo partido.

partidos políticos, sindicatos ou instituições formais, bem como em cargos eletivos predominavam, em detrimento dos trabalhos sobre o acesso desigual de homens e mulheres às hierarquias das organizações, as práticas, valores e comportamentos políticos no cotidiano da militância nas organizações políticas.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS – UFPE) proporcionou a retomada dos estudos de gênero e feminismo através da disciplina eletiva Gênero e Serviço Social, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Costa, orientadora do presente trabalho, assim como por meio dos diálogos realizados nos encontros de orientação para a elaboração do projeto de pesquisa.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa - de natureza qualitativa - fundamentou-se no método materialista histórico-dialético como instrumento de mediação entre o homem que conhece e o objeto a ser investigado, na reprodução ideal do movimento deste último, superando a dualidade sujeito-objeto na construção do conhecimento (ARAÚJO, 2003). A existência e o movimento do real independem da consciência do pesquisador, posto que há uma existência objetiva. O real é transposto e interpretado pelo plano ideal do pensamento. A realidade constitui-se como objeto que tem historicidade e é concreta, que se mostra de forma caótica ao sujeito.

Karl Marx, em *A Crítica da Economia Política*, no capítulo “O Método da Economia Política”, fala que para desvelar o real, o método de investigação tem como ponto de partida o concreto real, que *a priori* configura-se como uma *representação caótica do todo*. Através de análises, do afastamento do real, passaria-se a abstrações cada vez mais tênues até atingir determinações as mais simples (Marx, 2007). No caminho de volta, o real é reencontrado, desta vez não mais como ideia caótica do todo, mas como rica totalidade, síntese de múltiplas determinações e relações, ou unidade de complexos.

Nessa perspectiva, procurou-se apreender e dar visibilidade às contradições e tensões inerentes à cultura política feminista, bem como às mediações existentes entre o passado e o presente, diante das transformações ocorridas no movimento ao longo dos anos, resultantes de múltiplas determinações. Para tanto, ao considerar que os sujeitos e as realidades são constituídos por elementos temporais, procuramos, através das jovens feministas, apreender as continuidades e rupturas na cultura política.

O primeiro contato com o campo de pesquisa deu-se em abril de 2013, com um grupo de sete jovens militantes do movimento feminista de Fortaleza, por meio da realização de um pré-teste de grupo focal<sup>3</sup> - proposta de trabalho para a disciplina de Metodologia de Pesquisa em Serviço Social com o objetivo de avaliar a validade da técnica para coleta de informações da pesquisa. Nesse momento, discutiu-se com o grupo o tema *As jovens feministas e a cultura política no Movimento Feminista*.

Avaliou-se que o grupo focal foi satisfatório como técnica exploratória, porque contribuiu na etapa inicial dos estudos para subsidiar a elaboração do projeto de pesquisa, bem como para a reformulação do problema e dos objetivos. No entanto, percebeu-se que a utilização da técnica durante o processo da pesquisa demandaria manter-se em campo por um tempo maior para realizar novos encontros - na intenção de ampliar as informações obtidas no momento - e a construir uma agenda coletiva. Houve uma dificuldade percebida no dia do encontro, quando algumas jovens desmarcaram de última hora e teve-se que contar com a ajuda de pessoas-chaves que contribuíram para o estabelecimento de outros contatos.

Decorrente dessa aproximação, verificou-se que as jovens se organizam de forma diversificada em grupos feministas, núcleos e setoriais de mulheres de partidos políticos, fóruns de mulheres, coletivos estudantis e grupos culturais, a saber: Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Movimento Mulheres em Luta (MML); Fórum Cearense de Mulheres (FCM); Setorial de Mulheres Rosa Luxemburgo-PSOL; Núcleo de Mulheres-PSTU; Coletivo de Mulheres Ana Montenegro-PCB; Tambores de Safo; Cumades do Rap e Coletivo Mucama.

Após a avaliação do grupo focal, priorizou-se a entrevista semiestruturada para a coleta de dados porque “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987,

---

<sup>3</sup> O grupo focal é uma técnica empregada no âmbito das abordagens qualitativas em pesquisa social, especialmente nas investigações em Ciências Sociais e Ciências Humanas, como instrumento de levantamento de dados. A utilização do grupo focal como meio de pesquisa “tem de estar interagindo ao corpo geral da pesquisa e a seus objetivos, com atenção às teorizações já existentes e às pretendidas” (GATTI, 2005, p. 8). Possibilita obter pontos de vista, experiências, sentimentos, análises, críticas, perspectivas sobre o tema em debate, além possibilitar o fornecimento de teorizações em campo. Dentre os cuidados metodológicos da técnica estão a manutenção do foco no assunto em pauta e a criação de um clima aberto às discussões, requisitos para que os participantes possam expressar-se e o moderador reunir o máximo de informações sobre o tópico em discussão (Idem, 2005).

p.146). Este tipo de entrevista, segundo o autor citado, favorece tanto a descrição dos fenômenos sociais quanto sua explicação e a compreensão de sua totalidade.

Realizamos a pesquisa de campo, de caráter qualitativo, com as jovens do movimento feminista de Fortaleza durante os meses de outubro e novembro de 2013, após parecer consubstanciado do Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), autorizando o início da coleta de dados.

O roteiro da entrevista conteve perguntas formuladas a partir dos objetivos geral e específicos. A primeira parte da entrevista foi direcionada à caracterização das entrevistadas: idade, ocupação, estado civil, orientação sexual, raça/etnia e tempo de militância no movimento feminista. A segunda parte esteve mais relacionada ao perfil de participação, a aproximação e o ingresso no movimento, a caracterização e dinâmica do grupo que participa e a apreensão dos elementos que pudessem apresentar continuidades e rupturas na cultura política.

Durante esse processo, ampliamos por vezes o campo interrogativo para esclarecer as respostas obtidas, uma vez que outras questões surgiram. Triviños (1987) acrescenta que as perguntas fundamentais da entrevista semiestruturada são resultados não só da teoria que baseia a ação do pesquisador, mas também de todas as informações que já coletou sobre o fenômeno social.

Seriam entrevistadas, inicialmente, dez jovens mulheres, obedecendo alguns critérios de inclusão. Para garantir a representatividade e a pluralidade que caracterizam o movimento feminista, elegeu-se jovens das dez organizações supracitadas, mas com a aproximação ao campo de pesquisa, observou-se que algumas delas faziam parte de duas a três organizações feministas, o que reduziu o número de entrevistas para oito. Entretanto, não se conseguiu o contato de representantes do Coletivo Mucama, e não se realizou a entrevista com as *rappers* do grupo Cumades do Rap. A respectiva entrevista chegou a ser agendada três vezes, mas suas componentes desmarcaram em razão de imprevistos de última hora. A entrevista com a jovem do Coletivo Ana Montenegro também ficou comprometida, pois no momento ela estava na ocupação da Assembleia Legislativa de Fortaleza, participando de uma audiência sobre a greve das universidades estaduais. A entrevista foi interrompida por não garantir o sigilo necessário e pelo barulho do ambiente. Esses acontecimentos reduziram o número de entrevistas ao total de cinco.

A maioria das entrevistas foi realizada na Universidade Federal do Ceará (UFC), e na Universidade Estadual do Ceará (UECE), locais sugeridos pelas jovens.

Duas destas foram realizadas em salas de aulas desocupadas; as outras duas, em espaços abertos, mas silenciosos e sem movimentação. Somente uma entrevista foi realizada na residência da informante.

O segundo critério considerado para a escolha das interlocutoras foi o tempo de militância, que deveria ser compreendido entre os anos 2000 e 2010, assim como elas deveriam ter entre 18 e 29 anos. Algumas delas que ingressaram no feminismo neste período acompanharam os principais eventos feministas nacionais e fizeram parte do contexto em que as jovens passaram a reivindicar reconhecimento político como segmento no interior do movimento feminista brasileiro. Ser referência para suas organizações foi o último critério.

É importante destacar que o contato com as jovens entrevistadas foi facilitado devido a minha militância no movimento feminista desde o início dos anos 2000 na cidade de Fortaleza. Portanto, já conhecia parte das mulheres, e essas contribuíram na identificação das militantes dos coletivos mais recentes. O convite para participar da pesquisa foi realizado através da rede social *Facebook* e por telefone. As entrevistas foram realizadas presencialmente, mediante a apresentação da proposta de estudo, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para obter anuência das entrevistadas e da concordância para o uso do gravador, a fim de garantir a fidedignidade das informações.

Posteriormente todas as falas foram transcritas, organizadas quanto ao conteúdo e categorizadas para, posteriormente, serem analisadas. A categorização é o momento em que os conteúdos – achados da pesquisa - são aglutinados e nomeados em termos de conceitos a serem utilizados no processo de análise

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro versa sobre a constituição da cultura política feminista, com uma breve historização do movimento feminista brasileiro, a discussão teórica com base em Antonio Gramsci sobre o conceito de cultura política e a exposição sobre as principais correntes do pensamento feminista. O segundo capítulo trouxe o terreno de crescimento e consolidação das jovens enquanto grupo específico no feminismo, os estudos de algumas autoras que abordam a temática e as primeiras reflexões sobre as categorias juventude e feminismo. No terceiro capítulo analisa-se as permanências e rupturas na cultura política do movimento feminista de Fortaleza, privilegiando como interlocutoras as jovens feministas.

## **1. MOVIMENTO FEMINISTA E A CONSTITUIÇÃO DE SUA CULTURA POLÍTICA**

### **1.1. Breve história do feminismo brasileiro: elementos constitutivos de uma cultura política**

Os movimentos de emancipação das mulheres surgiram com o advento do capitalismo, no século XVIII, particularmente na França e na Inglaterra, mas se manifestaram de forma mais intensa, como ação coletiva, na primeira metade do século XX. A emergência do movimento feminista é resultado de processos coletivos determinados por fatores de ordem econômica, social, política e cultural, historicamente situados e condicionados pelos contextos sócio- históricos de cada lugar e período (SARDEMBERG; ALCÂNTARA, 1985). Como movimento e instrumento de luta, o feminismo é:

A teoria e a prática da luta pela libertação das mulheres, a ação política para construir uma sociedade igualitária entre mulheres e homens, ou seja, para construir relações igualitárias, romper com as desigualdades das relações sociais de sexo ou de gênero (GODINHO, 2008, p. 17).

O reconhecimento da experiência de opressão sistemática e da exploração como algo comum às mulheres em suas relações sociais, é pressuposto do processo de tornar-se feminista e da constituição do movimento em si (CAMURÇA, 2007). Se a opressão e a exploração se situam nas relações sociais, considera-se que ambas variam de acordo com cada contexto específico, em que as formas de dominação sobre as mulheres tomarão diversas e complexas configurações. Não se pode desconsiderar que existem variações nas situações de dominação e subordinação femininas quando associadas às hierarquias de raça, etnia e classe social, às questões de orientação sexual e geracionais, e quando situadas em sociedades e épocas diferentes, o que implicará em especificidades nas lutas e nos movimentos feministas de cada país.

Na perspectiva de construção de relações igualitárias, as primeiras lutas se deram nos marcos da reivindicação de direitos no questionamento das desigualdades formal e legal, devido ao “descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e

mulheres” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144). As referidas lutas aconteceram entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, e suas reivindicações abrangeram basicamente o direito ao voto e o acesso à educação.

No Brasil, a luta feminista pelo acesso das mulheres à educação formal, compreendida entre meados do século XIX até os anos 40 do século XX, direcionou-se para a eliminação do analfabetismo entre as mulheres e a possibilidade de ingressar no ensino superior. A negação do direito à educação prejudicou a construção da história das mulheres, pois “até o final do século XIX, bem poucas tinham aprendido a ler e a escrever” (HAHNER, 2003, p.117). Segundo o censo de 1872, em uma população total de 10.112.061, apenas 550.981 mulheres livres e 455 escravas eram capazes de ler e escrever. As portas das instituições de educação superior abriram-se para as mulheres somente no final do século XIX, em 1879, com a lei da reforma educacional. Porém, o seu acesso só foi possível para as mulheres pertencentes à classe média e à elite brasileira.

Segundo Hahner (2003), as primeiras opositoras à subordinação das mulheres e defensoras de sua emancipação foram as professoras que, através da palavra impressa, expressavam suas ideias. Até a primeira década do século XX, poucas mulheres que estavam à frente das lutas pela emancipação feminina teriam adotado as designações *feminismo* e *feminista*, e o movimento pelos direitos da mulher esteve basicamente associado ao movimento sufragista (Idem, 2003), que ampliou seu espectro de reivindicações para a redução da jornada de trabalho, melhorias salariais e condições de trabalho e licença-maternidade. Porém, a relação entre as classes sociais revelou-se difícil e o sufrágio feminino no Brasil

Foi essencialmente um movimento da classe média em prol de uma mudança judicial para garantir o voto daquelas que haviam alcançado a mesma qualificação que os homens, não uma tentativa de revolucionar o papel da mulher na sociedade, nem a própria sociedade em si (HAHNER, 2003, p. 31).

A partir da conquista do direito ao voto, o movimento feminista desarticulou-se na grande maioria dos países latino-americanos. Esta tendência também se fez presente nos países europeus e nos Estados Unidos, o que não significou um afastamento das mulheres dos movimentos políticos de uma forma geral.

Nos anos 60, num cenário de contestação social aos valores, padrões, comportamentos e às práticas vigentes na sociedade, surge o Novo Feminismo. Novo

porque a sua luta estava para além da igualdade jurídica de direitos entre os gêneros. Sua proposta consistiu em travar uma luta pela transformação das relações afetivas, sexuais e materiais “em torno da afirmação de que o “pessoal é político”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político” (COSTA, 2005, p. 10).

Rompendo com os limites desse conceito e a dicotomia entre o público e o privado, as feministas situaram as opressões que perpassavam o cotidiano das mulheres - particularmente na vida doméstica, sexual e familiar - como relações políticas. Mediante essa bandeira sobre o caráter político da opressão feminina, “vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado” (COSTA, 2005, p. 11), a autora ressalta que o movimento feminista chama a atenção das mulheres ao afirmar que essas questões poderiam ser resolvidas com ações políticas no âmbito público.

Na América Latina, como consequência da resistência das mulheres às ditaduras e às falsas democracias e de sua intrínseca ligação aos movimentos de oposição aos regimes ditatoriais, o movimento feminista renasce (COSTA, 2005) sob o impacto do movimento feminista internacional e o efeito da modernização, a partir da entrada das mulheres no mercado de trabalho e na educação superior nos países ocidentais. Segundo Hobsbawn,

A entrada em massa de mulheres casadas, ou seja, em grande parte mães no mercado de trabalho e a sensacional expansão da educação superior formaram o pano de fundo, pelo menos nos países ocidentais típicos, para o impressionante florescimento dos movimentos feministas a partir da década de 1960. Na verdade, os movimentos de mulheres são inexplicáveis sem esses acontecimentos (HOBSBAWN, 1991, p. 305).

No Brasil, os ventos do chamado Novo Feminismo começaram a chegar em meados da década de 1960. No entanto, surgia em um contexto marcado pela irrupção da Ditadura Militar, repressão e perseguição aos movimentos sociais, aos partidos políticos de esquerda e às lideranças comprometidas com os ideais libertários e emancipacionistas. Os grupos feministas, segundo Sarti (2001, p. 31), estavam ligados “às diversas organizações de influência marxista, clandestinas à época, e nasceram fundamentalmente comprometidos com a oposição à ditadura e com as lutas “pelas liberdades democráticas” e pela anistia”.

No cenário de lutas contra o regime militar e pela redemocratização do país por meio do engajamento político nos partidos políticos de esquerda e nos movimentos culturais de questionamento aos padrões de comportamento vigentes, o discurso feminista também penetrou nestes espaços, sobretudo a partir dos anos de 1970. As mulheres emergem como sujeitos políticos

[...] nos “novos” movimentos sociais graças aos mecanismos de participação “direta”, a ausência de hierarquias entre temas gerais e específicos, permitindo uma inter-relação entre questões do cotidiano e questões políticas, bem como uma maior flexibilização na própria construção do modelo de militância pautado na dedicação integral a uma causa (BEZERRA, 1992, p.10).

Na construção do movimento feminista brasileiro estavam mulheres que já militavam nas organizações de esquerda e mulheres da classe média que romperam com o isolamento e confinamento na esfera doméstica e com a sua subordinação no espaço público, criando grupos autônomos de mulheres com a sua própria teoria, política e práticas. O movimento de mulheres passou a questionar o papel destas na família, no trabalho e na sociedade, lutando

Por uma transformação nas relações humanas e pela extinção das relações baseadas na discriminação social e de gênero [...]. Para as mulheres, esse feminismo significa também um processo de reeducação, ruptura com uma história de submissão, e descobrimento das próprias potencialidades (SARDENBERG; ALCÂNTARA, 1985, p.17-18).

Os anos 1970 foram também um período em que as feministas repensaram sua relação com os partidos políticos, a igreja progressista e o Estado. Predominava na esquerda latino-americana a visão que as organizações de mulheres se tratavam de grupos burgueses ou pequeno-burgueses, ou, ainda, uma divisão da classe trabalhadora, o que gerava múltiplas tensões que caracterizavam as relações entre feminismo e esquerda (COSTA, 2005). A autora ainda aponta que o que diferenciou o feminismo latino-americano (incluindo o caso brasileiro) do norte-americano e europeu, foi que o rompimento das feministas com a esquerda se deu em termos organizativos; porém, os vínculos ideológicos e o compromisso com a mudança radical das relações sociais de produção mantiveram-se concomitantes à luta contra o sexismo no interior da esquerda. Logo, a questão da defesa da autonomia

[...] como um princípio organizativo do feminismo não implicava uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades, apenas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias (COSTA, 2005, p. 16).

Neste período, a visibilidade dos movimentos feministas tornou-se mais evidente em escala internacional por meio de suas ações, pressões e reivindicações, contribuindo para que a Organização das Nações Unidas (ONU) instituisse, a partir de 1975, a Década da Mulher. A partir de então, campanhas, pesquisas, programas e projetos sociais proliferaram, sendo todos voltados para o combate à violência, ao preconceito e à discriminação em relação às mulheres, em diversos campos e com caráter mundial.

Na década seguinte, com o aumento do eleitorado feminino brasileiro, os candidatos começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas, e os partidos políticos criaram os chamados *departamentos femininos*. Mesmo assim, ainda predominava nos partidos políticos, em sua linha programática, o discurso da supremacia das “lutas gerais” sobre as “específicas”. As feministas

[...] marcadas por uma experiência política na esquerda brasileira, já que muitas eram ex-militantes políticas e vinham do exílio forçado no exterior, ou das prisões, entenderam que o movimento pelos direitos das mulheres, no Brasil, deveria ser diferenciado e não subordinado às lutas que despontavam em múltiplos espaços sociais e políticos pela redemocratização do país. Acima de tudo, as primeiras feministas questionavam radicalmente as relações de poder que se estabeleciam inclusive dentro das entidades de esquerda e lutavam para impedir que, através do discurso da Revolução, a questão da dominação machista fosse preterida. Não obstante, muitas traziam uma referência ideológica marxista, a partir da qual pensavam as relações entre os sexos (RAGO, 1995, p. 33-34).

O movimento em si se dividiu entre as militantes que permaneceram nos partidos e entre aquelas que se concentraram somente no movimento. Dentro do próprio feminismo começavam a aparecer as diferenças, que se evidenciavam na sua composição heterogênea: classes sociais antagônicas, negras e brancas, homossexuais e heterossexuais. Além desses fatores que contribuíram para dar visibilidade à heterogeneidade dos grupos de mulheres, críticas emergiram em relação ao modelo de disputa da direção do movimento, muitas vezes assemelhando-

se às concepções políticas e aos padrões masculinos. Questões referentes ao corpo, ao desejo, à saúde, à família, à sexualidade, antes secundarizadas, passaram a ser politizadas, tratadas nos grupos feministas e nos debates acadêmicos,

[...] dando visibilidade ao que antes fora escondido e recusado, o que inevitavelmente levou a uma radicalização da potencialidade transformadora da cultura feminina/ista em contato com o mundo masculino. Tratava-se, então, não mais de recusar o universo feminino, mas de incorporá-lo renovadamente na esfera pública, o que se traduziu também por forçar um alargamento e uma democratização da esfera pública masculina (RAGO, 1995, p. 37).

A partir dos anos 80, o feminismo assumiu uma diversidade que se mostrou na multiplicidade de novas formas de organização, reivindicações e formas de luta, voltadas para as questões referentes ao corpo, à saúde, à sexualidade feminina e para a violência (SOARES, 1994). Os encontros feministas nacionais, em meados de 80, propiciaram uma maior articulação das categorias *classe*, *gênero* e *raça*, para a compreensão mais concreta da exclusão das mulheres e da própria diversidade presente no movimento feminista, favorecendo a articulação de outros sujeitos políticos do feminismo, como as negras e as lésbicas. As diferenças culturais nas experiências e práticas das mulheres exigiram do feminismo o reconhecimento do princípio da heterogeneidade da condição destas, para possibilitar a existência de um campo comum na ação para construir um diálogo dentro da pluralidade (SOARES, 1994, p. 45).

No âmbito da intervenção política, buscou-se manter duas estratégias: uma no Estado, atuando nas instâncias governamentais, e outra na manutenção da autonomia do movimento. Esse diálogo entre Estado e parte do movimento feminista gerou um novo conflito entre aquelas que apostavam na possibilidade de avanços nos direitos das mulheres através da implantação de políticas públicas e aquelas que destacavam o “enorme perigo de cooptação e institucionalização do movimento feminista” (RAGO, 1995, p. 40). O período se caracterizou pela possibilidade de implementação de políticas para as mulheres através da eleição de partidos políticos de oposição para governos municipais e estaduais, e da criação e ocupação dos Conselhos de Direitos da Mulher, como novos interlocutores na relação com os movimentos. Mas logo, as feministas tiveram de reconhecer e atentar-se para a importância de ocupar o Estado, devido a possibilidade deste em desenvolver políticas sociais que contribuíssem para

as mudanças na condição feminina, embora tivessem de reconhecer os limites das mudanças diante um Estado patriarcal (COSTA, 2005).

Outro fato importante da época foi a campanha do movimento feminista e de mulheres, do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) e das parlamentares mulheres em defesa de uma legislação mais igualitária durante a Assembleia Nacional Constituinte, apresentando suas demandas à sociedade e aos constituintes, através da *Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte*. A ação ficou conhecida como *Lobby do Batom* e teve aprovação de 80% de suas reivindicações, atuando de forma conjunta a

Chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento (COSTA, 2005, p. 18).

Os anos de 1980 finalizaram com a dissolução do CNDM pelo governo Sarney, e os anos 1990 iniciam com a falta de credibilidade do movimento feminista autônomo em relação ao aparelho estatal. O período assinala o avanço da profissionalização e especialização de setores do feminismo, com a consolidação das organizações não governamentais feministas, que passam a exercer pressão sobre o Estado na busca de influenciar nas políticas para as mulheres, desenvolvendo serviços e produzindo conhecimentos. Multiplicam-se as modalidades organizativas e as identidades feministas no interior do movimento, a exemplo do feminismo popular e das organizações feministas das mulheres negras (COSTA, 2005).

Nos anos 1990, as feministas brasileiras começam a participar mais ativamente dos fóruns políticos internacionais, como a Conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92), a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos e a IV Conferência Mundial das Mulheres, em 1995, em Beijing. Durante os encontros preparatórios para a Conferência de Beijing, criou-se a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing-95, com o objetivo de fortalecer e unificar o movimento feminista, o que culminou na construção de uma agenda comum centrada nas demandas das mulheres de todas as classes e grupos étnico-raciais (SOARES, 1994).

Na agenda feminista foram introduzidas novas temáticas como “as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos

políticos e, mais recentemente, nas listas de candidaturas aos cargos legislativos” (Idem, 1994, p. 47), como medidas para superar a ausência ou pouca presença das mulheres nesses espaços de participação hegemonicamente ocupados por homens onde se reproduzem as desigualdades de gênero. Soares ainda destaca a luta pela legalização do aborto, tema antigo do movimento, que conseguiu um maior envolvimento por parte das mulheres após a democratização do país.

O contexto social e político macro, inaugurado ao final dos anos 1990 e marcado pelas políticas neoliberais, trouxeram graves consequências para a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras. As chamadas contrarreformas, desde então, vêm aprofundando as desigualdades socioeconômicas, com o aumento da pobreza e da pauperização em massa, delineando o fenômeno denominado de *feminização da pobreza*. Este termo elucida os impactos desiguais da crise capitalista global sobre a vida de mulheres das camadas mais empobrecidas, afirmando que pobreza tem sexo e raça, que as mulheres são a maioria entre os pobres do mundo, sua renda não acompanha a dos homens e o desemprego e a precarização do trabalho entre elas aumentou (MARIANO; CARLOTO, 2009).

A mundialização do capital representou também uma nova fase de mundialização das lutas sociais e ações coletivas, com a organização de novas formas de confrontação social com a lógica destrutiva do capital em curso na sociedade contemporânea (ANTUNES, 2003). O movimento feminista passou a ser cada vez mais praticado como política transnacional, atravessando as fronteiras dos Estados territoriais (FRASER, 2007).

O feminismo transnacional é definido como “movimento atento às interseções entre nacionalidade, raça, gênero, sexualidade e exploração econômica numa escala mundial, em decorrência principalmente da emergência do capitalismo global” (CYPRIANO, 2013, p. 11), na luta internacional contra o neoliberalismo e por justiça social. Nesse contexto, o movimento feminista brasileiro e latino-americano estabeleceram articulações políticas e laços com o feminismo internacional<sup>4</sup>,

---

<sup>4</sup> No processo de articulação internacional do feminismo, se consolidam no final dos anos 90 e início dos anos 2000, no Brasil, os grupos feminista Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). O primeiro apresenta como bandeiras centrais a luta contra a violência, às causas estruturais da pobreza e o sistema capitalista, inserindo-se no contexto de ações antiglobalização capitalista, denunciando o empobrecimento das mulheres e as formas de inserção precárias do trabalho feminino. O segundo, que surge no processo de construção da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, tem como linhas de atuação política o enfrentamento ao sistema patriarcal e capitalista, ao racismo e às políticas neoliberais.

desempenhando um papel de protagonismo na formação dessas redes internacionais o que proporcionou novas experiências no ativismo político e social, sem desconsiderar seus próprios desafios e suas questões particulares. Essas redes se caracterizam pela presença de uma “solidariedade entre organizações diferentes, movimentos sociais ou forças políticas de diversos países ou continentes que se ajudam e se associam num mesmo combate” (LOWY, 2008, p. 33) em torno do movimento de resistência à globalização capitalista.

No âmbito do feminismo, mesmo com a incorporação de alguns elementos do ideário feminista nas plataformas e acordos internacionais dos anos de 1990,

[...] a intensificação da globalização neoliberal, o enxugamento cada vez mais dramático dos Estados nacionais, os processos de ajuste econômico e a concomitante erosão da cidadania e das políticas sociais, com efeito, bloquearam qualquer possibilidade de mudança mais significativa nos direitos e condições de vida das mulheres. (ALVAREZ, 2003, p. 534- 535).

As feministas brasileiras e latino-americanas entraram nesse circuito não apenas como mulheres do considerado “Terceiro Mundo” – geralmente vistas pelos feminismos europeus e norte-americanos somente como vítimas da opressão (JAQUETTE *apud* CYPRIANO, 2013) -, mas como organizadoras dessas redes internacionais, como agentes de mudanças e (re) criadoras da teoria feminista que, ao aprenderem com as teorias universais, “passaram também a criticá-las e desde então começaram a produzir respostas às suas inquietações” (CYPRIANO, 2013, p. 13).

O caminho da produção de conhecimento do feminismo brasileiro e latino-americano visa a construção de um saber que entrelace o local e o global, o particular e o universal, em diálogo com as teorias universais feministas que trazem contribuições para refletir o Brasil e a América Latina, mas tecendo críticas em suas limitações para compreender os dilemas mais peculiares da região. As críticas se referem ao fato da não visualização da pluralidade e da diversidade das experiências das mulheres relacionadas com as particularidades da formação social de cada país, como aqueles de sistema ou herança colonial; pelo racismo; pelas desigualdades de classe social; pela política heterossexual, dentre outros.

---

No âmbito da ação política, os esforços e desafios se revelam através da construção de uma agenda política comum que evidencie tanto as questões específicas e contextuais das mulheres no reconhecimento da heterogeneidade das formas de opressão e exploração vividas por elas, como manifeste os aspectos mais universais que possam indicar a existência de uma solidariedade feminista internacional, em nome da construção de um projeto global de transformação mais ampla das relações sociais.

Recorrer às experiências passadas nessa breve exposição do percurso do movimento feminista brasileiro constituiu-se como uma estratégia para pensar a atualidade do seu legado político e analisar as principais transformações e permanências na cultura política do feminismo na contemporaneidade.

Olhar para o passado, portanto, é uma forma de situá-lo no contexto das lutas sociais e das gerações feministas contemporâneas, e apreender as mudanças, os novos enfrentamentos, as novas dinâmicas de organização do movimento, as bandeiras recentes. Em concordância com Costa, o feminismo brasileiro mudou no decorrer das décadas:

[...] a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz (COSTA, 2005, p. 9).

Enquanto organização que contém em si uma concepção de mundo, uma filosofia que se transformou em movimento político-cultural, em atividade prática, o movimento feminista é um portador material de cultura que tem como crítica e finalidade a transformação das relações sociais desiguais de gênero na defesa da libertação das mulheres. A cultura política do movimento feminista é constituída por um conjunto de percepções, visões de mundo e práticas políticas construídas historicamente, e que direcionam sua ação.

No sentido gramsciano (com o qual dialogamos), a cultura é entendida como modo de pensar e tem um importante papel na reprodução ou na transformação da sociedade. Nos escritos pré-carcerários (1916-1926), especificamente em *Socialismo e Cultura* (1916), Gramsci afirma que a cultura não é propriedade dos grandes intelectuais e precisa deixar de ser concebida

Como saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob a forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos, de fatos brutos e desconexos, que ele depois deverá classificar em seu cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder em seguida, em cada ocasião concreta, responder aos vários estímulos do mundo exterior. Essa forma de cultura é realmente prejudicial, sobretudo para o proletariado (GRAMSCI, 2011, p. 53-54).

Na contramão de uma definição sintonizada com o modo burguês de conceber cultura, Gramsci compreende o homem como espírito e criação histórica capaz de desenvolver uma consciência reflexiva e crítica na problematização do próprio conhecimento em sua relação com a realidade concreta, para melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la. Cultura é, portanto,

Organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres (Idem, 2011, p. 54).

A cultura, como crítica e condição para uma mudança revolucionária, significa ter consciência de si em oposição aos outros, que se transforma também na crítica dos seus inimigos (DIAS, 2000, p. 67). A cultura é um elemento de direção intelectual e de massa, é ponto de partida da formação unitária do proletariado, da cultura socialista e arma de superação da indiferença, na crítica radical à civilização capitalista (GRAMSCI, 2011). Com a intensificação da luta de classes, este passa

[...] cada vez mais de caos-povo a pensamento organizado, tornando-se cada vez mais consciente do próprio poder, da própria capacidade de assumir a responsabilidade social, de converter-se em árbitro do próprio destino (GRAMSCI, 2011, p. 63).

No caso particular do movimento feminista, este tem a tarefa primordial de contribuir para que o seu sujeito político - no caso, as mulheres - tomem consciência da sua própria opressão e exploração; o que implica fornecer elementos, do ponto de vista teórico e organizativo, para uma elaboração coletiva que explique a subordinação feminina e pense as formas de ação política para superar esta situação. Essa tomada de consciência “é resultante e pressuposto, do processo de formar-se mulher feminista (CAMURÇA, 2007, p. 13). Para tanto, faz-se necessário que o movimento feminista se popularize, estenda-se e organize politicamente “as mulheres

conscientes de sua força de oprimidas” (DELPHY *apud* CAMURÇA, 2007), razão de ser do movimento feminista, criando raízes onde elas são violentadas e exploradas (ÁVILA, 2007).

Parafraseando Gramsci, adquirir a consciência pelo que se luta, enquanto elemento ideológico em contraposição ao elemento “espontaneidade”, torna-se necessário para que as mulheres compreendam as condições nas quais se luta, as relações sociais em que vivem, “das tendências fundamentais que operam no sistema dessas relações, do processo de desenvolvimento que a sociedade sofre pela existência em seu seio de antagonismos inelimináveis etc” (GRAMSCI, 2011, p. 99). Para o autor,

Toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que era inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação (Ibidem, 2011, p. 55).

Compreender seus próprios direitos e seu valor histórico é adquirir consciência crítica à civilização patriarcal, capitalista, racista, heteronormativa; o que pode possibilitar a formação de uma consciência feminista unitária, sem descartar todas as tensões que permeiam a construção de uma agenda comum voltada para a elaboração de uma nova cultura, ao considerar as diferentes desigualdades vivenciadas pelas mulheres.

Para Gramsci, a preparação e a luta ideológica não poderia ser negligenciada: ela é uma necessidade para a luta revolucionária e indispensável para a vitória (GRAMSCI, 2011). Não é possível uma transformação social sem mudanças radicais na cultura. A luta deve ultrapassar a renovação política, econômica e social, passando por uma revolução cultural, o que implica um esforço contínuo pela conquista da hegemonia, antes mesmo da tomada do poder. A supremacia de um grupo social se manifesta na forma de domínio, e como direção intelectual e moral. Antes mesmo da conquista do poder governamental, o grupo já deve ser dirigente; e, no poder, deve continuar a sê-lo.

A hegemonia é destacada como momento essencial para a filosofia da práxis no entendimento da teoria do Estado e na “valorização’ do fato cultural, da atividade

cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas” (GRAMSCI, 2011, 291). Porém,

[...] uma reforma intelectual não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (Ibidem, 2011, p. 240).

A efetivação da transformação social ocorre, portanto, de forma simultânea, no terreno econômico e ideológico. Em sua teoria sobre o partido político revolucionário, Gramsci (2004) destaca a necessidade de intensificação e de forma sistemática a atividade partidária no campo ideológico em relação a sua classe, situando-o como educador de seus membros e responsável pela elevação do seu nível ideológico (GRAMSCI, 2004). A cultura deve ser organizada de forma desinteressada, ou seja, sem esperar estímulos da realidade, como forma de acelerar o futuro, libertando as massas do domínio ideológico das outras classes (DIAS, 2000).

O movimento feminista está conformado no interior da sociedade civil, terreno de disputa, conflito e luta entre projetos classistas diferenciados e antagônicos; na busca de hegemonia para dirigir moral, intelectual e politicamente a sociedade em geral. Como produtor e difusor de ideologias, interesses e valores, ele é portador material de uma visão de mundo em disputa, para a criação e desenvolvimento de uma nova cultura.

Situado no campo contra-hegemônico, o movimento feminista procura desnaturalizar e romper com práticas sociais permeadas pela lógica machista; enfrentar a violência sexista, o controle do corpo e a sexualidade feminina por parte do Estado, Igreja e sociedade; questionar a participação desigual das mulheres no mercado de trabalho e na política, assim como o processo de feminização da pobreza, dentre outras expressões. Sua cultura política tem contribuído para a crítica e enfrentamento permanente da cultura dominante, em um processo de luta contínua na busca da igualdade das relações de gênero.

Compreendendo que o feminismo é uma práxis ao englobar e se expressar na ação política e na sua produção teórica, os próximos tópicos apresentam as contribuições do pensamento feminista enquanto campo teórico-político, que é alimentado e nutre, não sem tensões, o movimento feminista. As teorias do patriarcado, da divisão sexual do trabalho e de gênero são as categorias teórico-

analíticas e políticas que iremos expor, elaboradas a partir da experiência histórica concreta de relações sociais de desigualdade entre mulheres e homens. São categorias que recebem releituras do feminismo e que também são problematizadas e tensionadas, após essas reformulações, no próprio bojo da teoria feminista, nas limitações encontradas para uma leitura da opressão, exploração e emancipação das mulheres, bem como para pensar o sujeito do feminismo e a ação política feminista.

## **1.2. Teorias feministas: dos estudos da mulher ao enfoque de gênero**

O feminismo é, ao mesmo tempo, uma teoria e um movimento social. Como teoria, busca explicar a subordinação das mulheres nas relações sociais, especialmente a partir da dominação masculina; como movimento, constrói estratégias de combate à subordinação e à dominação.

### **1.2.1. Teorias do patriarcado**

Ao final dos anos 60, alguns conceitos começaram a ser desenvolvidos no âmbito do pensamento feminista, cujos pressupostos sobre a subordinação feminina, o caráter político da opressão, a sua universalidade e a construção social do que é ser mulher, foram compartilhados por diversas correntes (PISCITELLI, 2004). Dentre estes, está a afirmação do caráter fundamentalmente social das desigualdades entre homens e mulheres. A origem da subordinação e a manutenção da opressão da mulher foram questionamentos centrais do feminismo, criando um sujeito político coletivo e estratégias para acabar com a dominação masculina.

A categoria patriarcado passa a ser utilizada, então, nos estudos sobre a mulher pelas feministas radicais na década de 70 para explicar e denunciar as relações de dominação masculina. Designavam o patriarcado como:

Uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina” (DELPHY, 2009, p. 173).

Antes do século XIX, patriarcado e patriarcas tinham um sentido religioso, indicando os primeiros chefes de família que viveram antes ou depois do Dilúvio (DELPHY, 2009). Na concepção weberiana, refere-se a uma forma de dominação<sup>5</sup> de caráter tradicional exercida por um indivíduo, normalmente determinado segundo regras fixas de sucessão, em que o senhor depende, em grande parte, da vontade de obedecer dos associados, uma vez que não possui um quadro administrativo (WEBER, 2000).

Porém, o uso do conceito de patriarcado pelas teorias feministas distancia-se da concepção de Weber, pois o autor inscreve a legitimação da dominação “recorrendo a fatos sempre redutíveis à subjetividade” (SAFFIOTI, 2004, p. 99).

As feministas, em profundo questionamento ao conceito de *político*, por considerarem que as experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres no cotidiano, desde as relações mais íntimas, tratavam-se de relações políticas, afirmaram que o *peçoal é político* para

[...] desvendar a multiplicidade de relações de poder presentes em todos os aspectos da vida social e isto as levou a tentar agir nas mais diversas esferas. Em termos teóricos, elas trabalharam com a ideia global e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva em que cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política (PISCITELLI, 2004, p. 47).

Para as teóricas do patriarcado, ou feministas radicais, as mulheres eram oprimidas pelo simples fato de serem mulheres. As experiências de opressão vivenciadas por elas davam-se no cotidiano, nas relações mais íntimas, permeadas pelo poder masculino. Afirmavam que todas as mulheres, independente da classe social, sofriam opressão, e que esta fazia parte da experiência feminina. Suas questões políticas não podiam, em grande parte, ser enquadradas no interior do capitalismo e do Estado, por não estarem relacionadas com a esfera pública. Para o feminismo de então, estas relações eram exclusivamente políticas, em que o patriarcado seria, portanto, a expressão desse poder.

---

<sup>5</sup>Weber chama de dominação a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas ou não, dentro de um determinado grupo de pessoas; porém, não é toda forma de exercer poder ou influência sobre as pessoas que pode ser caracterizada como dominação. Esta vai pressupor submissão, que varia desde formas inconscientes, baseadas em hábitos, até formas racionais. Para haver uma relação autêntica de dominação, deve existir o mínimo de vontade de obedecer, de interesse na obediência, requerendo um quadro administrativo que no qual possa confiar e com cuja obediência se possa contar para uma ação, para a execução de disposições gerais e ordens concretas (WEBER, 2000).

Para algumas linhas internas de pensamento, as origens da subordinação feminina localizavam-se nos papéis desempenhados por homens e mulheres no processo de reprodução. A origem da dominação masculina sobre as mulheres estava nas suas características biológicas no que diz respeito ao aspecto reprodutivo. A sua libertação seria possível, segundo Sulamith Firestone, com os avanços tecnológicos, que proporcionariam a eliminação das funções de reprodução da espécie do corpo das mulheres (FIRESTONE *apud* SCOTT, 1989). Eliminar a dominação dos homens pressupunha derrotar o patriarcado, e isso só seria possível quando as mulheres adquirissem controle sobre a sua reprodução. Para outras feministas radicais, a sexualidade seria a chave do patriarcado, em uma relação em que a mulher figuraria como objeto e o homem como sujeito. A dominação aparece na forma de reificação sexual feminina.

Na academia, ao passo em que as feministas iniciaram a revisão das produções disciplinares e consolidaram os *estudos da mulher*, alguns conceitos e categorias utilizados pelo pensamento feminista, começaram a ser questionadas, sobretudo o patriarcado como categoria de análise. Devido aos problemas desta categoria referentes à apreensão da historicidade da condição feminina e à compreensão das diversas formas de discriminação organizadas pelas relações sociais, de forma contextualizada,

As sociólogas feministas criaram termos como “relações de sexo”, que são unicamente francesas e intraduzíveis em outra língua. Esse termo, agora o mais utilizado em Sociologia, foi inicialmente concebido como uma alternativa a “patriarcado”, julgado insatisfatório, e mais tarde ao termo “gênero” (DELPHY, 2009, p. 177).

Uma outra objeção a “patriarcado” é sua generalidade: pode-se reprová-lo por universalizar uma forma de dominação masculina situada no tempo ou no espaço; ou então correr o risco de cair na falha inversa, de ser trans-histórico e transgeográfico. Alguns autores precisam o tempo e a localização de seu uso (DELPHY, 1998), mas o uso atemporal também é legítimo, se não conceder poder explicativo ao termo e “patriarcado” for empregado de maneira descritiva (DELPHY, 2009, p. 177).

Se por um lado o patriarcado foi um conceito descartado em sua propriedade de apreensão da dominação masculina sobre as mulheres, o seu uso não foi totalmente abandonado. No Brasil, Heleith Saffioti foi uma das autoras que trabalhou com o patriarcado como forma específica das relações de gênero, referência singular nos estudos que articulam feminismo, patriarcado e capitalismo. Mesmo diante da

existência de diferentes graus de domínio exercidos pelos homens sobre as mulheres, a natureza do fenômeno é a mesma, sendo imprescindível historicizar e contextualizar a dominação masculina para compreender e dimensionar o patriarcado adequadamente.

Saffioti (2004) considera o patriarcado um regime atual, que orienta as relações homem-mulher por ser uma expressão de poder político que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres. Isso se configura como um tipo de hierarquia que contamina todos os espaços da sociedade, possuindo uma base material que representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência. Neste regime as relações se dão de maneira hierarquizada entre seres socialmente desiguais, baseada no medo e no controle, que perpassa toda a estrutura da sociedade. As mulheres são “objetos de satisfação sexual dos homens, produtoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (Ibidem, p. 105), o que envolve uma série de prestações de serviços sexuais aos seus dominadores.

Face à elaboração de outras ferramentas conceituais, como a categoria gênero, desenvolvidas para desnaturalizar a opressão feminina e superar problemas quanto à utilização de categorias centrais nos *estudos da mulher*, Saffioti manifesta sua preocupação, recorrendo a Pateman (1993), ao abandono do conceito de patriarcado,

[...] único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. [...] Grande parte da confusão surge porque ‘patriarcado’ ainda está por ser desvincilhado das interpretações patriarcais sobre o patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada (PATERMAN *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 55).

Este sistema “não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração” (SAFFIOTI, 2004, p.50), expande-se por todo corpo social, tanto na esfera privada como pública, e sua máquina pode ser acionada por qualquer um (a). O conceito de dominação (masculina) tem que estar associado ao de exploração (capitalista), porque a realidade é una, indivisível, não havendo territórios distintos para estas duas dimensões. De acordo com a definição de Saffioti, o patriarcado

- 1 – não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição;
- 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4 – tem uma base material;
- 5 – corporifica-se;
- 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58).

As expressões deste sistema de dominação-exploração na contemporaneidade mostram que o patriarcado, longe de ter sido abolido, atualiza-se em um processo contínuo de transformação ao longo da história da formação social brasileira. Em concordância com Saffioti, sustenta-se que a base material do patriarcado não foi destruída,

[...] que não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc, tradicionalmente reservadas aos homens. [...] qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela admite a superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade (SAFFIOTI, 2004, p. 107).

Como categoria adotada pela teoria e movimento feminista, o patriarcado não explica todas as desigualdades de gênero presentes ainda na sociedade brasileira, mas é uma ferramenta de análise e explicação relevante dos efeitos da herança colonial e de seus mecanismos de reprodução presentes nas formas de sociabilidade do país. O sistema patriarcal se faz presente na prática da violência contra as mulheres; no turismo, tráfico e exploração sexual; no controle do corpo e de sua sexualidade; na participação desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho e no trabalho doméstico, bem como na precariedade e na flexibilização que atingem, em maior medida, as mulheres; nas desigualdades presentes na participação política; na feminização da pobreza, dentre outras expressões.

Longe de ter sido superado, o patriarcalismo precisa ser explicado em suas transformações e expressões na sociedade brasileira atual. Corrobora-se com o pensamento de Saffioti (2004), segundo o qual o conceito de patriarcado ainda é uma ferramenta histórica-analítica necessária para enfatizar e explicar as desigualdades

de gênero. Como sistema, é estruturante da opressão e dominação da mulher, em reforço mútuo com o capitalismo.

### **1.2.2. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**

A partir dos anos 70, as pesquisadoras feministas introduziram a dimensão sexuada nos estudos sobre o trabalho. Pela tomada de consciência sobre a opressão específica no âmbito do trabalho, as produções teóricas e a ação do movimento feminista começaram a dar visibilidade e questionar sobre a massa de trabalho realizado gratuitamente pelas mulheres, de forma invisível e realizado para os outros, e não para si, sob a justificativa do amor, do dever maternal e de ser algo natural (KERGOAT, 2009).

Em um esforço empreendido pelo movimento feminista, as categorias trabalho e divisão social do trabalho tornam-se objetos de reflexão crítica, no sentido dos limites das mesmas para a compreensão das desigualdades que permeiam as relações e inserção de homens e mulheres na respectiva esfera. O conceito de trabalho e de divisão sexual do trabalho, sob impulso do movimento feminista, passa a ser repensado pelas feministas marxistas.

Para as feministas marxistas, a definição mais genérica de trabalho não era suficiente, já que partia de um modelo assexuado de trabalho e de um sujeito masculino universal (HIRATA; ZARIFIAN, 2003), razão para repensar o trabalho e suas categorias sob a ótica da divisão sexual do trabalho.

A construção e desconstrução do conceito de trabalho passaram a incorporar a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução, abrangendo reflexões sobre o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal. As análises feministas que preponderaram nesse período situavam-se no interior do campo marxista; a maioria fazia parte da esquerda política (PICQ *apud* KERGOAT, 2009).

Os dois grupos sociais, mulheres e homens, estariam inseridos numa relação social específica, ou seja, as relações sociais de sexo, de base material, exprimindo-se por meio da divisão sexual do trabalho. Numa crítica à noção de divisão sexual do trabalho de Lévi-Strauss, que designava a repartição de tarefas como modelo explicativo para a estruturação da sociedade em famílias, as antropólogas feministas

afirmaram não se tratar de uma mera repartição e complementaridade de tarefas, mas de uma relação permeada pelo poder dos homens sobre as mulheres (KERGOAT, 2009).

Para Kergoat (2009), a separação e a hierarquização se caracterizam como princípios organizadores desta divisão e são legitimados por uma ideologia que naturaliza o gênero como sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados. A separação refere-se à existência de trabalhos considerados de homens e de mulheres, à hierarquização, a maior valorização das atividades desempenhadas pelos homens. A autora caracteriza a divisão sexual do trabalho como

A forma de divisão do trabalho social decorrente das relações de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc) (KERGOAT, 2009, p. 67).

Durante algum tempo, as feministas francesas associaram a divisão sexual do trabalho às relações sociais de sexo, tratando-as como conceitos sinônimos, englobando todas as formas de dominação masculina sobre as mulheres. Em meados dos anos 80, as feministas empreenderam esforços na construção teórica sobre as relações sociais de sexo, ao mesmo tempo em que o conceito de divisão sexual do trabalho perdeu sua força subversiva no campo das Ciências Humanas, negligenciado “o debate em termos de relações sociais (de sexo)” (KERGOAT, 2009, p. 70).

Para Devreux (2011), a divisão sexual do trabalho é uma das modalidades das relações sociais de sexo que engloba a organização social do trabalho compartilhada entre os dois grupos de sexo, articulando o trabalho produtivo e o reprodutivo. Este último inclui o trabalho doméstico, parental e todas as esferas de cuidado e responsabilidades pelas pessoas. As outras modalidades que constituem as relações sociais de sexo são a divisão sexual do poder e as categorizações sexuadas (atividade simbólica). A relação social de sexo é

É em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, constituem-se grupos de interesses antagônicos. Em nosso caso, trata-se do grupo social mulheres, os quais não são passíveis de serem confundidos com a dupla categorização biologizante machos-fêmeas (KERGOAT, 2009, p. 71).

São características deste tipo de relação social os seguintes aspectos:

- a relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
- as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais e não provenientes de uma causalidade biológica;
- esta construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica – em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta – podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;
- estas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação (KERGOAT, 2009, p. 71).

Segundo a autora, para falar de divisão sexual do trabalho é preciso ir além da constatação de desigualdades e inseri-lo no debate da totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista. No desenvolvimento do capitalismo, sua história é marcada por períodos de expansão e crescimento da produção e por crises caracterizadas pelas falências das empresas, desemprego e miséria das massas trabalhadoras. A crise é inerente ao capital e expressão de suas contradições: ao mesmo tempo em que a crise se constitui como depreciação deste sistema, oferece reação e continuidade ao modo de produção capitalista. As crises não possuem uma única causa, e podem ser determinadas pela anarquia da produção, pela queda da taxa de lucros, pelo subconsumo do conjunto dos trabalhadores, dentre outros fatores (NETTO; BRAZ, 2006).

No presente contexto de crise econômica, desponta um cenário permeado de alterações no mundo do trabalho, com a exclusão de grande parte da classe trabalhadora do processo produtivo. O aumento do desemprego, a baixa de salários, a precarização das relações de trabalho e o ataque aos direitos sociais estão presentes não só nas economias mais débeis, mas nos países de capitalismo avançado. Mézáros (2009) destaca que o desemprego nas economias capitalistas desenvolvidas não é um fenômeno recente, e vem afetando tanto os trabalhadores não qualificados quanto os altamente qualificados. O aumento da pobreza nos Estados Unidos revela que a renda de 1% da população mais rica equivale a 40% da mais pobre, quadro que dobrou nas últimas duas décadas, sendo isto resultado da crise estrutural do capital (Idem, 2009).

O ano de 2011 foi marcado por uma eclosão simultânea de protestos sociais em âmbito global, tendo como pano de fundo a crise social, econômica e financeira que se arrasta desde 2008. Ditaduras foram derrubadas no Norte da África; greves foram deflagradas na Espanha e na Grécia; aconteceram reivindicações estudantis no Chile e manifestações na Rússia e em Wall Street (EUA). Carneiro (2012) fala que a *catarse política* assemelhou-se na sua forma de ação na ocupação dos espaços públicos, protagonizada pelas novas gerações compostas, em sua maioria, por jovens desempregados ou com vínculos precários de trabalho. Destaca o uso das redes sociais para a disseminação das informações e articulação política. Para Alves (2012), “trata-se do denso e vasto continente do novo (e precário) mundo do trabalho e da proletariedade extrema que emerge no bojo dos ‘30 anos perversos’ de capitalismo neoliberal” (ALVES, 2012, p. 32).

No Brasil, as manifestações sociais se intensificaram em 2012, registrando o maior número de greves desde 1996. Em 2013, multiplicaram-se as mobilizações e as ruas foram ocupadas por estudantes e trabalhadores. Muitas pautas se fizeram presentes na agenda política: a luta por melhores salários e condições de trabalho; o investimento em políticas sociais; contra o aumento do transporte público, colocando em debate o tema da mobilidade urbana e a gratuidade do transporte; os gastos com a Copa do Mundo; a violência policial e descontentamento e aversão a governos e instituições partidárias.

A possibilidade de exclusão socioeconômica, o aprofundamento da exploração econômica, somada à crescente desproteção aos assalariados “acusou a incômoda presença de uma fração de classe espremida entre a permanente ameaça de exclusão social e o incremento da exploração econômica: precariado” (BRAGA, 2012, p.16); estado não mais transitório, mas permanente nesta conjuntura. A precariedade torna-se inevitável no processo de mercantilização do trabalho e regra na periferia do sistema capitalista, caracterizando o contexto de insegurança que permeia todos os assalariados. É formado por aquilo que Marx chamou de superpopulação relativa, excluindo o *lumpem* e a população pauperizada, enfatizando a relação histórica deste como parte integrante da classe trabalhadora e a precariedade como dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho (Idem, 2012).

Este cenário tem refletido sobre a vida das mulheres trabalhadoras, atualizando as manifestações da divisão sexual do trabalho e trazendo desafios ao

movimento feminista face à incorporação do trabalho feminino, acompanhada da flexibilização, vulnerabilidade e precarização da mão de obra das mulheres. Crescem os trabalhos precários; mal remunerados; em tempo parcial; temporários; informais; sem proteção social, preservando a distância entre homens e mulheres no interior da classe trabalhadora. Inserir a discussão da divisão sexual do trabalho na totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista, para além da constatação de desigualdades; compreender as complexidades e mudanças que se processam no trabalho feminino na contemporaneidade, assim como os efeitos da precarização, flexibilização e dualização do emprego feminino, são questões que abordaremos no capítulo 3.

### **1.2.3. Teorias de gênero e seus deslocamentos**

No âmbito da produção teórica feminista, em busca de dar conta das diferenças, heterogeneidades e ambiguidades presentes nas vivências de homens e mulheres em suas relações, as feministas construíram um instrumento conceitual capaz de explicar estas questões – a categoria gênero –, na recusa das explicações de cunho biológico sobre a organização e fundamentação das desigualdades entre homens e mulheres. O gênero ganhou mais aceitação na década de 80 e se tornou central para a ação política e teoria feministas, o que abriu espaços e garantiu legitimidade das feministas na academia e instituições governamentais, como avanço das possibilidades analíticas em relação aos “estudos da mulher”. Segundo Mayorga *et al.*,

O fortalecimento do feminismo no Brasil coincide com a introdução do conceito de gênero no país. Rapidamente, nos anos 1980, disseminou-se o uso do termo “gênero” em diversas instituições do Estado e na academia, tendo maior receptividade nesses campos (MAYORGA *et al.*, 2013, p. 468).

Os debates em torno desse conceito possibilitaram uma maior visibilidade das tensões e dos conflitos inerentes às relações sociais entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, e homens e homens na sociedade capitalista, na busca de compreender

[...] como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetivas e simbólicas de poder, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas (ARAÚJO, 2000, p. 68).

A partir de então, as análises de gênero deveriam considerar o intercruzamento entre as categorias classe, gênero, raça-etnia e geração como expressão de uma perspectiva pluralista, preservando tanto a dimensão simbólica como a dimensão das relações materiais.

Porém, Costa (1998) afirma que essa inserção do conceito de gênero na academia acompanhou, ao longo do tempo, o esvaziamento da crítica feminista, do debate político da opressão e da subordinação da mulher, com a diluição e neutralização nos discursos e práticas, abdicando de um projeto político feminista nesse debate. As críticas à categoria analítica não incidiram somente na neutralização das posições feministas, mas abriram espaço para estudos não centrados na mulher, a exemplo de estudos sobre masculinidades e *queer*, com leituras que escapam a uma perspectiva feminista. Questionamentos também foram feitos por algumas feministas, principalmente, as pós-coloniais, negras e lésbicas, pela “concepção abstrata em torno da categoria ‘gênero’ pela existência de hierarquias entre as próprias mulheres” (MAYORGA *et al.*, 2013, p. 469).

É importante destacar que, a partir dos anos 90, os deslocamentos teóricos das primeiras formulações de gênero, influenciados pelas abordagens desconstrutivistas, vêm sendo produzindo através de críticas aos limites da noção de gênero com o registro de “diferentes leituras da opressão, dos novos conceitos, das rupturas epistemológicas e da emergência de vozes que tencionam as teorias e ações feministas centradas na noção de gênero” (MAYORGA *et al.*, 2013, p. 464), questionando sobre a possibilidade de unidade da ação política, o sujeito do feminismo e o projeto orientador da ação (Idem, 2013).

As críticas à universalização das leituras sobre a experiência de opressão das mulheres delineiam-se com fundamento na diversidade e pluralidade das experiências de opressão vivenciadas por elas (“terceiro mundo”, negras, lésbicas, camponesas, indígenas, trabalhadoras, jovens, etc). O debate coincide com as reivindicações e destaques dados às diferenças no interior do movimento feminista, em que as várias identidades e demandas são apresentadas, não sem tensões, colocando em xeque a possibilidade de construção de uma agenda política comum (Mayorga *et al.*, 2013) e

exigindo cuidados analíticos e políticos na articulação de categorias sociais distintas como gênero, sexualidade, raça, para não se tornar

Uma simples somatória de opressões, mas deve, de forma radical, reconhecer as tensões e os antagonismos que marcam a emergência dessas categorias dentro e fora do feminismo, bem como suas consequências na vida e na organização das mulheres (MAYORGA *et al.*, 2013, p. 465)

Estas questões em debate levaram também à problematização da diversidade que a categoria “mulher” poderia não manifestar, em razão da heterogeneidade na composição do movimento feminista: classes sociais antagônicas, negras e brancas, homossexuais e heterossexuais, havendo um questionamento sobre o sujeito “mulher” no singular, bem como as disputas por legitimidade nos espaços do feminismo.

Diante dessa breve exposição sobre a categoria gênero e as críticas que geraram deslocamentos teóricos, trazemos o pensamento de Gayle Rubin, como autora que retoma o gênero como categoria política para o feminismo, e as contribuições de Judith Butler, como pensadora crítica à categoria gênero.

*O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*, de Gayle Rubin, publicado em 1975, marca o pensamento feminista com a introdução do conceito gênero quando se difunde de forma mais intensa nos debates sobre a pressão da mulher (PISCITELLI, 2004). Rubin afirma que uma mulher “só se torna uma doméstica, uma esposa, uma mercadoria, uma coelhinha, uma prostituta ou ditafone humano em certas relações” (Ibidem, 2003, p. 2).

Partindo das obras de Freud e Lévi-Strauss, onde a domesticação das mulheres é amplamente discutida, mas sem um olhar crítico sobre esses processos, Rubin utiliza seus instrumentos conceituais para desemaranhar o sistema de relações “que toma as fêmeas como matéria-prima e modela as mulheres domesticadas como produtos” (RUBIN, 1993, p. 2), ou seja, o sistema sexo/gênero. Os conceitos dos autores, segundo Rubin, submetidos a um olhar feminista, possibilitam descrever parte da vida social que ela nomeia de *sistema de sexo/gênero*, definindo-o preliminarmente como um “conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 2).

Os sistemas de parentesco, como organização social e formas empíricas e observáveis, revelam uma lógica inteligível de tabus e regras de casamento que, no plano cultural, acentuariam as diferenças entre mulheres e homens e a subordinação das mulheres, ao serem tratadas como objetos de transação. Revelam que essa subordinação é organizada e produzida pelas relações sociais de sexo e gênero. Ao tratar da troca de mulheres entre os homens, para Rubin, Lévi-Strauss constrói uma implícita teoria da opressão sexual em *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Quando discorre sobre o significado da doação e troca de presentes, Lévi-Strauss acrescenta à teoria da reciprocidade primitiva

[...] a ideia de que os casamentos são a mais fundamental forma de troca de presentes, na qual as mulheres são os mais preciosos dentre eles. Ele defende que o tabu do incesto seria melhor compreendido como um mecanismo para assegurar que tais trocas se realizem entre famílias e entre grupos [...] presentear mulheres tem um resultado mais profundo do que o de outras transações de presentes, porque o relacionamento estabelecido dessa forma não é apenas de reciprocidade, mas de parentesco (RUBIN, 1993, p. 9).

As mulheres, objetos das transações, são condutores da relação, ao invés de parceiras delas, pois são os homens que as dão e as recebem, o que implica na distinção entre quem é o presente e quem é o ofertante, conferindo poder a quem organiza as trocas. Nessas relações de troca, “as mulheres não estão em posição de aproveitar os benefícios de sua própria circulação” (Idem, 1993, p. 9); não dispõem de si mesmas, e sim os homens, que se favorecem com o produto das transações.

O conceito “troca de mulheres” é interessante, segundo Rubin, porque desloca o entendimento da opressão das mulheres da Biologia para sistemas sociais, e compreende de forma acurada, embora resumida, aspectos das relações sociais de sexo e gênero. Outras trocas são efetuadas pelo sistema de parentesco, implícitas na troca de mulheres, a exemplo do acesso sexual, incluindo certos direitos para os homens e outros para as mulheres, em que as últimas não têm direitos plenos sobre si mesmas.

Ao analisar as teorias psicanalíticas de Sigmund Freud e Jacques Lacan, que tratam da sexualidade humana, caracteriza-as como mais um dos mecanismos de reprodução dos arranjos sociais e das regras de parentesco, e não apenas uma teoria

que versa sobre esses mecanismos. Apesar de retirar o desenvolvimento feminino do eixo da Biologia, com a descoberta da fase pré-edipiana da mulher, quando as crianças de ambos os sexos são descritas como bissexuais e encaram a mãe como objeto de desejo, Freud emprega conceitos como “inveja do pênis” e “castração”, mas dentro de uma explicação psíquica, para justificar a desistência da filha em satisfazer a mãe e assumir uma posição passiva frente ao pai, encontrando nas diferenças anatômicas entre os sexos a consequência da feminilidade. Em uma espécie de quadro comparativo entre Freud e Lévi-Strauss, Rubin fala que:

Os sistemas de parentesco requerem uma divisão de sexos. A fase edipiana divide os sexos. Os sistemas de parentesco incluem conjuntos de regras governando a sexualidade. A crise edipiana é a assimilação de regras e tabus. A heterossexualidade obrigatória é o produto do parentesco. A fase edipiana constitui o desejo heterossexual. O parentesco baseia-se numa diferença radical entre os direitos dos homens e das mulheres. O complexo edipiano confere direitos masculinos ao menino, e obriga a menina a contentar-se com seus direitos diminuídos (RUBIN, 1993, p. 20).

Por essas razões, Rubin sugere que o movimento feminista tente resolver a crise edipiana da cultura para tornar essa experiência menos destrutiva para os indivíduos, reorganizando, pela ação política, o sistema de sexo/ gênero, através de uma revolução feminista que libertaria não só as mulheres, mas as formas de expressão sexual e a personalidade humana da *camisa de força do gênero*, abolindo o sistema social que cria o sexismo e o gênero, as sexualidades e papéis sexuais obrigatórios.

Butler (2003), em seu texto *Sujeitos do sexo/gênero/desejo*, apresenta críticas às categorias de identidade, gênero e mulher em seus limites, diante da fragmentação no interior do feminismo, e por reforçar uma unidade e universalidade, desconsiderando as interseções com outras identidades. Tece críticas à teoria feminista por presumir a existência de uma identidade definida - a categoria *mulheres* - para deflagrar interesses e objetivos feministas comuns, e por constituir um sujeito político de quem a representação política é almejada pelo feminismo para dar visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos.

Butler considera que se por um lado o termo ou sujeito mulheres é acionado para forjar uma representação e promover a visibilidade política desse segmento, por outro essa linguagem “revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres [...] considerando a condição cultural difusa na qual a vida das

mulheres era mal representada ou simplesmente não representada” (BUTLER, 2003, p. 18). A autora questiona o sujeito do feminismo - as mulheres - quanto a sua viabilidade como candidato último à representação e libertação, por não poder ser compreendido em termos estáveis ou permanentes. Segundo Butler, trata-se de uma formação discursiva constituída, resultante de uma dada versão da política representacional. Aponta que o feminismo encontra um problema político

Na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum. Ao invés de um significante estável a comandar um consentimento daquelas a quem pretende descrever e representar, mulheres – mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade [...] Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo que alguém é [...] porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Como resultado, torna-se impossível separar o “gênero” das interseções políticas e culturais através das quais ele é invariavelmente produzido e mantido (BUTLER, 2003, p. 20).

A suposta base universal do sujeito do feminismo, de uma identidade supostamente existente que acompanha a ideia de uma opressão singular das mulheres, nas palavras da pensadora “são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam” (Ibidem, p. 21), o que gera rejeições ao uso da categoria *mulheres* e sugere limites à política de identidade pela “fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo – por parte de “mulheres” que o feminismo afirma representar” (Ibidem, p. 22). Essa perspectiva exige do feminismo um novo tipo de política que conteste as reificações do gênero e da identidade, levando em conta “a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político” (Ibidem, p.23), sob pena de obstaculizá-lo como política representacional.

As críticas ainda se estendem à *ordem compulsória sexo/gênero/desejo*. Judith Butler chama a atenção para as formulações que distinguem sexo e gênero, em que o primeiro corresponderia aos aspectos biológicos, e o segundo como culturalmente construído. Se o gênero é definido como um conjunto de significados culturais assumidos por corpos sexuados, então não faz sentido, para a autora, afirmar que o sexo está para o gênero e vice-versa; que a construção de homens, por exemplo, aplique-se a corpos masculinos e que a construção de mulheres atribua-se a corpos

femininos, corpos passivos que recebem um conjunto de significados culturais, dando a impressão “de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino” (Ibidem, p. 26).

Por fim, Butler questiona se a identidade é mesmo necessária para a ação política feminista efetiva. Sua hipótese é a de que o reconhecimento da incompletude da categoria *mulheres* permite a abertura para outros significados contestados, como raça, classe, etnia, sexualidade, a fim de tornar-se mais completa, podendo facilitar a ação política pelas unidades provisórias que possam emergir, e até outras propostas que não pressuponham a articulação de identidade.

Nos marcos do pensamento feminista, os questionamentos às perspectivas desconstrutivistas elaborados pelas feministas voltadas ao ativismo, apontam uma crítica para a radical procura de desessencialização do conceito e da categoria *mulheres*, ao não oferecer alternativas positivas e dificultar um acionamento do movimento feminista (PISCITELLI, 2004).

Para Costa (2002, p. 67), o “feminismo foi capaz de recorrer à categoria ‘mulher’ sem retornar a uma posição nominalista”, sendo uma tática ou estratégia contra a dissipação da mulher dentro de uma (in)diferença, constituindo-se como condição de possibilidade e momento crucial de um projeto feminista mais amplo. As feministas devem invocar publicamente a “mulher”, embora seja preciso ter consciência de seus limites a partir da interseção de outras categorias sociais. Em concordância com a autora, a pluralidade de posições dos sujeitos *mulheres* que compõem o movimento feminista e são representados por este, não fragmenta e nem enfraquece a sua importância política, mas enseja a construção de articulações em torno da diversidade. A força política do feminismo, justamente se encontra no

[...] fato de que tal projeto tem sido, por um lado, o de construir positivities para os seus sujeitos com base na materialidade das experiências que as *mulheres* têm do social, e, por outro, conforme Elspeth Probyn observa, por submeter essas experiências ao escrutínio teórico-crítico (COSTA, 2002, p. 62).

Apesar da existência de diferenças e desigualdades de classe, etnia ou raça entre as *mulheres*, “o pertencer ao gênero subordinado nos coloca em uma relação social que permite estabelecer uma cadeia de equivalências entre nós, *mulheres*” (CELIBERTI, 2009, p. 150). Nessa perspectiva, novos sujeitos passam a reivindicar,

a partir dos anos 2000, visibilidade e reconhecimento político nos espaços de militância feminista, dentre eles, as mulheres jovens.

No presente trabalho iremos deter nossa análise nas transformações contemporâneas do movimento feminista, com especial atenção para a renovação da militância do mesmo a partir da entrada crescente de jovens no feminismo na primeira década dos anos 2000 (em Fortaleza e no Brasil), fenômeno visível nos espaços de organização das mulheres. No capítulo seguinte apresentamos o terreno de crescimento e consolidação das jovens enquanto grupo específico no feminismo: os estudos de algumas autoras que abordam a temática e as primeiras reflexões sobre as categorias juventude e feminismo.

## **2. JUVENTUDE E FEMINISMO: A BUSCA DO RECONHECIMENTO POLÍTICO PELAS JOVENS NO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO**

### **2.1. Algumas considerações sobre a categoria juventude**

A questão da juventude, como segmento social, adquire maior visibilidade nas sociedades ocidentais modernas, sobretudo na segunda metade do século XX. Segundo os analistas, essa emergência dos (as) jovens e de suas expressões políticas, culturais e sociais culminam na formação de uma nova cultura adolescente-juvenil no seio da cultura de massas, a partir de 1950. Desde então, a promoção da juvenilidade se faz presente na moda, na música, na literatura, no cinema.

Como categoria analítica, a juventude é compreendida pelos especialistas na temática como construção sociocultural situada historicamente, que adquire características particulares conforme a classe social, o gênero e a raça-etnia, confluindo para experiências diversas que tornam difícil uma definição única e contribuem para o seu caráter heterogêneo. A heterogeneidade, ambiguidade e diversidade desta categoria implicam na necessidade de se precisar sempre a qual juventude se está referindo, em que contexto e o porquê. Sobre essa questão, Abramo (2003) aponta que:

As desigualdades e a fragmentação social refletem na existência de uma grande heterogeneidade de condições juvenis (em termos socioeconômicos, geográficos, culturais, étnicos, de orientação religiosa e filosófica etc.) o que, por um lado, significa a existência de abismos sociais entre diferentes setores de jovens e uma miríade de formas de experimentação e expressão da condição juvenil. Por outro lado, contudo, pode também ser constatada a existência de certas dimensões comuns, principalmente em relação a determinadas sensibilidades e disposições simbólicas, e que se relacionam com a vivência de certas experiências históricas que conformam os jovens deste período como uma geração (ABRAMO, 2003, p.10).

Levi e Schmitt (1996) compreendem a juventude como um período de tentativas, de aprendizagem, de mudanças biológicas, ideológicas e sociais, quando afirmam que no plano individual

[...] a juventude deve ser considerada uma fase crucial para a formação e a transformação de cada um, quer se trate de maturação do corpo e do espírito,

quer no que se diz respeito às escolhas decisivas que preludiam a inserção definitiva na vida em comunidade (LEVI; SCHIMITT, 1996, p.11).

Em razão do caráter de passagem, transitoriedade e liminaridade entre a infância e a vida adulta, bem como a relação com o tempo - que nem sempre está sujeito a medições rígidas -, a juventude, para alguns estudiosos, também se configura historicamente como uma categoria ambígua, fugidia, suscetível a diversas interpretações e construções sociais, sendo, ao mesmo tempo, carregada de sonhos, fantasias, projeções, além de medos, desejos de controle e repressão.

A questão dos rituais (entrada, iniciação e saída) na cultura juvenil também é bastante discutida pelos que refletem sobre a categoria. Assim, Schindler (1996) caracteriza essa cultura desde os primórdios da era moderna como

[...] uma cultura de grupos de tipo informal, que vai se constituindo por meio de uma prática 'ritual' [...], [pois], com efeito, foram os próprios grupos juvenis, interessados na defesa de seus privilégios perante os "pequenos", que na prática traçaram tal demarcação [entre a infância e a juventude, e a infância e a maturidade] com persistência e exatidão, com burlas, com rígidas normas rituais de admissão e de "iniciação" (SCHINDLER, 1996, p. 237).

Entretanto, é recorrente na sociologia funcionalista a concepção de juventude como momento transitório da infância para a fase adulta; como momento específico de socialização para constituir-se em sujeitos plenos e assumir papéis adultos, garantindo a continuidade e coesão social (ABRAMO, 2007). Quando esse processo de desenvolvimento social e pessoal apresenta "falhas" e riscos ao processo de manutenção da coesão e continuidade social, a juventude torna-se objeto de ação social, por representar uma ameaça potencial e constante a si próprio e à "harmonia" social.

Uma série de imagens sobre a juventude convive no cotidiano e interfere na forma de compreender os jovens, segundo Dayrell (2003). Uma das mais adotadas, de acordo com o autor, é a condição de transitoriedade "na qual o jovem é um "vir a ser", tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente" (DAYRELL, 2003, p. 40). Encarando a juventude na sua negatividade, na negação do presente vivido, essa concepção geralmente é adotada na escola no "vir

a ser” do aluno, em que se torna mais importante a sua formação para o futuro, em detrimento do presente como espaço válido de formação.

A outra visão que Dayrell apresenta é a romântica, elaborada a partir dos anos 60, com o florescimento da indústria cultural e da criação de um mercado consumidor voltado para os jovens. Assim, a cultura de massas teve como seu fermento vivo a adolescência, promovendo os valores juvenis e assimilando parte de suas experiências, em agravo da valorização da velhice e da desagregação dos valores gerontocráticos<sup>6</sup>.

Nessa visão, a juventude seria um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos. A essa ideia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil. Mais recentemente, acrescenta-se uma outra tendência de perceber o jovem reduzido apenas ao campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição juvenil nos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais (DAYRELL, 2003, p. 41).

A juventude, como “um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a auto-estima e/ou com a personalidade” (Ibidem, p.41) e período marcado pelo distanciamento da família é uma outra imagem presente na sociedade. No cinema, um filme que retrata a invisibilidade dos pais como um tema significativo na experiência dos adolescentes dos anos de 1950 e 60 é *Juventude Transviada*. Tendo como personagem principal o jovem Jim, representado pelo ator James Jean, o filme apresenta um conflito geracional, revelando a família como palco dos *dilaceramentos existenciais* (MORIN, 1997, p. 150). O enfraquecimento da figura paterna e a perda gradativa de sua autoridade, em paralelo à promoção dos valores femininos, provocaria uma menor identificação dos jovens com seus pais. Os filmes, então, vão valorizar a figura dos “heróis sem família”, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora.

Uma outra imagem é aquela que identifica o desinteresse e o afastamento dos jovens das questões políticas e sociais, em virtude de sua ausência nos espaços e

---

<sup>6</sup> Para Morin (1997), os valores gerontocráticos correspondem àqueles prevaletentes nas sociedades em que os velhos ocupavam um lugar central e tinham predomínio na orientação e direcionamento das instituições sociais e políticas como um todo. Estas sociedades prevaleceram historicamente antes do advento da modernização ocidental, e sua forma de organização sociocultural e política é denominada de *gerontocracia*.

canais de participação política. Isso tem provocado uma preocupação muito mais em torno da renovação de quadros no interior dessas organizações do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens (ABRAMO, 2007).

Mische (1996), analisando esta imagem, descarta tal generalização, em razão da diversificação dos espaços de socialização juvenil e da ausência de identidades<sup>7</sup> públicas unificadoras. A autora aponta que o que houve, na verdade, foi uma dispersão das redes de convivência juvenis, ou seja, ao mesmo tempo em que estas “redes de militância se multiplicaram, se cruzaram e se entrelaçaram com a emergência de novos espaços e fóruns de participação” (MISCHE, 1996, p. 1), ocorrendo uma pluralização de espaços públicos que possibilitaram outras formas de engajamento dos jovens no exercício da cidadania.

Dayrell fala que é necessário questionar essas imagens que, quando arraigadas em modelos socialmente construídos, corre-se “o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de ‘ser jovem’” (DAYRELL, 2003, p. 41) e página.), não sendo possível apreender os modos que os jovens constroem suas próprias experiências.

No âmbito das políticas públicas brasileiras, a juventude só “entra na pauta das políticas públicas como parte da questão social e do crescimento da violência no país” (SPOSITO, 2009, 17), a partir do final dos anos 1990. A emergência e a visibilidade que o tema da juventude ganhou no debate das políticas públicas no período acima mencionado e nos primeiros anos de 2000, acompanhou o crescimento de mecanismos institucionais, como coordenadorias, assessorias municipais destinadas à juventude, e a criação de mecanismos de diálogo entre gestão pública e setores organizados da juventude, reunindo diversos atores, tais como:

[...] ONG's, fundações empresariais, organismos internacionais, acadêmicos, parlamentares, gestores municipais de organismos de juventude e, em

---

<sup>7</sup> A procura de reconhecimento em vários círculos de relação, inclusive na atividade política, a juventude caracteriza-se como “um período sensível na formação de identidades, em que as pessoas experimentam várias expressões públicas” (MISCHE, 1997, p.139). A noção de identidade é compreendida pelo autor como algo que engloba aspectos para além das identidades de reconhecimento, como a classe, o gênero, a raça, a nacionalidade e as identidades que se estabelecem nos ambientes de trabalho, na escola e na família. O conceito abrange, então, outros elementos como “as experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento” (Idem, 2007, p. 139).

especial, uma diversidade de organizações, movimentos e grupos juvenis (ABRAMO, 2007, 13).

Mas, só a partir de 2004 é que se intensifica o debate e a tomada de medidas concretas para a constituição de políticas públicas voltadas para a juventude, bem como a criação de mecanismos para o seu desenvolvimento. Sem uma tradição de políticas destinadas ao segmento juvenil, Abramo ressalta que o tema juventude só surge como tema político após o processo de redemocratização da sociedade brasileira, estando ausente do processo constituinte como

Questão política, como tema para os direitos e para as políticas públicas, embora muitos jovens e organizações juvenis tenham participado ativamente da luta pela redemocratização e muitos jovens tenham participado da construção” (ABRAMO, 2007, p. 14).

Sobre a invisibilidade do tema juventude, Abramo atribui isto ao fato de que nesse período não havia sujeitos políticos organizados reivindicando políticas e ações específicas para os jovens. Aqueles que estavam inseridos no movimento estudantil e partidos políticos não se articulavam em torno das questões juvenis, a não ser em relação ao tema da educação, não expressando outras demandas da juventude.

Em 2005 foi instituída, pela lei 11.129/2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), juntamente com Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), criados a partir da recomendação do Grupo Interministerial responsável por fazer um diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal direcionados para este público. Coube à SNJ a formulação, coordenação, integração e articulação das políticas públicas para a juventude e a promoção de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis.

A década foi marcada pela intensificação das produções acadêmicas sobre o tema da juventude, das pesquisas sobre os perfis juvenis para subsidiar o poder público na formulação de políticas públicas e da construção de uma agenda política e políticas públicas para este público. No entanto, por outro lado, houve um crescimento da criminalização da juventude pobre e negra, o aumento do desemprego e a precarização do trabalho entre os jovens e a ameaça ou retirada de direitos, a exemplo

das tentativas de redução da maioria penal e limitação da meia entrada para estudantes.

As manifestações sociais se multiplicaram em 2013 no Brasil, e levaram às ruas milhares de jovens e trabalhadores. Muitas pautas estiveram presentes na agenda política dessa nova geração: o investimento em políticas sociais; contra o aumento do transporte público, colocando em debate o tema da mobilidade urbana e a gratuidade do transporte; os gastos com a Copa do Mundo de 2014, em detrimento de investimentos em saúde e educação; a violência policial, dentre outras bandeiras.

O período foi marcado pelo recrudescimento da repressão e criminalização dos manifestantes, visíveis no abuso de autoridade policial presente nas manifestações de rua e no enquadramento dos manifestantes nas leis de Segurança Nacional e de Crime Organizado, com o cerceamento do direito amplo e irrestrito de protesto, medidas essas típicas de regimes autoritários incompatíveis com um estado democrático. Durante os protestos organizados pelo Movimento Passe Livre em outubro de 2013, especialmente em São Paulo, as mulheres jovens relataram que tiveram que se submeter à revistas manuais nas ruas e revistas íntimas vexatórias nas delegacias, caracterizando o abuso das forças policiais (JORNAL BRASIL DE FATO, 2013).

Estas questões que permeiam a vida das atuais gerações, em particular da juventude, parecem que atuam como elementos geradores da consolidação de grupos e demandas de cunho eminentemente juvenil. Considerando a diversidade dos sujeitos jovens, no próximo item dar-se-á destaque à eclosão das jovens como segmento no interior do movimento feminista.

## **2.2. Os caminhos das jovens feministas na busca de reconhecimento político no movimento feminista brasileiro**

No âmbito do movimento feminista brasileiro, ao longo dos anos 2000, ao contrário das ideias recorrentes de inexistência ou fragilidade da participação juvenil nos espaços políticos (preocupação muitas vezes manifesta pelos atores políticos),

emergiu uma nova geração de feministas, conhecidas como as *jovens feministas*<sup>8</sup>, reivindicando-se como segmento identitário.

Na busca de serem reconhecidas e legitimadas como segmento juvenil, as jovens têm percorrido caminhos similares aos das negras, índias e lésbicas, que introduziram novas questões e exigiram o reconhecimento de suas identidades durante os anos 80 e 90. Celiberti destaca que o fato de ser jovem em outros momentos históricos

[...] não constituía em si um sinal de identidade ou uma variável significativa a ser considerada. Para muitas de nós, feministas nascidas no movimento da geração de 68, que naquele momento tínhamos 15 ou 20 anos, pensar nessa questão é algo novo e de certa forma desconcertante, ao qual chegamos mais pela falta de comunicação do que por uma reflexão sobre as juventudes no século XXI (CELIBERTI, 2009, p. 150).

Diante do fato de que nenhuma geração anterior havia demarcado essa identidade, o pedido de reconhecimento trouxe um conjunto de interrogações para o movimento feminista, a partir da imbricação do ser jovem e feminista: que demandas traziam para o movimento? Essas demandas eram concretamente específicas? As desigualdades de gênero se apresentavam na juventude de forma diferente das demais gerações (crianças, adolescentes, adultas e idosas)? O que essa articulação (ser jovem e feminista) representava?

Na perspectiva de decifrar esses processos que culminaram na emergência de grupos de jovens no interior do feminismo reclamando especificidades, espaços próprios e trazendo mais uma diferença no interior do movimento feminista, alguns estudos foram realizados no esforço de pensar a articulação entre juventude e feminismo.

Nesse sentido, com o intuito de conhecer essa produção, realizamos um levantamento de estudos que abordassem sobre a inserção contemporânea de jovens mulheres no movimento feminista brasileiro. Realizamos o levantamento nos sítios dos Cadernos Pagu; da Revista Estudos Feministas; da Lua Nova; da Revista Brasileira de Ciências Sociais; do Portal de Periódicos da CAPES; nos anais do Encontro Brasileiro de Sociologia, Encontro Latino Americano de Sociologia e

---

<sup>8</sup> O termo “Jovens Feministas” refere-se ao surgimento do segmento de jovens no movimento feminista que insinuou-se “como nova força política” (GONÇALVES; PINTO, 2011, p. 28), assinalando uma dimensão geracional no feminismo, reivindicando espaços e especificidades.

Fazendo Gênero. Entre os achados, também estão os cadernos de formação para jovens feministas e textos escritos pelas próprias jovens com suas experiências, assim como pelas teóricas, expondo impressões sobre o surgimento deste segmento no feminismo contemporâneo no Fórum Social Mundial de 2003. Para localizar as produções, utilizamos as palavras-chaves *jovens feministas*, juventude e feminismo.

O trabalho de Zanetti (2011) buscou compreender a inserção contemporânea das jovens no movimento feminista e os elementos que contribuíam para a constituição da identidade jovem-feminista. Para atingir seus objetivos, a autora observou algumas atividades dessas ativistas, analisou documentos e realizou entrevistas semiestruturadas. Traçou o perfil de quatro jovens entrevistadas, a trajetória ativista e o ingresso destas no movimento feminista. As experiências no núcleo familiar, o contato com a temática do feminismo nos encontros feministas, nas organizações não governamentais (ONGs) e em capacitações propiciaram a aproximação com o movimento e contribuíram para a formação das militantes entrevistadas. Zanetti destaca que as jovens, antes de fazerem parte do feminismo, passaram por outros movimentos sociais.

O estudo revelou que a maioria das entrevistadas identificava-se como *jovem feminista* e reconheciam a existência de pautas específicas. Citaram a violência sexual; gravidez na adolescência e aborto; assédio moral e sexual; ausência de políticas públicas com recorte geracional e de gênero e mercado de trabalho como pautas - sobretudo de juventude, havendo um apelo ao recorte geracional em cima de questões trazidas pelo feminismo. O trabalho também apontou para o aumento de espaços específicos de organização das jovens feministas, a exemplo dos núcleos de juventude vinculados às organizações do movimento em questão.

Outro problema apontado por estas jovens foi a existência de desigualdades e conflitos geracionais internos ao movimento feminista e a invisibilidade de suas demandas específicas. Na carta de princípios da Articulação Brasileira de Jovens Feministas, elaborada no 1º Encontro Nacional de Jovens Feministas, destaca a importância de um movimento não adultocêntrico, com a eliminação de desigualdades geracionais e o combate à essas opressões.

Adrião e Mello (2009) categorizaram os discursos de representantes do movimento de jovens feministas, entre os anos de 2005 e 2006, nos encontros feministas, observando suas demandas e agendas. O estudo elucidou as tensões

internas entre gênero e geração e os embates de saber/ poder entre as gerações do feminismo, a partir dos discursos das jovens.

Nestes encontros, elas trouxeram questões próprias, pedindo por discursos de especificidades e denunciaram a desigualdade geracional. O segmento “jovens feministas” buscou legitimar-se com um discurso e demandas próprios. As desigualdades de geração, segundo elas, encontravam-se na ausência de autonomia no interior do movimento feminista, uma vez que

Ficaram por muito tempo sem ocupar espaços de liderança, pois mesmo que por vezes fossem percebidas como “herdeiras” das conquistas do feminismo, terminavam sendo consideradas como inexperientes, condição esta que só seria alterada se as “feministas históricas” não estivessem ocupando a liderança no movimento (ADRIÃO; MELLO, 2009, p. 2).

As jovens teceram críticas também aos movimentos juvenis por exercerem, geralmente, funções “na base” ou no trabalho operacional, e poucas possibilidades de ocupar lugares de liderança e poder.

Para as autoras, ao contrário de evidenciar a medição de uma dupla participação, as jovens expuseram o peso da imbricação de dois segmentos - ser jovem e ser feminista -, que quando aparecem juntos trazem à tona

[...] a existência de uma hierarquia interna do movimento, na qual quem tem mais tempo ali, ou seja, as “históricas”, tem mais respeito e poder. Esta situação, aparentemente óbvia, fundamenta parte das reivindicações das jovens e faz emergir as formas pelas quais as relações no movimento fundamentam-se. Além disso, vem questionar o nível de participação, a “igualdade” de participação e de poder decisório quanto as pautas, já o debate da participação das jovens propõe temas que nem sempre estão na ordem do dia para o movimento (ADRIÃO; MELLO, 2009, p. 2).

Sobre a existência de conflitos, Celiberti (2009) os posiciona não como lugar do indesejável, mas como possibilidade de trocas entre as gerações, de renovação do olhar e de revisões no feminismo. Na mesma linha, Gonçalves e Pinto (2011) compreendem o conflito como espaço possível de troca e retroalimentação do movimento feminista, e lançam a preocupação com a transmissão intergeracional a partir da intervenção dos segmentos de jovens mulheres que reivindicam reconhecimento, pautas e espaços específicos.

Apontam que a “multiplicidade interseccionada por diferentes marcadores identitários” (Idem, p.27) trazem desafios ao feminismo na busca de estratégias para a transmissão do seu ideário e formação das novas gerações, considerando que esse processo não é natural, mas que requer processos de socialização.

A busca das jovens por reconhecimento dentro do referido movimento tem provocado reflexões sobre a dimensão geracional como marcador social relevante (GONÇALVES; PINTO, 2011) e trazido uma preocupação para as estudiosas e militantes feministas no sentido que esta renovação

[...] não é suficiente para compreender se, e como, o movimento feminista brasileiro está sendo bem sucedido em sua ambição de continuidade, se é que se pode pensar a importância, para qualquer movimento social, de se ter estratégias de “transmissão” de seu ideário, incluindo-se suas formas de ação ou metodologias (GONÇALVES; PINTO, 2011, p. 28)

Apesar da herança política de qualquer movimento social estar sujeita à entrada de novos participantes, a transmissão do legado não se realiza de forma espontânea: requer processos de socialização. Gouveia (2011) considera uma contradição pensar em transmissão geracional como sucessão, ocupação de lugares de poder. Como sujeito político, o movimento feminista opera formação e construção de conhecimento, “transmite, cria e ressignifica valores sociais para além das mulheres, provocando mudanças no conjunto das relações sociais” (GOUVEIA, 2011, p. 255).

Weller, ao tratar do tema gênero e juventude, ressalta a importância de haver diálogo e aproximação entre as várias gerações que compõem este movimento. Afirma, inclusive, que estudos feministas sobre as culturas juvenis são passos importantes “não somente para uma discussão dos rumos que o feminismo irá tomar nesse início de século, mas também para uma mudança da perspectiva de análise e compreensão sobre o que vem a ser a condição juvenil” (WELLER, 2005, p. 112).

O crescimento e a consolidação da presença de jovens nos espaços<sup>9</sup> de debate feministas tiveram início nos anos 2000, no Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens

---

<sup>9</sup>Adrião e Mello (2009), no artigo *As jovens feministas: sujeitos políticos que entrelaçam questões de gênero e geração*, caracterizaram os encontros feministas como espaços paradigmáticos de consolidação de agenda política e de afinamento de conceitos e ações.

Políticas, evento realizado para produzir discussões e divulgação das ideias e bandeiras das jovens, conhecido como Forito, sendo recente no movimento feminista “o reconhecimento de que há novas atrizes políticas em cena, para as quais a condição juvenil produz singularidades e novas identidades coletivas” (PAPA, 2009, p. 10).

Sobre o Forito, para elucidar a diversidade de sua composição, da condição da mulher jovem, de suas trajetórias políticas, da inserção em várias organizações e da possibilidade em meio a multiplicidade de se construir uma identidade feminista, Papa (2009), ao tentar caracterizá-lo, fala que se

[...] fosse uma pessoa, seria uma mulher jovem. Uma jovem brasileira, negra e branca, estudante e trabalhadora, urbana e rural, de origem nordestina, amazônica, do Sul, Sudeste ou do Centro-Oeste, e com um fazer político permanente, pelos direitos das mulheres. Do Brasil e do mundo todo, pelo Brasil e com *hermanas* nas vizinhanças. Se o Forito fosse uma pessoa, já não seria criança, mas poderia ser lésbica, jovem mãe, ou mulher que optou por não ser mãe ainda jovem. Seria uma militante político-partidária, ativista de ONGs, mulher jovem com trajetória em movimentos como o estudantil ou das pastorais, e que já disputou cargos no Legislativo, tendo sido até vereadora. Sindicalizada, educadora popular, acadêmica engajada, grafiteira ou MC, radialista, enfim, toda sorte de comunicadora! Desconfiada, mas também sonhadora, a pessoa Forito seria assim, cheia de jeitos para caber na diversidade, sem preconceitos para não ser dona da verdade. Mas com certeza e especialmente seria sempre assim: uma bela feminista. Ou várias delas! (PAPA, 2009, p. 10)

O Fórum Social Mundial (FSM) de 2003 também se configurou como outro marco, possibilitando, posteriormente, a demarcação de um lugar próprio para as discussões das *jovens feministas* nos encontros nacionais e latino-americanos e caribenhos, a exemplo do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, ocorrido em São Paulo no ano de 2005.

A nova geração de feministas trouxe questões próprias, reivindicando reconhecimento como sujeito político no interior do movimento e a criação de um espaço intergeracional de troca e a construção de ações comuns. Ao ressaltarem suas diferenças, tornou visível uma desigualdade sem expressão até o momento: a de geração, sendo um dos eixos centrais do Encontro Latino-Americano a intersecção entre as identidades juvenis e feministas. Neste encontro realizou-se o 1º Fórum de Jovens Feministas da América Latina e Caribe, espaço, que segundo Ana Adeve, jovem participante, considerou

[...] essencial para as jovens se reconhecerem, dialogarem e formularem suas demandas. As jovens feministas reafirmaram o sentimento de pertencimento ao Movimento Feminista e pontuaram que as questões geracionais devem pautar as ações políticas. As discussões foram permeadas pela ideia da importância do marco geracional para a construção de uma ação política, ou seja, a identidade política pode estar atrelada a uma identidade geracional (ADEVE, 2009, p. 36).

Adeve acrescenta que, para além da auto-organização das *jovens feministas*, o Fórum possibilitou o diálogo entre as *negras jovens feministas* e as *jovens feministas*, resultando em ações posteriores e no 1º Encontro Nacional de Jovens Feministas e na própria “reflexão sobre as concepções entre o feminismo baseado na igualdade e o feminismo baseado nas diferenças desde uma perspectiva juvenil” (ADEVE, 2009, p. 37), identificando as diferenças, similitudes, os lugares que ocupam, os privilégios, buscando construir relações flexíveis e decisões comuns.

A expressão da juventude no movimento feminista começa a se fortalecer em âmbito local concomitantemente ao processo desencadeado no cenário nacional. A entrada crescente de jovens no feminismo na primeira década dos anos 2000, em Fortaleza, deu início a um movimento de renovação da militância feminista visível nos espaços de organização das mulheres, a exemplo da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), dos núcleos de mulheres vinculados a partidos políticos e do surgimento de coletivos nas universidades.

A composição do movimento em Fortaleza hoje é praticamente formada por jovens mulheres que nasceram em meados dos anos 80 e nos primeiros anos da década de 90. O feminismo local aponta para uma multiplicidade de marcadores identitários, e diferencia-se da origem social das militantes quando do surgimento do feminismo no Brasil (em sua maioria, proveniente das classes médias e intelectualizadas). Atualmente, fazem parte do movimento feminista jovens que participam de outros movimentos, como o de negras, lésbicas, *hip-hop*, estudantil, filiadas a partidos políticos, jovens das camadas médias e da periferia.

Em 2008, a cidade de Fortaleza foi palco do 1º Encontro Nacional de Jovens Feministas<sup>10</sup>, que teve o objetivo de criar a Articulação Brasileira de Jovens Feministas

---

<sup>10</sup> No período de realização do 1º Encontro Nacional de Jovens Feminista, existia um coletivo, Jovens Feministas do Ceará. Durante a defesa de dissertação de Raissa Barbosa Araújo, intitulada *Jovens Feministas do Nordeste: um novo segmento político do movimento feminista brasileiro* (mestrado em Psicologia da UFPE), e da própria realização da pesquisa de campo, verificamos que o grupo não encontrava-se mais organizado.

(ABJF) e fortalecer a agenda política deste segmento. Como produto, construíram a carta de apresentação e de princípios<sup>11</sup> da articulação. De acordo com a carta, a ABJF definia-se como espaço de “caráter democrático, suprapartidário, anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, antilesbofóbico, não sexista, não adultocêntrico, não confessional, não hierárquico e não governamental” (ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE JOVENS FEMINISTAS, 2008, p.1). Sua criação parte da compreensão das especificidades que as *mulheres jovens* possuem e que devem ser visibilizadas nos *movimentos feministas e de juventudes*.

Outro documento elaborado foi *Mulheres jovens construindo políticas públicas*, que tecia críticas à orientação universalista das políticas de juventude para este segmento, desconsiderando as particularidades das jovens mulheres, contribuindo “para agravar e aprofundar as desigualdades de gênero, principalmente entre gerações” (DIÁLOGO JOVEM, 2009). Além dessa crítica, a ABJF apontava o descumprimento do compromisso assumido para a construção das políticas públicas que assegurassem a pluralidade e diversidade das representações juvenis nos processos de elaboração, implementação e monitoramento das políticas do segmento e o tratamento desigual dispensado às pautas trazidas pelas jovens feministas, como a violência contra as mulheres e a legalização do aborto.

Sobre o processo de construção do 1º encontro, Adeve ressalta que

A construção do *I Encontro* foi coletiva e envolveu jovens feministas das cinco regiões do país. A diversidade posta a toda prova: falar é fácil, agora trabalhar com a diversidade no campo prático é uma tarefa árdua que abraçamos mesmo com todas as dificuldades de entendimento. Fazer algo de/para/com jovens feministas via internet, sem estrutura formal e com uma gama de opiniões que ora se completavam, ora se diluíam, consagrou a legitimidade e autenticidade da ação que propúnhamos (ADEVE, 2009, p. 37).

Dentre os fatores que contribuíram para a sua realização, Adeve (2009) destaca a articulação entre as jovens feministas de diferentes correntes políticas e o aprofundamento das discussões sobre a questão geracional como parte fundamental da identidade política feminista, assim como o diálogo estabelecido entre as *jovens feministas negras* e as *jovens feministas* e os diferentes projetos feministas. Quanto

---

<sup>11</sup> Ver Carta de Princípios da ABJF. Disponível em: <<http://dialogoj.files.wordpress.com/2008/04/cartade-principios-de-articulacao-brasileira-de-jovens-feministas.pdf>>

aos externos, o reconhecimento dos grupos de jovens feministas no interior do movimento feminista e nos espaços de construção social, bem como a abertura dos espaços institucionais para as demandas juvenis e o diálogo entre as gerações, possibilitaram a efetivação do respectivo encontro.

No âmbito das políticas públicas de juventude e no campo das políticas públicas para as mulheres, o reconhecimento das questões de gênero e o recorte de juventude foram demarcações que as jovens mulheres realizaram antes mesmo do 1º encontro. Na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres<sup>12</sup>, em 2007, as jovens feministas articularam-se para incluir suas demandas e propostas no plano nacional. À época, a Articulação Brasileira de Jovens feministas, em seu blog, considerou a conferência como espaço fértil para o diálogo intergeracional e reafirmou o compromisso do movimento feminista com a luta por emancipação e autonomia de todas as mulheres (DIÁLOGO JOVEM, 2009). No texto do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> As conferências são eventos periódicos para discutir as políticas sociais e propor diretrizes de ações, servindo para orientar a implementação das políticas e alimentar as discussões nos conselhos, como possibilidade da sociedade civil influir sobre as políticas públicas de forma deliberativa. Junto aos conselhos, estes espaços representam uma nova relação entre movimentos sociais e Estado, que pode alterar a condução e o gerenciamento das políticas públicas. Ao tratar destas formas de participação, Bravo (2009) os caracteriza como espaços em que ocorrem processos decisórios, podendo configurar-se enquanto *locus* de interesses heterogêneos que representam projetos políticos em contraposição, ou tornar-se espaços de consenso, quando há convergência do interesse de todos, permitindo a elucidação dos conflitos e a viabilidade da negociação e do acordo. A qualidade da participação dos sujeitos é uma questão que não está dada de início, segundo Bravo. É preciso haver uma intervenção qualificada e propositiva, no sentido de exigir direitos e exercer pressão sobre o poder público torna necessária a instrumentalização dos sujeitos para que estes tenham capacidade de interferir nas decisões públicas. Além da necessidade de qualificação, existe a fragilização dos processos articulatórios e da representação da sociedade civil, uma vez que muitas vezes os verdadeiros usuários são substituídos por segmentos constitutivos das classes médias e sub-representados.

<sup>13</sup> Nos onze eixos do plano podemos perceber a inclusão do recorte geracional, em que objetivos, prioridades e metas incluem, em muitos de seus pontos, preocupações e propostas de ação voltadas para as jovens mulheres. No campo da autonomia econômica e trabalho, uma das metas trata da elevação em 4% na taxa de atividade das mulheres com 16 anos ou mais, entre os anos de 2006 e 2011. No eixo da educação, a eliminação de conteúdos sexistas e discriminatórios e mudanças nos currículos para uma formação para a equidade de gênero e o enfrentamento do abuso e exploração sexual de meninas, jovens e adolescentes foram objetivos prioritários para o segmento juvenil. Dentre outras ações propostas estão o estímulo à organização, a atenção às mulheres jovens e adolescentes com queixas ginecológicas, na saúde e a ampliação da frequência de meninas, jovens e mulheres negras na educação básica, no eixo enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia. Um eixo específico, que trata do enfrentamento das desigualdades geracionais, com especial atenção às jovens e idosas, destacou como objetivo geral a promoção de sua autonomia, considerando as especificidades e diversidades.

A concepção que orienta o desenvolvimento de políticas para a juventude é a de reconhecer que esta não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este outro olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional. (II PNPM, 2008, p. 174).

Na III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2011) algumas resoluções aprovadas incluem a juventude, em especial nas propostas relacionadas ao combate ao tráfico e exploração sexual de meninas e adolescentes, nas ações da saúde sexual e reprodutiva e no campo educacional com ações voltadas para uma educação não sexista, não homofóbica, não lesbofóbica e não transfóbica.

Com apoio nessas primeiras considerações sobre a constituição das jovens enquanto sujeitos políticos do movimento feminista em busca de visibilidade e legitimidade política, no próximo capítulo nos propomos a refletir sobre as permanências e rupturas na cultura política do movimento feminista de Fortaleza, privilegiando como interlocutoras as jovens feministas. Conforme se pontuou, hoje os grupos feministas da referida cidade são formados e conduzidos basicamente por jovens. Considerando essa característica e o objetivo do trabalho, focar-se-á a análise na concepção de feminismo que as jovens apresentam, princípios e valores que orientam a prática política, as pautas políticas, os processos de transmissão do legado feminista e as contribuições das jovens para o movimento feminista.

### **3. A CULTURA POLÍTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA: ENTRE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS**

#### **3.1. O movimento feminista como campo da pesquisa**

O movimento feminista cearense consolidou-se na década de 1980, quando da criação da União das Mulheres Cearenses (UMC) em 1979, que desde então vem contribuindo com a luta contra a violência sobre as mulheres e a impunidade, mobilizando homens e mulheres para a construção de uma nova sociedade. No início, tiveram sob a liderança Maria Luiza Fontenele e Rosa da Fonseca - feministas que estiveram à frente, no Ceará, da fundação do Movimento Feminino pela Anistia, em meados dos anos de 1970. Ainda nos anos de 1980, foram criados os Centro Popular da Mulher (CPM) e União de Mulheres Brasileira (UBM) Seção Ceará, ambos ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Essas entidades permanecem organizadas e atuantes no estado.

A década de 1990 foi marcada pelo processo de construção da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing. Nesse período foi criado o Fórum de Mulheres Cearenses (FMC). Ao final dos anos de 1990, foi criada a Organização Não Governamental (ONG) Casa Lilás, fundada a partir da experiência de profissionais e militantes do movimento de mulheres, comprometida com a defesa da vida das mulheres, principalmente nas áreas rurais e nas periferias das cidades.

No decorrer dos anos 2000, outras entidades surgiram como o Elo Feminista, associação civil que desenvolve projetos voltados para o fortalecimento da auto-organização política, social e econômica das mulheres por meio da educação popular e o Instituto Negra do Ceará (INEGRA), criado em 2003 por mulheres negras ativistas do movimento feminista, atuando no combate às desigualdades de gênero e étnico-raciais.

Grupos de pesquisas também se desenvolveram nas universidades locais, a exemplo do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF), da Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Observatório da Violência Contra a Mulher (OBSERVEM), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), contribuindo com o movimento feminista através de seus estudos.

Com a aproximação do campo de pesquisa, verificou-se que as jovens organizam-se em torno de organizações feministas criadas ao longo dos anos 2000. Muitas delas estiveram à frente de suas construções. No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) consolidou-se nesse período, tendo como bandeiras a luta contra a violência, a miséria e o capitalismo. Surgiu no Canadá em 1995 quando cerca de 850 mulheres marcharam 200 quilômetros contra a pobreza, pelo interior do Quebec. Chegando em Montreal foram recepcionadas por 15 mil pessoas. O aumento real do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária foram as reivindicações iniciais das militantes deste movimento.

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) surge no processo de construção da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, tem como linhas de atuação política o enfrentamento ao sistema patriarcal e capitalista, ao racismo e às políticas neoliberais. De acordo com o sítio do movimento, são militantes aquelas mulheres que atuam nos espaços de participação da AMB, tanto em nome próprio ou como representantes de organizações e movimentos feministas, assinam a Carta de Princípios da AMB e são atuantes no interior da organização.

O Setorial de Mulheres Rosa Luxemburgo surgiu com a criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2004, pautando a luta feminista dentro e fora do partido. O setorial nacional e os estaduais são espaços pautados no feminismo negro e classista, que reúne mulheres no país para combater às opressões cotidianamente. Dentre as lutas internas, está a luta para a aprovação da resolução de cotas de 50% nas direções do partido. Em Fortaleza, o setorial contribui com os mandatos parlamentares e articula-se com o movimento feminista local visando a construção de unidade na ação. O combate à violência contra a mulher e a legalização do aborto são duas bandeiras de luta que o setorial destaca como fundamentais para a dignidade, liberdade e autonomia das mulheres.

Já o Movimento de Mulheres em Luta (MML) é um movimento de mulheres trabalhadoras classistas e feministas e apresenta-se como alternativa de organização e de luta das mulheres trabalhadoras do Brasil. É filiado à Central Sindical e Popular (CONLUTAS). Dentre suas bandeiras, está a luta por creches, contra a violência às mulheres, por igualdade salarial e melhores salários e por uma sociedade socialista, sem machismo e exploração. Atua em parceria com sindicatos, movimentos populares, estudantis e culturais. Realizaram no ano de 2013 o seu 1º Encontro Nacional que reuniu duas mil mulheres. Aprovaram a “Campanha Nacional contra a

Violência à Mulher Trabalhadora” e resoluções que contemplaram 16 eixos temáticos, dentre eles um específico voltado para as mulheres jovens.

Também deve ser citado o Tambores de Safo, grupo de percussionistas feministas voltado para intervenções político-culturais a partir de uma consciência negra, lésbica e bissexual. Seu objetivo é contribuir para transformar o mundo pelo feminismo, desenvolver um pensamento crítico nas mulheres e participar de ações políticas organizadas através da arte.

A cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, possui aproximadamente 2,5 milhões de habitantes, de acordo com as estimativas populacionais do ano de 2011 levantadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pirâmide etária deste instituto, em 2000, indica que a juventude feminina na faixa etária entre 15 e 29 anos correspondia a 338.306 habitantes, ao passo que a população jovem masculina representava 298.129 habitantes.

Essa proporção menor de jovens do sexo masculino deve-se em parte às taxas mais elevadas de mortalidade masculina na juventude, fenômeno que encontra explicação na violência, que “ocasiona uma sobremortalidade dos adolescentes e adultos jovens do sexo masculino, fazendo que este período etário seja considerado de alto risco” (PAIVA *et al*, 2009, p. 132). Os últimos dados sobre a cidade de Fortaleza veiculados nos jornais locais informam que a taxa de homicídios na capital cearense ultrapassa São Paulo. No que se refere aos homicídios no segmento *criança e adolescente*, Fortaleza encontra-se na sexta posição no *ranking* brasileiro (JORNAL O POVO, 2013). O Mapa da Violência 2012 demonstra o perfil racial dos assassinatos no país, apontando que o número de vítimas brancas, de 15 a 24 anos, caiu 27,5%, enquanto o de vítimas negras aumentou 23,4% entre os anos de 2001 e 2010.

A taxa de feminicídio no ano de 2010 deixou Fortaleza na 16ª posição entre as capitais brasileiras que mais cometem homicídios contra as mulheres, representando 5,8 homicídios em cada 100 mil mulheres. Dados mais atualizados revelam que a violência contra a mulher se intensificou. Segundo dados do Mapa da Violência 2013 (WAISELFISZ, 2013), Fortaleza apresenta uma taxa de assassinatos de 6,4 para cada grupo de 100 mil mulheres. O estudo revela que, apesar da vitimização homicida feminina corresponder a apenas 8% no Brasil, as características da mortalidade feminina são bem diferenciadas da mortalidade masculina.

Ainda de acordo com o mapa, a taxa de vitimização de mulheres concentra-se na faixa de 15 a 29 anos, com aumento significativo no intervalo de 20 a 29 anos.

Somente em 2012 foram registrados 3.086 boletins de ocorrência com casos de violência contra a mulher, além de 176 assassinatos na cidade. Estudos apontam que Fortaleza precisaria possuir mais de cinco delegacias para atendimento especializado (CÂMERA DE VEREADORES, 2012). Hoje, a cidade conta com dois centros de referência especializados no atendimento de mulheres em situação de violência, um municipal e outro estatal; duas casas abrigos, uma ligada à prefeitura e outra ao governo do estado; um Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e uma Delegacia de Defesa da Mulher.

Os casos de estupro aumentaram em 11,41% no Ceará entre os anos de 2011 e 2012 - dado do 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) -. No Brasil, o aumento foi de 18%, com registro de 50,6 mil casos. Segundo o anuário, foram registrados 1.331 casos em 2011, o que corresponde a uma taxa de 15,6 estupros por grupo de 100 mil habitantes. Em 2012, foram 1.483 casos registrados, correspondendo à taxa de 17,2% (JORNAL O POVO, 2013).

Sobre o desemprego, o percentual de pessoas com idade entre 18 e 24 anos que encontram-se desempregadas corresponde a 21% na capital cearense, de acordo com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), enquanto a média do país é de 14,1%. Isso significa que um entre cada cinco jovens está sem trabalho. Outro problema apontado pelas pesquisas do IDT é o grau de rotatividade no mercado de trabalho que atinge os mais jovens (JORNAL O POVO, 2013). Mészáros (2007), ao tratar da globalização do desemprego, ressalta que este é um problema de âmbito mundial urgente, assim como as contradições do sistema socioeconômico “que por sua própria necessidade perversa impõe sobre incontáveis milhões de pessoas a privação e o sofrimento que acompanham o desemprego” (MÉSZÁROS, 2007, p. 141), questão que não está sendo evitada nem mesmos nos países de capitalismo avançado<sup>14</sup>. E isso não se trata de um fenômeno recente; surgiu após duas décadas

---

<sup>14</sup> Entre os trabalhadores mais jovens, a intensificação do trabalho tem levado à morte por excesso de trabalho, a exemplo de um jovem japonês programador que tinha como média anual de tempo de trabalho três mil horas. Nos Estados Unidos, os programas governamentais de assistência às pessoas desempregadas também recaem sobre a juventude desempregada, obrigando-a a aceitar empregos geralmente mal remunerados, isso quando não são obrigadas a participar de treinamento profissional, como “contrapartida”. Na Inglaterra, as campanhas empresariais contra o salário mínimo são utilizadas para justificar a diminuição do emprego para os jovens.

e meia de expansão capitalista e que lança em nosso tempo “uma parcela cada vez maior da humanidade na categoria do trabalho supérfluo” (Ibidem, p. 145).

A cidade está na quinta posição mundial quando se trata de desigualdades sociais: 7% da sua população detém 26% de toda a riqueza da cidade (JORNAL O POVO, 2013). As maiorias sociais convivem diretamente com a política da escassez e com a violação de direitos, sem acesso a trabalho; saúde; lazer; alimentação e educação de qualidade, tornando-se obstáculo para o desenvolvimento real dos indivíduos. Intensificam-se os níveis de exploração e desigualdades, com o aumento do desemprego; da pobreza; a baixa de salários; precarização das relações de trabalho; flexibilidade do emprego e o ataque aos direitos sociais, trazendo de volta formas de exploração que estavam no passado.

O agravamento do quadro de pobreza tem afetado sobremaneira a vida das mulheres das camadas mais empobrecidas, afirmando que pobreza tem sexo e raça. Para este segmento, o Estado passou a adotar ações e programas de combate à pobreza, aos moldes dos organismos internacionais, sem apontar soluções reais para os problemas vivenciados pela população pobre. Segundo os dados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), em artigo publicado no Jornal O Povo (2012), apontam que Fortaleza apresenta hoje cerca de 41.791 famílias em situação de extrema pobreza, vivendo com menos de R\$70 por mês, e que entre os anos 2005 e 2012, saltou de 95 mil para quase 200 mil o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).

A preocupação com a continuidade do movimento feminista tem estreita relação com o contexto local acima exposto. Por isso, eleger como enfoque da pesquisa a cultura política do movimento feminista e sua transmissão geracional está sintonizado com o enfrentamento político a esta realidade. Como campo empírico, as jovens mulheres feministas, participantes dos grupos, movimentos ou articulações da cidade de Fortaleza. A seguir apresenta-se um breve perfil das entrevistadas.

### **3.2. As jovens feministas entrevistadas**

A pesquisa de caráter qualitativo recorreu a entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de dados junto às jovens do movimento feminista de Fortaleza, durante os meses de outubro e novembro de 2013. Conforme já dito anteriormente

seriam entrevistadas, inicialmente, dez jovens mulheres obedecendo alguns critérios de seletividade.

Para garantir a representatividade e a pluralidade que caracteriza o movimento feminista, elegeu-se jovens de dez organizações, algumas citadas acima. Contudo, na aproximação ao campo de pesquisa observou-se que o engajamento das jovens ocorria em duas ou três organizações feministas ao mesmo tempo, o que reduziu o número de entrevistas.

A dificuldade para obter contato de jovens de um coletivo, e a falta de disponibilidade das rappers do grupo Cumades do Rap e uma entrevista interrompida com jovem de outro grupo, reduziram nossa amostra para cinco entrevistas.

A fim de garantir o sigilo de suas identidades, elas receberam nomes fictícios em alusão às mulheres significativas para a história do feminismo brasileiro. Procuramos nomear as jovens entrevistadas de acordo com aspectos comuns encontrados entre elas e as feministas Bertha Lutz<sup>15</sup>, Lélia Gonzalez<sup>16</sup>, Ana Montenegro<sup>17</sup>, Patrícia Galvão (Pagu)<sup>18</sup> e Chiquinha Gonzaga<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> Bertha Lutz (1894-1976), paulista, feminista atuante pelo direito ao voto para as mulheres. Participou da Comissão Preparatória do Anteprojeto da Constituição de 1934 e dois anos depois assumiu uma cadeira como Deputada Federal. Dentre as principais bandeiras de luta, durante seu mandato, estiveram as mudanças na legislação trabalhista com relação ao direito feminino ao trabalho, contra o trabalho infantil, direito a licença maternidade e equiparação de salários e direitos entre homens e mulheres ([blogueirasfeministas.com/2011/08/bertha-lutz/](http://blogueirasfeministas.com/2011/08/bertha-lutz/)).

<sup>16</sup> Lélia González, feminista, negra, antropóloga, política, professora, militante, teceu críticas ao movimento de mulheres brancas. Dedicou-se aos estudos das relações raciais e foi responsável pela introdução do debate sobre o racismo nas universidades brasileiras (<http://blogueirasnegras.org/2013/07/10/lelia-gonzalez-19-anos/>).

<sup>17</sup> Cearense, ativista do movimento de mulheres, fundou a União Democrática de Mulheres da Bahia (1945). No PCB, participou da Frente Nacionalista Feminista desde meados dos anos 50 até o golpe militar em 1964, quando foi exilada, residindo no México de onde seguiu para a Europa ([http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=123:ana-montenegro-sinonimo-de-mulher-e-comunismo&catid=6:memoria-pcb](http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=123:ana-montenegro-sinonimo-de-mulher-e-comunismo&catid=6:memoria-pcb)).

<sup>18</sup> Conhecida como Pagu, Patrícia Galvão foi escritora, poeta, diretora de teatro, tradutora, desenhista e jornalista brasileira. Em 1931, entra no Partido Comunista Brasileiro. No mesmo ano passa a publicar a seção Mulher do Povo, no jornal Homem do povo, editado juntamente com Oswald de Andrade (<http://www.pagu.com.br/blog/home/>).

<sup>19</sup> Compositora, instrumentista e a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil. Maior personalidade feminina da história da música popular brasileira. Feminista, abolicionista, desafiou repetidamente os padrões de sua época (<http://blogueirasfeministas.com/tag/chiquinha-gonzaga/>).

**Bertha:** 29 anos, solteira, lésbica e parda. *Designer* gráfica, trabalha em uma Organização Não Governamental ligada às questões ambientais. É coordenadora nacional de um grupo feminista. Milita há 10 dez anos no movimento feminista.

**Lélia:** 22 anos, solteira, bissexual e negra. Estudante e trabalha como assessora parlamentar. Está no movimento feminista há quatro anos. É filiada a um partido político.

**Ana:** 20 anos, solteira, heterossexual e negra. Estudante, há dois anos está no movimento feminista. Participa do movimento estudantil e é filiada a um partido político.

**Pagu:** 24 anos, solteira, heterossexual e branca. É jornalista e trabalha em uma Organização Não Governamental ligada ao ramo das comunicações. É filiada a um partido político. É feminista há dois anos.

**Chiquinha:** 28 anos, solteira, lésbica e negra. É professora e música. É filiada a um partido político. Está no movimento feminista há cinco anos.

Podemos observar que a média de idade das jovens é de 24,6 anos, com variações entre os 20 e 29 anos. O tempo de militância no movimento feminista é compreendido entre 02 e 10 anos. Algumas delas, ao mesmo tempo em que estão inseridas em grupos especificamente feministas, fazem parte de outras organizações políticas e culturais mistas, como partidos políticos, movimento estudantil e movimentos culturais. Organizam-se no interior dessas organizações em núcleos, grupos de trabalho e setoriais focalizados nas pautas do movimento feminista. Em relação aos anos de estudo, duas estão na universidade, duas possuem graduação e uma pós-graduação em nível de mestrado. Três delas trabalham, uma trabalha e estuda e uma delas somente estuda. Quanto à orientação sexual, duas se declararam lésbicas, duas heterossexuais e uma, bissexual. Três entrevistadas se declararam negras, uma parda e a outra, branca.

### 3.3. A aproximação das jovens ao movimento feminista

Quando se pediu as jovens que relatassem como tinham se aproximado do movimento feminista, a maioria revelou que o engajamento no feminismo deu-se através de outras participações, em particular, no movimento lésbico e estudantil, como se pode observar nesse trecho: “eu entrei no movimento feminista através do movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, uma consequência” (informação verbal)<sup>20</sup>. Chiquinha afirma que seu grupo “iniciou o processo com a questão voltada para o LGBT [...] aí a gente abraçou o feminismo de uma forma mais ativa do que a própria questão LGBT (informação verbal)<sup>21</sup>.

Ana e Pagu aproximaram-se por meio do movimento estudantil, conforme os depoimentos a seguir:

Foi no encontro da ANEL [Aliança Nacional dos Estudantes] que eu conheci o movimento... Eu, como membro da executiva estadual da ANEL, fiquei como responsável de construir o encontro do MML e me fortaleceu muito mesmo (informação verbal)<sup>22</sup>.

Quando eu tava (sic) na universidade em 2009, a gente organizou aqui o encontro nacional de estudantes em comunicação social, o ENECOM [...] Foi a partir desse processo que eu comecei a ter contato com o movimento feminista, porque existia um coletivo de mulheres, a pauta feminista sempre foi uma pauta muito forte dentro da ENECOS [...] a gente começou a militar no coletivo nacional de mulheres da ENECOS e incidir com mais força (informação verbal)<sup>23</sup>

Esses trechos das falas indicam que o movimento feminista não foi o primeiro engajamento sociopolítico. A inserção das jovens neste movimento se deu por outras portas de entrada, a exemplo do movimento estudantil e lésbico, concluindo-se, assim, que a participação em um movimento levou-as a atuar em outros espaços de participação política.

Parece que estar em outros espaços se configura também como uma estratégia e possibilidade de fazer circular a pauta feminista e questionar as desigualdades de

---

<sup>20</sup> (Bertha)

<sup>21</sup> (Chiquinha)

<sup>22</sup> (Ana)

<sup>23</sup> (Pagu)

gênero que permeiam os espaços mistos. Quanto a isso, Ana destaca que “está dentro do movimento estudantil para estar pautando [...] as questões do feminismo. A gente sabe que dentro dele tem muito machismo, existe muito racismo, existe muita homofobia” (informação verbal)<sup>24</sup>. O depoimento de Ana revela que nos espaços políticos, a exemplo do movimento estudantil, ainda se mantém e se reproduzem discriminações e opressão de gênero. Embora conte com a presença cada vez mais significativa de mulheres em seu interior, ainda se constitui como ambiente ‘natural’ dos homens e ‘estranho’ às mulheres. Há critérios de socialização, credenciamento e reconhecimento das (os) militantes, fundados em um modelo de militância ainda hegemônico, que, quando analisado sob o ponto de vista de gênero, permite enxergar diferenças e desigualdades nas vivências de homens e mulheres<sup>25</sup>.

Bertha e Chiquinha mencionam que o contato anterior com a lesbianidade, enquanto movimento social, possibilitou a aproximação com o movimento feminista e o desenvolvimento de uma prática integrada. No entanto, essa aproximação não foi instantânea. Em Fortaleza, os coletivos de mulheres lésbicas iniciaram de maneira autônoma, a exemplo do movimento do qual participavam Bertha e Chiquinha. Este se constituiu sem uma articulação prévia com o movimento feminista, segundo Bertha, devido a uma incompreensão de parte de suas integrantes sobre o que seria o feminismo, quando citou no seu depoimento a realização de um debate inicial sobre a questão no grupo lésbico que participava.

Se o grupo ia ou não ser um grupo feminista porque já tinha uma integrante do grupo que já era do Fórum Cearense de Mulheres e tinham outras que tinham uma visão equivocada do feminismo [...] tinha gente que não entendia

---

<sup>24</sup> (Ana)

<sup>25</sup> No trabalho monográfico, desenvolvido durante o período da graduação em Serviço Social, pode-se constatar que as militantes do movimento estudantil da universidade Estadual do Ceará – UECE, enfrentavam barreiras para iniciar a sua atuação política nesse movimento. A condição de mulher posta pela sociedade, a resistência que encontravam no papel de dirigentes por parte dos homens, a suposta naturalidade da presença masculina no respectivo movimento e a vivência de conflitos no que concerne à imagem pública e aos papéis aceitáveis para as mulheres foram alguns obstáculos constatados para a participação feminina. Quanto a pauta feminista, os espaços de debates, formação e deliberação do movimento estudantil pôde-se perceber, naquele momento, a existência de uma hierarquia nos eixos de discussão. Geralmente, recebiam prioridade nessa escala, temas que envolviam conjuntura, universidade e movimento estudantil. Os assuntos ligados ao eixo cultura e valores não recebiam a mesma atenção.

nada de feminismo e o grupo decidiu que não teria essa coisa...grupo feminista, mas seria um grupo de lésbicas (informação verbal)<sup>26</sup>.

Muito paulatinamente o respectivo grupo aproximou-se do movimento feminista, isso graças a algumas integrantes que organizavam-se em torno do último e que “traziam algumas questões para a gente relacionadas ao feminismo, às pautas do feminismo [...] a gente foi se aproximando cada vez mais do Fórum e compreendendo o feminismo”<sup>27</sup>.

Não é de hoje que ambos os movimentos têm se articulado, numa contribuição recíproca, através da teorização e das práticas políticas. No entanto, não sem conflitos. A partir dos anos de 1970, o movimento lésbico passou a assumir sua autonomia em relação ao feminismo e ao movimento homossexual misto, como crítica às insuficiências, contradições e limites nas suas práticas cotidianas e objetivos políticos (FALQUET, 2012).

Sendo assim, diante das diversas clivagens que perpassam as relações sociais, o feminismo defrontou-se com a necessidade de pensar a diferença existente entre as mulheres, ao considerar a inexistência de uma única experiência comum a todas elas, independente dos aspectos como raça, classe, geração e orientação sexual. Mediante o reconhecimento das diferentes posições constituídas no intercruzamento do gênero e das demais determinações que compõem as experiências particulares de cada mulher, o movimento feminista tem conseguido assegurar, mesmo que permeado de tensões, a unidade programática do seu projeto político, na busca de trabalhar simultaneamente as múltiplas formas de opressão sofridas pelas mulheres.

Somente Lélia mencionou a família - no caso sua mãe -, como parte do processo de socialização política no movimento.

Eu conheci a marcha através da minha mãe. A gente já militava na comunidade né na associação do bairro e ela conheceu primeiramente o movimento feminista e aí eu comecei, junto com ela, aí eu fui conhecendo, gostando e ficando cada vez mais. Eu já ia para algumas atividades, mas foi

---

<sup>26</sup> (Bertha)

<sup>27</sup> (Bertha)

na ação de 2010 da marcha, que foram 10 dias de São Paulo a Campinas (informação verbal)<sup>28</sup>.

Os encontros feministas também foram citados pelas jovens como responsáveis pela consolidação da participação, quando oportunizaram uma maior proximidade e conhecimento do feminismo, como se pode observar no depoimento de Chiquinha: “na sequência a gente participou do encontro nacional da [organização] e meio que estabeleceu um contato mais próximo e aí desde então a gente tem participado muito ativamente dos momentos mais importantes” (informação verbal)<sup>29</sup>. No mesmo sentido, Lélia cita que “já ia para algumas atividades, mas foi na ação de 2010 que foram 10 dias muito intensos para mim, então quando eu voltei já era com um novo olhar sobre as coisas, comecei a militar organicamente no grupo” (informação verbal)<sup>30</sup>.

Através das entrevistas, supõe-se que esse processo de tornar-se feminista não se dá de forma imediata, mas se desenvolve com o tempo, de forma processual, “envolve mudanças de autoconhecimento, comportamento, relações, envolve mudanças em mundos materiais e sociais” (HAWKESWORTH, 2006, p. 751).

#### **3.4. “Feminismo em marcha para mudar o mundo!”: concepção de feminismo**

Historicamente, o movimento feminista tem se definido como um movimento social e político que atua na luta contra a opressão das mulheres nas diferentes sociedades e na identificação e denúncia dos mecanismos que sustentam as desigualdades de gênero. Com a recusa das explicações de cunho biológico sobre a organização e fundamentação das desigualdades de gênero, o feminismo coloca a possibilidade política de construção de uma sociedade igualitária entre mulheres e homens.

Quando indagadas sobre sua concepção de feminismo, algumas jovens indicaram-no como uma proposta de transformação social em si mesma: “[...] para nós

---

<sup>28</sup> (Lélia)

<sup>29</sup> (Chiquinha)

<sup>30</sup> (Lélia)

o feminismo é um projeto de transformação do mundo” (informação verbal)<sup>31</sup>. Ana associa a luta contra a opressão feminina à luta contra a estrutura de exploração da mulher ao destacar que

[...] a gente não vai conseguir acabar com o machismo dentro dessa sociedade que nos explora, que nos oprime, porque o capitalismo se apropria da opressão da mulher só derrubando o capitalismo, construindo uma nova sociedade é que a gente vai conseguir derrubar o machismo, o racismo, a homofobia, mas tem que ser uma luta cotidiana para quando houver um processo revolucionário que a gente consiga tá caminhando para isso (informação verbal)<sup>32</sup>.

Outra entrevistada fala que o feminismo é um movimento de resistência contra o machismo: “[...] eu não sei dizer se é uma proposta, uma ideia, um movimento de resistência, mas é algo nesse sentido um movimento de resistência que pretende romper com o machismo na sociedade” (informação verbal)<sup>33</sup>. Para Chiquinha, “[...] seria a negação da opressão, mas não a negação em si, mas a luta por negar a opressão que as mulheres sofrem de uma forma em geral” (informação verbal)<sup>34</sup>.

Ao que parece, o que algumas jovens concebem por feminismo tem como referência a perspectiva adotada pelas organizações a que pertencem, como observa-se na fala de Lélia: “não tem como não estar relacionado ao que a Marcha constrói como perspectiva de feminismo. Feminismo pra mim é a luta de transformação por uma outra sociedade, e aí tem que ser radical, tem que tá na base”. Pagu destaca que há consensos e dissensos quanto a concepção de feminismo do seu próprio grupo. Um ponto de tensão revelado na fala de Pagu é a questão do debate sobre o caráter binário dos gêneros ou dos sexos. Mas, no geral entendem que

[...] o machismo potencializa a exploração das mulheres pelo capital, mas essa questão que falei da igualdade de gênero não necessariamente numa perspectiva binária isso não é consenso. Mas o central é isso que entendemos, que vivemos numa sociedade de classes [...] e que as mulheres

---

<sup>31</sup> (Bertha)

<sup>32</sup> (Ana)

<sup>33</sup> (Pagu)

<sup>34</sup> (Chiquinha)

estão na base dessa opressão: opressão aos negros, homossexuais, às travestis e (sic) etc (informação verbal)<sup>35</sup>

A busca pela articulação de uma agenda mais ampla com os demais movimentos sociais mantém o feminismo na luta por direitos sociais e contra o sistema capitalista. Pode-se observar essa característica quando Pagu ressalta que

[...] todas as pautas são pautas do feminismo. Eu acho que a Copa é pauta do feminismo, porque são nossos corpos que vão para a prostituição, são nossos corpos que estão sendo mercantilizados, que estão sendo vendidos. Eu acho que a comunicação é pauta central do feminismo, a democratização da comunicação, se não é, deve ser, mas essa percepção vem muito da minha trajetória, mas nós de fato do movimento pela democratização da comunicação, nós entendemos a comunicação como sustentáculo essencial do capitalismo e das relações de opressão. Os bons serviços públicos são pauta do feminismo, porque são as mulheres que mais utilizam (informação verbal)<sup>36</sup>.

No geral, as entrevistadas apresentam certo consenso quanto à concepção de feminismo. As perspectivas defendidas pelas jovens definem o movimento feminista como movimento social de luta e resistência às formas de opressão e exploração sofrida pelas mulheres no sistema capitalista. Situam ambas como problemas centrais do feminismo e a supressão dessas como objetivo do movimento, inscrevendo-o nos marcos de um projeto de transformação social baseado em relações igualitárias não só entre mulheres e homens, mas que visa a eliminação das distintas formas de desigualdade social.

O que se conseguiu depreender a partir dos depoimentos das jovens é que o feminismo, como movimento social, continua a expressar um projeto de mudança da situação de opressão das mulheres e está em sintonia com um projeto de construção de uma ordem social igualitária, mantendo o diálogo com seu legado político. A eliminação das desigualdades entre mulheres e homens se constitui como parte fundamental de um projeto radical de mudanças na sociedade, sem opressões e exploração, o que torna imprescindível a articulação entre os projetos societário e feminista na luta pela liberação das mulheres e pela igualdade substantiva<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> (Pagu)

<sup>36</sup> (Pagu)

<sup>37</sup> No livro *Para Além do Capital* (Ano), sobre a liberação das mulheres e a igualdade substantiva, Mézáros diz que a igualdade e a emancipação “não pode ser seriamente tratada sem resolvermos as

### **3.5. “Mudar a vida das mulheres para mudar o mundo”: princípios e valores constituintes da prática feminista**

No processo de constituição do feminismo brasileiro podemos verificar a criação de princípios e valores orientadores da dinâmica organizacional do movimento, das suas práticas e do conjunto das relações internas e externas deste. (GOUVEIA, 2001). Mais do que isso, eles expressam um ideário de sociedade e um projeto que preconiza mudanças no conjunto das relações sociais entre mulheres e homens.

O princípio da horizontalidade foi adotado como modo de funcionamento das organizações feministas, a fim de proporcionar espaços que facilitassem a livre expressão das mulheres e equalizassem as questões de poder (GOUVEIA, 2011). Tem sua origem nos grupos de autoconsciência baseados no preceito que todas as mulheres “eram iguais e compartilhavam experiências de opressão da mesma ordem” (Idem, 2011, p. 257). Segundo Gouveia (2011), a partir do momento que foram evidenciadas as diferentes expressões da opressão feminina vivenciadas de acordo com a classe social, raça, orientação sexual e os conflitos internos começaram a se manifestar, imaginava-se que esse princípio estava destinado a não mais funcionar. Todavia, compreendendo que nem sempre os conflitos são negativos e desagregadores, a constatação das diferenças não eliminam as semelhanças, permanecendo como princípio chave de um projeto político de transformação societária.

Outro princípio que Gouveia menciona é o da igualdade, que implica no “reconhecimento de que todas/os são capazes de tomar decisões políticas e portanto, uma organização democrática é aquela e que está dada a possibilidade de participação e tomada de decisão” (2011, p. 261). Esse princípio pressupõe a integração das diferenças, da diversidade de pensamento, de responsabilidades e

---

suas duas dimensões substantivas. A primeira está ligada a problemas da lei substantiva e aos obstáculos legislativos diretos ou indiretos erigidos no curso da história contra a potencial realização da igualdade substantiva; a segunda diz respeito ao que deve ir muito além dos poderes da compensação legal direta” (...) “Não se poderia encontrar nenhum “espaço especial” para a emancipação das mulheres no referencial dessa ordem socioeconômica. Por isso, o “poder nas mãos das mulheres” teria de significar poder nas mãos de todos os seres humanos ou nada, exigindo o estabelecimento de uma ordem de produção e reprodução sociometabólica alternativa radicalmente diferente, que abrangesse todo o quadro de referências e as “microestruturas” que constituem a sociedade (p. 287)

capacidades. Para o feminismo, “o estado de igualdade deixa de ser apenas o lugar de chegada, para ser um fundamento prático da ação” (GOUVEIA, 2011, p. 264).

A autora ainda se reporta à autonomia que se refere tanto à relação do movimento feminista com outros movimentos sociais e instituições quanto alude a própria dinâmica interna do movimento. Quanto às relações externas, Gouveia - citando Ávila (1998) fala que, geralmente, o movimento feminista tem construído aliados para sua causa, mas com dificuldades em estabelecer alianças políticas, o que implicaria negociar e discutir princípios, acordos, definir objetivos com outros movimentos sociais, partidos políticos e demais setores da sociedade civil. Do ponto de vista interno do movimento, a autonomia é assegurada com a criação (pactuada de forma coletiva) de regras que devem ser obedecidas não como imposição, mas como processo de regulação e mediação coletiva que pode ser revisto e modificado.

Dentre os princípios, as jovens mencionaram a horizontalidade e a igualdade nas relações internas do mesmo. Quanto aos valores, destacaram o respeito, a liberdade e a solidariedade.

Lélia enfatiza que a ausência de hierarquia é um aspecto diferencial do movimento feminista, diante da exclusão das mulheres dos espaços de decisão estratégicos na sociedade. A entrevistada reforça que o feminismo luta contra a hierarquia e que esta não pode se reproduzir nos espaços voltados para as mulheres. Menciona, ainda, a horizontalidade como valor fundante do movimento. Cita os partidos políticos e movimentos sociais mistos como espaços que apresentam debilidades na democracia interna e restringem, ou até mesmo excluem, setores específicos de uma forma constante - neste caso, pelo critério de gênero, definidos com base em elementos e critérios condicionantes da participação de mulheres e pouco comuns à socialização feminina.

É fundamental o da hierarquia, de não ter hierarquia porque nos partidos, nos movimentos mistos a gente sabe como é essa hierarquia, como ela é construída e onde ela coloca as mulheres, num lugar secundarizado, inferiorizado, a hierarquia do que tem mais poder, de quem manda mais, aquele que impõe a palavra mais forte e nós lutamos pelo contrário disso, então eu aprendi que isso é um valor fundante porque eu não posso, eu tenho sempre que desconstruir isso, eu não posso reproduzir isso nos espaços das mulheres, porque às vezes a gente tá (sic) tão ligado nos partidos políticos, nos movimentos mistos a essa lógica de hierarquia, que você detém o poder, que você detém a fala, você impõe...e esse modelo de organização é o que

nos secundariza. Então pra mim essas questões são fundamentais (informação verbal)<sup>38</sup>

Ao contrário de Lélia, que destaca a horizontalidade como princípio presente no movimento feminista e que o diferencia dos demais movimentos, Pagu fala que as práticas, os valores e comportamentos da tradição patriarcal são reproduzidos nas relações internas do movimento.

Há uma resistência enorme de discutir relações, por exemplo, o machismo dentro das relações interpessoais. Tanto que a gente chega, está em espaço de reunião e nós mesmas, nos espaços de mulheres começamos a gritar umas com as outras, ser agressivas umas com as outras pra tentar se impor pela força, que é uma coisa característica das relações de opressão (informação verbal)<sup>39</sup>

Para Pagu e Bertha é primordial que os princípios e valores incidam diretamente sobre a vida das próprias militantes feministas, incorporando-os na vida cotidiana e política. Ressaltam que a transformação coletiva passa necessariamente pela transformação do pessoal.

As nossas bandeiras de luta são os nossos princípios, o que a gente deseja pro mundo que a gente tem que transformar em nós mesmas [...] Eu acho que a gente precisa estar cada vez mais se organizando, mais mulheres sensibilizando e chamando pra luta, não só as mulheres, mas como o feminismo é um projeto de transformação de mundo, então o mundo só vai se transformar quando homens e mulheres se transformarem, só que as mulheres tem que ter a oportunidade de se transformarem primeiro (informação verbal)<sup>40</sup>

Trazer o feminismo para dentro das relações...É entender que ele não é só necessário em situações extremas como andando na rua e ser estuprada, mas que ele é necessário também na nossa forma de se relacionar. Quando a gente construir uma sociedade socialista e ela será (sic) feminista, a gente não vai se relacionar da forma que a gente se relaciona hoje entre homens e homens, entre mulheres e mulheres e entre homens e mulheres, entre pais e filhos, enfim (informação verbal) <sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> (Lélia)

<sup>39</sup> (Pagu)

<sup>40</sup> (Bertha)

<sup>41</sup> (Pagu)

Nesse sentido, o feminismo propõe estar alerta e provocar mudanças nas relações sociais cotidianas, cuidar para que estas sigam outras lógicas, diferente das lógicas impostas pelo sistema. A solidariedade é um valor cultuado, de modo a colaborar para que as mulheres compartilhem suas experiências, comprometam-se umas com as outras nesse processo de mudança.

Eu aprendi isso no feminismo que a gente só constrói o feminismo com solidariedade. Porque a gente busca construir uma outra sociedade e precisa está enraizado na gente a solidariedade com a outra, que é um processo dialético de construção e de desconstrução, porque ao mesmo tempo que ela é protagonista, também é vítima desse sistema (informação verbal)<sup>42</sup>

Chiquinha destaca o respeito e a liberdade como valores importantes do feminismo, na perspectiva de que “a garantia de direitos sejam pra indivíduos e não pra homens ou mulheres. A gente não busca que a mulher seja superior ao homem... mas é o mínimo de respeito enquanto seres humanos” (informação verbal)<sup>43</sup>.

O que se percebe é que na medida que o movimento feminista é construtor de uma ética entrelaçada ao projeto político de emancipação das mulheres, baseada em princípios e valores que orientam a sua prática, ele se caracteriza como primeiro “experimentador” de tais concepções.

### **3.6. “Nosso corpo não está à venda. Nossa imagem não é mercadoria”: Quais as pautas que estão na agenda feminista hoje?**

De acordo com a pesquisa, as jovens feministas acolhem as bandeiras históricas do movimento, não havendo um rompimento com o passado do ponto de vista das pautas tradicionais. Os depoimentos destacam que as lutas contra a violência contra a mulher, pela autonomia e controle sobre o próprio corpo, incluindo a legalização do aborto e a livre orientação sexual, por salários iguais, por creches permanecem na agenda política feminista.

Bertha destaca a violência contra a mulher como uma bandeira permanente do movimento feminista, de acordo com o trecho a seguir:

---

<sup>42</sup> (Lélia)

<sup>43</sup> (Chiquinha)

A bandeira eterna pelo fim da violência contra a mulher, porque as pessoas não percebem...é incrível né como ainda rola a violência. Algumas pessoas dizem assim “ah o feminismo não precisa mais, porque as mulheres já trabalham, tem salário igual, podem pagar uma empregada pra ficar em casa cuidando dos filhos” (risos) só que não enxerga como ainda rola a violência e de várias formas absurdas, desde a violência doméstica que rola nas relações entre homens e mulheres e na relação de mulheres com mulheres e de homens com homens, sempre nesse patamar de quem tem a maior força, estabelecida pela sociedade de quem manda, domina e isso reflete em várias situações no dia a dia das mulheres... se está uma mulher e um homem as pessoas se dirigem a ele por achar que ele é quem toma as decisões. Eu acho que é ainda a principal bandeira do feminismo (informação verbal) <sup>44</sup>

Nesse depoimento específico, chama atenção quando Bertha coloca a importância e atualidade do feminismo diante dos discursos recorrentes de sua irrelevância e obsolescência, frente a uma suposta batalha “vencida” pelas mulheres, pela conquista de alguns direitos, reduzindo-o a um conjunto de metas a serem alcançadas. A afirmação de que as mulheres já conseguiram muitas de suas reivindicações é uma das justificativas encontradas para propalar o que Hawkesworth (2006) denomina de *enterro prematuro* ou *morte do feminismo*, que vem mais por palavras que propriamente de uma materialização dos fatos. Contraditoriamente, esses avanços nos direitos das mulheres não significou uma crescente valorização e reconhecimento e a incisiva adesão ao movimento feminista (RAGO, 1995;1996).

A violência contra as mulheres é uma das expressões mais explícitas das desigualdades de poder entre homens e mulheres, em geral legitimada socialmente e assumindo múltiplas formas, que englobam

Todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade (ALEMANY, 2009, p. 271)

Geralmente os agressores são maridos; namorados; pais; parentes e colegas de trabalho. Todas as mulheres são vítimas em potencial, podendo serem privadas “da sua liberdade de ir e vir, do seu sentimento de segurança, da sua autoconfiança,

---

<sup>44</sup> (Bertha)

de sua capacidade de construir relacionamentos, de seu gosto pela vida” (ALEMANY, 2009, p. 271).

Muitos são os esforços empreendidos pelas feministas no desenvolvimento de estudos teóricos sobre as violências praticadas contra as mulheres, para se contraponem aos “estudos criminológicos que, com seus preconceitos androcêntricos, privilegiam as teorias vitimológicas (ou interacionistas), que fazem da relação entre a vítima e o autor um elemento explicativo fundamental” (ALEMANY, 2009, p. 272).

Mesmo com todas as lutas empreendidas pelo movimento feminista para forçar o governo brasileiro a combater a violência contra a mulher, mediante mudanças nas legislações punitivas e na criação de estruturas de apoio às vítimas, essa pauta ainda se constitui como uma das principais e mais desafiantes bandeiras para o feminismo, como exposto pela maioria das jovens entrevistadas. Segundo Ana, a partir de uma experiência pessoal, ao recorrer à delegacia da mulher percebeu que a implementação da Lei Maria da Penha ainda encontra dificuldades na sua operacionalização, e que não conseguiu diminuir os casos de violência de gênero:

Muitas acreditam que a lei Maria da Penha veio para defender as mulheres, eu mesma passei por problemas pessoais que eu tive que recorrer e a gente percebe o quanto é difícil, o quanto é complicado. Então até as mulheres chegarem lá na delegacia pra prestar depoimento e recorrer a isso, elas vão concluir que não adianta de nada né. Então, eu acho que na visão de muitas trabalhadoras que nunca recorreram a uma delegacia da mulher acham que “ah, existe a lei Maria da penha!”, mas, infelizmente, a gente percebe que não foi um avanço pra gente principalmente com esses últimos dados, que a violência contra a mulher não diminuiu, ela aumentou (informação verbal)<sup>45</sup>.

A jovem ainda comenta que o seu grupo escolheu como campanha prioritária para o ano de 2014 o enfrentamento da violência contra mulher, por considerarem que a Lei Maria da Penha “no início ela diminuiu um pouco a violência contra a mulher, mas depois ela aumentou e aumentou muito né [...] ela não foi colocada devidamente por falta de investimento” (informação verbal)<sup>46</sup>.

Waiselfisz aponta que no ano de 2007 houve uma queda significativa dos homicídios contra as mulheres, provavelmente em decorrência da aprovação da Lei Maria da Penha no ano de 2006. Porém, em 2008 as taxas subiram novamente, e até

---

<sup>45</sup> (Ana)

<sup>46</sup> (Ana)

ultrapassaram os anos anteriores. No século atual já morreram praticamente a metade das mulheres assassinadas entre os anos de 1980 e 2011. Outro dado que merece destaque é a distribuição etária dos homicídios de mulheres, quando o ano de 2011 apresentou uma espécie de pico, embora irregular, concentrado na faixa que vai dos 17 aos 31 anos de idade.

A legalização do aborto foi uma pauta citada por todas as entrevistadas e ainda é um dos grandes obstáculos enfrentado pelas mulheres para decidirem de maneira autônoma sobre seus próprios corpos. Pagu defende que o direito ao aborto deveria ser garantido a todas as mulheres que desejassem “interromper uma gravidez por vontade própria e não porque ela foi fruto de um estupro, mas interromper uma gravidez porque você não quer ser mãe” (informação verbal)<sup>47</sup>. Acrescenta que o aborto previsto na lei brasileira não se trata de um avanço porque não se trata de um direito real de escolha, quando argumenta que

É constatar o óbvio: por exemplo, tirar um filho que não vai ter vida, tirar um filho que foi causado por uma violação, tirar um filho que caso se a mãe prossiga com a gravidez ela vai morrer, então o que há de avanço concreto nisso? Nenhum dos casos você bate no direito de escolha (informação verbal)<sup>48</sup>

Na opinião de Bertha, as mulheres ainda encontram dificuldades em recorrer ao aborto, mesmo nos casos garantidos por lei<sup>49</sup>

Uma mulher que corre risco de vida ela precisa de autorização de um juiz para ela poder fazer o aborto. Se o juiz não quiser dar a autorização ela pode morrer. É um absurdo ter que pedir uma autorização, que poderia salvar sua vida e ainda ter que pedir (informação verbal)<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> (Pagu)

<sup>48</sup> (Pagu)

<sup>49</sup> No Brasil, de acordo com o artigo 128, do Decreto lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940, do código penal, não se pune o aborto praticado por médico nos casos de não haver outro meio de salvar a vida da gestante e em caso de gravidez resultante de estupro. Em 2012, por decisão do Supremo Tribunal Federal, o aborto é permitido se o feto for anencefálico, que descreve a prática como "parto antecipado" para fim terapêutico.

<sup>50</sup> (Bertha)

Lélia e Chiquinha destacam que a legalização do aborto é hoje uma das principais bandeiras do movimento feminista. Lélia ressalta em sua fala o retrocesso do direito ao aborto que vem ocorrendo em alguns países onde a prática é legalizada, devido à atual crise capitalista; Chiquinha o situa como uma questão de saúde pública:

O que tá na agenda e que não sai e que hoje é muito forte, que avança o passo, retrocede o passo, avança o passo, retrocede o passo é a legalização do aborto que é muito pertinente. Eu acho que em alguns países como o Brasil está se lutando pela legalização, enquanto outros já estão legalizados, enquanto os da Europa que estão vivendo a crise estão lutando para continuar no plano de saúde porque tão querendo colocar numa categoria mais cara. Enquanto nos países em crise a pauta do aborto está sofrendo um retrocesso, a gente tá ainda brigando pra ter o direito (informação verbal)<sup>51</sup>

Eu acho que a questão do aborto é crucial e a questão da saúde da mulher, que aí também entra a questão do aborto, como se não houvesse a problemática do SUS...Pra mim o ponto primordial é o aborto mesmo, a gente tem um crescente número de mulheres que estão morrendo por conta do aborto independente de ser ilegal ou não, elas vão continuar abortando e se não tiver um interesse político sobre isso a gente vai ter um feminicídio (informação verbal)<sup>52</sup>

A ausência de políticas públicas eficientes de planejamento familiar tem resultado em inúmeras gravidezes indesejadas. No Brasil, exceto nas situações de risco de vida da gestante e gravidez que resulta de estupro, a prática do aborto é criminalizada, fazendo com que as mulheres frequentemente recorram a serviços clandestinos, responsáveis por inúmeras sequelas à sua saúde e, muitas vezes, pela própria morte, especialmente das mulheres pobres, negras e jovens. Os depoimentos a seguir destacam que, no âmbito das políticas de saúde, foi onde houve mais retrocessos nos direitos das mulheres, através da estratégia Rede Cegonha e a criação do Estatuto do Nascituro

Com relação aos direitos (*pausa, pensativa*) houve mais retrocessos, não teve quase mudança nenhuma. É feita conferências nacionais de políticas para as mulheres, onde é pensada toda uma política de atenção integral à saúde da mulher, aí a Dilma vai lá e fala “a nossa política para a mulher é a rede cegonha que é uma política só voltada para a maternidade e exclui totalmente as mulheres que não são mães e as mulheres que não estão na

---

<sup>51</sup> (Lélia)

<sup>52</sup> (Chiquinha)

fase de maternidade e nem considera as escolhas das mulheres, em ser ou não mãe e a saúde integral em si que não é atendida (informação verbal)<sup>53</sup>.

As políticas de saúde, você tem um leque de coisas, controle de natalidade, prevenção, mas é mais voltado para a família, pra maternidade, pra reprodução. A saúde da mulher ainda é vista nesse sentido. São implicações reais e eu acho que agora atualmente tem um problema e que tem trazido retrocessos na pauta das mulheres que é a existência de uma ala conservadora no parlamento, municipal, estadual, federal que é uma galera desses partidos de aluguel, que é uma galera que tem valores neoliberais e um setor da Igreja que se organiza muito forte que junto com a bancada ruralista consegue articular sua pauta e isso é um grande entrave, um problema real (informação verbal)<sup>54</sup>.

A ideia de pagar uma bolsa para uma mãe gerar uma criança oriunda de uma violação é bizarra. As pessoas que propõem isso elas não têm um pouco interessada nos direitos das crianças e dos adolescentes. A criança importa enquanto ela tá dentro do útero, porque depois que ela nasce ninguém faz propostas de creche, de escola em tempo integral, de restaurantes públicos (informação verbal)<sup>55</sup>.

O crescimento dos fundamentalismos religiosos nas esferas nacional e internacional revela a forte influência que estes possuem sobre o governo brasileiro e os padrões culturais que vigoram na sociedade, reintroduzindo a repressão sexual, a homofobia, a violência e a intolerância como parte de uma ordem social patriarcal que se apresenta de diferentes maneiras, correspondendo a uma ameaça direta à laicidade do Estado e aos direitos das mulheres.

Para Ana, o Estatuto do Nascituro “é uma pauta nova que veio aí dando um passo atrás no direito das mulheres. É um ataque aos direitos das mulheres o Marcos Feliciano está na comissão de Direitos Humanos” (informação verbal)<sup>56</sup>. No mesmo sentido, Chiquinha mostra sua preocupação “Olha aí a situação de como a vida das mulheres está sendo colocada. A gente vai continuar sendo estuprada e engravidando desse estupro, estuprador vai ter direito como pai. É vergonhoso!” (informação verbal)<sup>57</sup>.

O estupro é outra manifestação do sistema de dominação-exploração para o exercício do controle do corpo e da sexualidade das mulheres. Configura-se como um

---

<sup>53</sup> (Bertha)

<sup>54</sup> (Lélia)

<sup>55</sup> (Pagu)

<sup>56</sup> (Ana)

<sup>57</sup> (Chiquinha)

tipo de hierarquia que contamina todos os espaços da sociedade e expressa o poder político que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres. Em cinco anos, os registros de casos de estupro no país aumentaram em 168%, segundo o Fórum de Segurança Pública (PORTAL R7 NOTÍCIAS, 2013).

Ao negá-las o direito de decidir sobre a continuidade ou interrupção de uma gravidez, o Estado brasileiro retira-lhes a capacidade eminentemente humana de consciência, de discernimento, de criar valores e de escolher entre eles enquanto seres éticos e que, portanto, agem eticamente. Ou seja, é negada a liberdade - fenômeno puramente social e constitutivo do ser social - como possibilidade de escolha entre alternativas reais, como ato de consciência.

Para Bertha e Lélia, bandeiras como a legalização do aborto só terão chance de serem aprovadas com a realização de uma reforma do sistema político brasileiro. Segundo as jovens, é uma das bandeiras que deve ser defendida pelo movimento feminista, como possibilidade de fortalecer a democracia direta e representativa e como estratégia para superar a exclusão das mulheres na política e avançar nas pautas feministas. Sobre a questão, vejamos o que as jovens dizem:

A gente tem processos democráticos que não servem nada e eu acho que só muda alguma coisa com a reforma política profunda, que não vai ser de uma hora pra outra, mas aos poucos esse sistema político tem que ir mudando que possibilite que aquilo que a gente coloca no papel, realmente vire uma política, porque nesse sistema que a gente vive hoje que pra governar tem que se negociar e existem poderes muito maiores como a Igreja, os ruralistas e todo esse povo que tá lá dentro eles tem o poder né de fazer isso. Então tem que mudar o sistema político, esse é um dos nossos principais desafios (informação verbal)<sup>58</sup>.

É central e o feminismo tá inserido, mas tem que agarrar com mais força que é a reforma política [...] eu acho que a gente precisa entrar mais forte nessa história da reforma política. Tem que ser uma bandeira do movimento feminista a reforma política, porque não dá para as mulheres continuarem sendo representadas pelas mulheres que estão no parlamento. As que tem são muito poucas e é frágil. Não dá pra pauta das mulheres continuar sendo sempre debatida pelos homens, a maioria dos projetos que legislam sobre o corpo das mulheres são debatidos, apresentados e aprovados pelos homens. Isso é fundamental e muda o imaginário de toda a sociedade de você ter a questão da paridade, então você tendo no parlamento mais mulheres muda muito o simbólico e o real da vida das mulheres (informação verbal)<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> (Bertha)

<sup>59</sup> (Lélia)

A efetivação da paridade nos processos eleitorais, com listas de candidaturas com alternância paritária entre os sexos e a garantia de divisão igualitária de recursos financeiros e tempo na TV para as campanhas das mulheres, são outros desafios mencionados por Lélia. Atualmente o Brasil está na 86ª posição no que se refere ao acesso das mulheres ao Poder Executivo, parlamentos e ministérios.

As jovens destacam a dimensão da sexualidade como debate fortalecido e ampliado pela geração delas. Segundo o depoimento de Lélia, a sexualidade compreende uma variabilidade de práticas sexuais e identidades de gênero, debate que se amplia para além da contestação da heterossexualidade procriativa para as mulheres.

A questão da sexualidade é muito forte; foi dum período do MF, que depois dormiu um pouquinho, mas agora volta com força com o debate da autonomia e da sexualidade e não só de ir contra a heteronormatividade, mas de expressão mesmo, de construir outros parâmetros de relação, que não seja a relação monogâmica ou de não construir relações, essa coisa de...eu acho que é muito da nossa geração. Sempre foi do feminismo, mas eu acho que não só para as jovens feministas, mas para as mulheres em geral, da maternidade em segundo plano. Aí as meninas tão (sic) nessa pegada (informação verbal)<sup>60</sup>

Ao passo que Pagu afirma que sua “geração tem uma maior facilidade e abertura para a discussão das identidades de gênero, não falo de orientação sexual porque a pauta das mulheres lésbicas é muito bem tratada” (informação verbal)<sup>61</sup>, Chiquinha, ao contrário, percebe “uma carência de pertencimento das pautas LGBT, embora as mulheres lésbicas atuem no feminismo, as feministas não lésbicas tem um certo distanciamento ainda do movimento lésbico e bissexual” (informação verbal)<sup>62</sup>, embora afirme que “as jovens feministas hoje tem um pertencimento muito maior de tudo que se refere a questão da mulher” (informação verbal)<sup>63</sup>, o que não vê muito nas “feministas mais antigas esse abraço da causa”, no que se refere a questão lésbica.

A dimensão do trabalho feminino é outra bandeira que as entrevistadas citam e que permanece na pauta feminista na atualidade. Ao se reportar à questão do

---

<sup>60</sup> (Lélia)

<sup>61</sup> (Pagu)

<sup>62</sup> (Chiquinha)

<sup>63</sup> (Chiquinha)

trabalho, Ana destaca a bandeira do “salário igual para trabalho igual” (informação verbal)<sup>64</sup>. Para Pagu “a igualdade salarial ainda é uma pauta do feminismo” (informação verbal)<sup>65</sup> e Chiquinha menciona o trabalho como uma pauta tradicional do feminismo que ainda permanece atual.

O emprego assalariado e o trabalho remunerado das mulheres cresceu a partir dos anos 90, em âmbito mundial, mas veio acompanhado de uma maior precarização e vulnerabilidade. Os estudos de gênero e trabalho confirmam que as mulheres fazem parte do setor mais pobre e precarizado da classe trabalhadora, e que as desigualdades ligadas ao sexo/gênero persistem e se agravam, em particular, no mundo do trabalho, sobretudo no que diz respeito às desigualdades sociais, condições de trabalho e saúde e à flexibilização das relações de trabalho (HIRATA, 2000).

Na fala de Ana, pode-se ter dimensão de como as desigualdades de gênero permeiam as relações de trabalho, materializadas na desvalorização do trabalho e do salário feminino:

Quando a gente conversa com as mulheres da construção civil que trabalham igual aos homens e fazem muitas vezes o trabalho melhor que os homens e ganham muito menos né, um terço a menos que os homens. Elas trabalham em cima dos prédios e ganham como serventes! Então eu tive a oportunidade de ver a realidade que se vive e antes eu não tinha a noção quando dizia “ah, a mulher é oprimida”, ah, o homem é machista”, mas eu não tinha essa visão da realidade por qual passam as mulheres, especialmente as mulheres da classe trabalhadora, que eu acho que são as mais oprimidas e exploradas (informação verbal)<sup>66</sup>.

No Brasil, o crescimento do emprego feminino deu-se principalmente no setor informal da economia, que emprega predominantemente mulheres destituídas de quaisquer direitos trabalhistas. A ocupação feminina continua concentrada no setor de serviços pessoais, da administração pública, saúde e educação, representando 86%. Cerca de 80% das mulheres que trabalham recebem até dois salários mínimos e 15% permanecem desempregadas, contra 11% do desemprego masculino (JARDIM, 2011). As trabalhadoras domésticas chegam a 5 milhões, com idade média de 25 anos, correspondendo a “uma parcela empobrecida e precarizada da juventude

---

<sup>64</sup> (Ana)

<sup>65</sup> (Pagu)

<sup>66</sup> (Ana)

no mercado de trabalho, 60% tem jornada semanal maior que 44h, 65% está na informalidade” (JARDIM, 2011, p. 18).

Na indústria de confecção é considerável o aumento das terceirizações nas empresas de grande porte e o retorno do trabalho em domicílio nas pequenas oficinas de costura, formas de trabalho escravo e cooperativas. Mendonça (2012) constata que estas formas de subcontratação impedem o acionamento de uma representação sindical e a ação coletiva destas trabalhadoras. No setor de serviços, em específico no telemarketing, 70% das trabalhadoras são mulheres, universitárias, com idade entre 22 e 30 anos. A utilização de terceirizadas neste setor provocou muitos ataques e mudanças nos direitos trabalhistas. O trabalho dá-se

Sob uma pressão absurda, dentro de módulos de trabalho denominados “bairros”, onde a fiscalização eletrônica está presente desde a movimentação no posto de atendimento até o registro do ritmo de trabalho. Tudo é registrado pelo software que vai muito além do antigo relógio de ponto. Lá se registram as pausas, o tempo das saídas para refeição, café, ida ao banheiro, etc. A produtividade e mais-valia é medida pelo número de atendimentos e o tempo que se leva em cada um deles (MENDONÇA, 2011, p. 20).

Quanto aos provimentos, recebem em média metade do salário dos homens, e as mulheres negras, por sua vez, recebem a metade do que ganham as mulheres brancas. Nos países desenvolvidos, no setor industrial

O salário médio das mulheres representa três quartos do salário masculino, em parte por uma menor qualificação, mas também em razão de uma distribuição desigual pelos ramos econômicos e postos ocupados [...] Assim, a divisão sexual do trabalho permanece no centro das desigualdades de estatuto e de salário. Elas foram reforçadas, ademais, pelas políticas de ajuste estrutural (HIRATA, 2000, p. 5).

Tendo em vista que as mulheres estão entre as pessoas que mais recebem o salário mínimo, no ano de 2003 a Marcha Mundial das Mulheres lançou uma campanha de valorização do salário mínimo para que ele chegasse ao valor de R\$ 730,00 até o final do primeiro mandato do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), como estratégia de enfrentamento à pobreza entre as mulheres e combate às desigualdades entre mulheres e homens. Lélia resgata essa campanha que se realizou antes de seu ingresso na respectiva organização.

Pra gente da Marcha tem um debate que não era nem do meu tempo a valorização do salário mínimo das mulheres, a gente faz uma avaliação do quanto foi acertado porque a valorização do salário mínimo interfere diretamente na vida das mulheres, porque são elas que muitas vezes administram, muitas estão no mercado de trabalho, a titulação da casa, o bolsa família está no nome das mulher (informação verbal)<sup>67</sup>

Lélia considera que as titularidades femininas residencial e do programa bolsa-família “foram importantes e são significativas para a vida das mulheres, mas ao mesmo tempo ela conserva a lógica da mulher como a mãe, responsável pela casa, pelos cuidados”. Segundo a jovem, “ao mesmo tempo que se teve avanços dessas políticas, você também tem elas muito voltadas para a sustentação do patriarcado. Pra mim é um dos retrocessos”.

Para as mulheres das camadas mais empobrecidas, o Estado brasileiro passou a adotar ações e programas de combate à pobreza aos moldes dos organismos internacionais, sem apontar soluções reais para os problemas vivenciados pela população pobre, com um significativo retrocesso no campo dos direitos sociais, em especial quando se trata do aumento do desemprego e da precarização do trabalho, conjugado à perda de vínculos com a previdência social.

A pauperização<sup>68</sup> passa a ser tratada como uma questão de assistência (MOTA, 2008) e as mulheres corresponsabilizadas pelo “êxito e desenvolvimento dos programas de assistência social que têm a renda mínima como benefício” (DUQUE-ARRAZOLA, 2008, p. 243-244), com o reforço e aumento das responsabilidades e tarefas na reprodução das famílias, ao serem consideradas melhores gestoras dos recursos governamentais e cuidadoras das famílias.

---

<sup>67</sup> (Lélia)

<sup>68</sup> As mulheres representam 70% dos pobres em todo o mundo, na proporção de 4,3 mulheres pobres para cada homem pobre. Realizam 70% das horas de trabalho e seus rendimentos chegam a apenas 10% dos rendimentos mundiais. Ressalta-se que 1% delas detém a propriedade dos meios de produção, mesmo a população feminina corresponder a 51% em âmbito mundial (NOVELLINO, 2004). O agravamento do quadro de pobreza delinea o fenômeno denominado de *feminização da pobreza*. Este termo surge nos anos 70, mas ganha forma durante a IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing (China), no ano de 1995. Elucida os impactos desiguais da crise capitalista global que tem afetado sobremaneira a vida de mulheres das camadas mais empobrecidas, afirmando que pobreza tem sexo e raça, que as mulheres são a maioria entre os pobres do mundo, sua renda não acompanha a dos homens e o desemprego e a precarização do trabalho entre elas aumentou (MARIANO; CARLOTO, 2009). A falta de uma incorporação adequada da perspectiva de gênero a todas as análises econômicas e à planificação econômica, bem como de solução para as causas estruturais da pobreza, são dois fatores adicionais que contribuem para o empobrecimento da mulheres” (BEIJING *apud* BRASIL, 1995, p. 164).

Considera-se que agenda política feminista não apresenta mudanças significativas no momento atual, possivelmente em razão de uma não alteração substancial das relações marcadas por gênero. A hipótese provável diante deste cenário, face a expressiva desigualdade de gênero, é que o debate e a implementação das bandeiras históricas do feminismo ainda representam desafios e limites.

### **3.7. O processo de transmissão do legado político**

A transmissão do legado político de um movimento social entre velhas e novas gerações<sup>69</sup> constitui-se como um dos pilares de sua sustentação e continuidade. Por meio do desenvolvimento sistemático de atividades formativas e de construção do conhecimento, seu ideário pode ser “transmitido” para as novas gerações (GOUVEIA, 2001). Para sua realização, além de pressupor a inserção de novos participantes e a interação entre diferentes temporalidades, requer processos de socialização.

Longe de ser uma mera repetição ou simplesmente receber uma história caricaturada do passado, o legado político de um movimento engloba princípios, valores, metodologias, saberes etc. Recebê-lo implica assimilações, negações e ressignificações de ordem subjetiva por parte das novas militantes, bem como envolve contextos sociopolíticos e culturais diferentes que informam as diversas vivências de seus participantes.

No caso do movimento feminista, historicamente os processos de socialização se dão mediante a existência de uma política de formação estruturada associada a outras estratégias informais, como as reuniões, os encontros e a própria ação política, privilegiando uma metodologia horizontal. Nesses processos de aprendizagem e conhecimento que se operam no campo teórico e prático, o movimento feminista

---

<sup>69</sup> O presente trabalho não se propôs a discutir a categoria geração, mas cremos ser importante, mesmo que de forma breve, apresentar uma definição do termo. Britto da Motta e Weller (2010), citando Mannheim, falam que pertencer a uma geração significa aproximação do ano de nascimento e participar dos mesmos acontecimentos sociais. Porém, estar presente em um momento histórico-social não é suficiente para desenvolver perspectivas similares sobre determinados acontecimentos históricos em indivíduos de idade próxima. Ao relacionar essa afirmação com o nosso objeto de estudo, fazemos a ressalva de que apesar dos sujeitos da pesquisa serem as jovens devido à renovação da militância feminista, tem como característica a maior proporção numérica desse segmento no interior dos agrupamentos feministas, em Fortaleza, pertencer a uma geração não se resume a ter a mesma idade, pois as mulheres podem entrar no feminismo em diferentes momentos de suas vidas, ao experimentarem várias situações no curso da vida.

intenta assegurar a continuidade de sua luta no preparo político da sua militância para intervir na realidade social.

Quando as jovens entrevistadas foram indagadas sobre a existência e as formas de materialização do processo de transmissão do legado político feminista, destacaram os processos formativos informais como principais mecanismos de passagem e troca de conhecimentos, sobressaindo a experiência e a vivência prática como formas de apropriação do feminismo.

Segundo Bertha, a transmissão do legado “existe de uma maneira informal... eu acho que é mais passado nos processos informais, quando a gente pergunta” (informação verbal)<sup>70</sup>. A entrevistada fala que “não existem quase publicações sobre a história dos movimentos, não existe momentos, encontros de repasse. Isso é uma coisa que fica meio perdida [...] a formação é muito na prática” (idem) e que se constituiu recentemente um coletivo de formação política na sua organização. O que chama atenção no seu depoimento é que, na verdade, existe uma significativa produção sobre a construção e consolidação do feminismo brasileiro, tanto compreendida pela academia como pelas próprias militantes do movimento.

Lélia afirma que existe um processo de transmissão do legado histórico do feminismo, destacando a experiência prática como forma de aprendizado “então eu acho que isso é mais forte: é a vivência na prática da transformação do que a gente tá falando” (informação verbal)<sup>71</sup>. Considera importante conhecer a história do feminismo, compreender o passado como um aspecto importante para entender e situar-se no presente, avaliar o que já foi conquistado e onde se precisa avançar.

Eu acho que existe, é uma coisa massa [...] Tem aquela coisa de quando a gente conhece o feminismo, quando a gente começa a militar, que vai estudando, que a gente vai ler, que a gente vai entender, porque toda a construção do feminismo é história, você precisa saber onde nós estamos neste exato momento, o que já conquistamos, onde nós estamos e o que a gente precisa conquistar. Pra mim é fundamental entender isso e quando a gente vai olhar pra isso a gente vai perceber qual era a luta e o debate delas naquela época, que elas protagonizaram coisas naquela época que se materializou hoje (informação verbal).<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> (Bertha)

<sup>71</sup> (Lélia)

<sup>72</sup> (Lélia)

Em um outro depoimento, manifesta-se a existência de dificuldades na transmissão do legado em decorrência de conflitos geracionais em razão de novas questões trazidas pelas atuais gerações do movimento feminista. Pagu menciona as discussões sobre as identidades de gênero, como assunto que gera “dilemas geracionais” e evidencia que as novas gerações não estão apenas em uma posição de receptoras da história, mas têm construído e reconstruído todo o conhecimento pela sua constante problematização.

Nós que somos esquerda temos uma grande dificuldade com legados e memórias. A gente gosta muito de reivindicar a memória, mas em termos práticos esse processo de transmissão de acúmulo coletivo ele é muito complicado. Existem dilemas, que são dilemas geracionais [...] pelo menos da esquerda que faço parte, a gente tem um problema imenso de trabalhar com memória, mas também eu acho que existe uma certa resistência por parte dessas gerações anteriores a nossa com novas coisas em alguns momentos, sabe? [...] A impressão é que as meninas da minha geração tem uma facilidade muito maior com estas questões de identidade de gênero do que as gerações antigas. Eu nunca vi as pessoas fechadas ao debate como um todo, mas dentro do movimento feminista existem posições também mais ortodoxas. E aí, pra ser mulher precisa de quê? Se ela tá dizendo que é mulher quem é a gente pra dizer que não (informação verbal)<sup>73</sup>.

Em um depoimento contrário às jovens que evidenciaram uma formação que se dá mais no terreno da prática, Chiquinha diz ter participado de vários momentos formativos, e inclusive informou que viajaria para participar de uma formação. Em contraponto particular à fala de Pagu, coloca que o diálogo entre as “senhoras feministas” e “jovens feministas” se estabelece sem conflitos geracionais, caracterizando-o como possibilidade de troca e retroalimentação do movimento. Acrescenta que as jovens também assumem o papel de protagonistas nas formações, destacando a horizontalidade do movimento e que todas são sujeitos da educação e se educam umas em relação às outras.

A nossa viagem pra Recife vai ser pra Jornada de formadoras de educação feminista e aí a gente já participou de várias formações obviamente, mas para a gente essa formação é importantíssima que é uma formação das feministas das antigas (risos) se a gente puder falar nesses termos para as feministas atuais e eu acho muito legal isso que a gente tem dentro do grupo, porque a gente tá em contato direto, a gente vai pra os encontros e não tem aquela coisa de aqui ficam as jovens feministas e aqui as senhoras feministas (gargalhadas) [...] O processo ele é bem horizontal. A gente vai pras (sic) viagens e a gente dá oficina pras (sic) senhoras feministas (risadas), pras

---

<sup>73</sup> (Pagu)

(sic) feministas das antigas. Porque eu vejo mais como uma troca de vivências. Não é no sentido “eu tenho mais tempo de feminismo e eu posso falar sobre isso e você não”, mas no sentido de “eu vivi determinada história e você pode ter vivido uma história que eu não vivi e a gente vai fazer essa troca (informação verbal)”<sup>74</sup>

Ana explica que a política de formação do seu grupo está em processo de construção por se tratar de uma organização feminista recém-criada.

[...] é um movimento muito novo, assim como a ANEL, a CSP-CONLUTAS, foi uma forma de reorganizar as mulheres. É uma organização muito nova...Aqui em Fortaleza teve uma plenária antes do encontro nacional pra definir a executiva estadual. Já tinha uma executiva estadual, mas ela foi renovada né e através da executiva estadual que se organiza todo o espaço de formação, plenárias, as assembleias...E essa executiva ela é muito importante para tá fortalecendo as companheiras (informação verbal)<sup>75</sup>

A reivindicação por reconhecimento, pautas e espaços específicos no interior do movimento feminista por parte da nova força política “jovens feministas”<sup>76</sup>, nos anos 2000, e a multiplicidade interseccionada de diferentes marcadores identitários trouxeram uma preocupação às estudiosas e militantes feministas, no sentido de que o processo de renovação da militância não seria suficiente para compreender essa sucessão geracional e a transmissão do ideário do movimento feminista, conforme abordamos no capítulo anterior.

Mesmo reconhecendo que há, na relação homem-mundo, diferentes formas de conhecer que se aperfeiçoam na reflexão crítica desta relação (FREIRE, 2006), o movimento feminista se caracteriza historicamente pela indissociabilidade da teoria e da prática na sua forma de ser. Enquanto sujeito político, o movimento feminista sempre teve um papel importante na formação e na construção de conhecimento, no empenho de transmitir, criar e ressignificar valores sociais para além das mulheres, provocando mudanças no conjunto das relações sociais (GOUVEIA, 2011).

---

<sup>74</sup> (Chiquinha)

<sup>75</sup> (Ana)

<sup>76</sup> Esclarecemos que quando usamos ao longo desse capítulo as expressões *jovens feministas*, *jovens mulheres* ou simplesmente *jovens*, empregamos para designar os sujeitos da pesquisa por sua condição juvenil. Quando termo *jovens feministas* estiver entre aspas ou em itálico, estamos fazendo referência aos coletivos que surgiram nos anos 2000, que reivindicam serem reconhecidas como segmento no movimento feminista. Atualmente, em Fortaleza, o antigo grupo que se reivindicava “Jovens Feministas” está desarticulado.

A sua ação política é subsidiada por um conjunto de conhecimentos produzidos no campo das Ciências Sociais, em especial, as teorias feministas, e no próprio movimento feminista por suas intelectuais<sup>77</sup> - que operam nos campos prático e teórico, simultaneamente. Esse conhecimento é mobilizado para estabelecer estratégias e táticas políticas para intervir de forma imediata na realidade e para contribuir com sua atividade no campo ideológico na disputa de uma certa leitura sobre a opressão, a exploração e a emancipação das mulheres.

O que parece, quando se analisa as falas das jovens feministas entrevistadas, é que embora não haja uma negação, rejeição ou menosprezo do conhecimento teórico, sobressai-se nos depoimentos que é a experiência prática que fornece conhecimento.

Também foi possível apreender que mesmo com o fato de todas as jovens entrevistadas possuírem ensino superior ou estarem na universidade, esse fator não é determinante para garantir a apropriação do ideário feminista. Apenas no depoimento de Lélia percebemos uma maior autonomia no processo de auto formação.

Não há dúvidas de que a vivência da dimensão prática se constitui como um dos espaços de formação. As reuniões, os atos públicos, ações de articulação política contribuem para a formação política da militância e são espaços ricos de transmissão de valores e princípios orientadores da prática feminista. Mas, a combinação com espaços e processos formativos estruturados e sistemáticos favorecem uma ação política mais consciente, transformadora e autotransformadora.

Gonçalves e Pinto (2011) assinalam que as jovens, ao se colocarem como força política por si só não é indicativo de que o movimento feminista “está sendo bem sucedido em sua ambição de continuidade”, pois é preciso construir mecanismos de “transmissão” de seu ideário – princípios, valores, metodologias, saberes. Nesse aspecto, o movimento precisa fortalecer o trabalho sistemático de formação política e socialização das jovens para que possa garantir a sucessão das gerações e a própria continuidade do movimento.

---

<sup>77</sup> Atribuimos ao termo *intelectuais* o mesmo sentido conferido por Antônio Gramsci. Por intelectuais compreendemos que se trata de uma massa humana especializada para a atividade intelectual, educativa, organizativa e dirigente que surge diretamente do movimento feministas e mantém contato permanente com a sua militância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação constituiu-se em uma tentativa de analisar permanências e rupturas na cultura política do movimento feminista de Fortaleza, na contemporaneidade. A preocupação de pesquisa adveio da constatação de que o respectivo movimento vem se modificando durante os últimos 30 anos, diante das novas demandas, enfrentamentos, conquistas e desafios em diferentes cenários em que insere o movimento feminista. Acrescenta-se ainda que o movimento feminista local passou por um processo de renovação em seus quadros políticos e que hoje apresenta a peculiaridade de ter uma maioria de jovens à frente das principais organizações feministas e como referências das mesmas. Por este motivo, tornaram-se as interlocutoras privilegiadas desta pesquisa.

Nesse sentido, de acordo com os propósitos do estudo buscou-se identificar as concepções de feminismo, os valores e princípios que subsidiam a prática política das jovens feministas, apreender como se realiza o processo de transmissão do legado político feminista entre as velhas e novas gerações e analisar a relação entre as pautas políticas atuais e as pautas políticas tradicionais do feminismo.

Em Fortaleza, na primeira década dos anos 2000, observou-se a entrada crescente de jovens no feminismo, o que deu início a um processo de renovação da militância feminista, visível nos espaços de organização das mulheres. O mergulho no campo empírico da pesquisa e as reflexões realizadas nesse estudo revelam, que há mais elementos que sinalizam para permanência na cultura política feminista, que propriamente elementos de ruptura. Assim, mesmo considerando que os dados obtidos mereceriam discussões mais aprofundadas, levanta-se os seguintes pontos:

- O feminismo é concebido como projeto de transformação das relações entre mulheres e homens na perspectiva de construção de relações sociais sem opressão e exploração econômicas, abrangendo uma proposta mais ampla de mudanças para a superação das diversas formas de discriminação e desigualdade social.

Esta tendência expressa-se de uma forma geral nos depoimentos das jovens depoimentos das jovens e mantêm o diálogo com seu legado político por continuar a expressar um projeto de mudança da situação de opressão das mulheres, em sintonia com um projeto de construção de uma ordem social igualitária, tornando

imprescindível a articulação entre projeto feminista e projeto societário na luta pela libertação das mulheres e pela igualdade substantiva. Dessa forma, a construção da igualdade entre mulheres e homens passa necessariamente pelo rompimento com os diversos aspectos da desigualdade e da discriminação social que se estruturam na sociedade capitalista. A perspectiva de feminismo definida pelas jovens o coloca como parte de uma proposta de mudança radical, anticapitalista e libertária e tem como referência a perspectiva adotada pelas organizações a que pertencem.

É importante destacar que o processo de tornar-se feminista ele não se dá imediatamente, mas acontece de forma processual. Pode-se constatar isso porque o movimento feminista não foi o primeiro espaço de socialização política das jovens entrevistadas. A entrada no movimento feminista não se deu de forma direta. Em suas falas, o movimento lésbico e o movimento estudantil foram as principais portas de entrada para o feminismo. Pode-se perceber que além dos movimentos supracitados, as jovens estão organizadas enquanto força feminista em partidos políticos e outros movimentos sociais, caracterizando-se como possibilidade de fazer circular a pauta feminista e estabelecer novos aliados políticos para suas causas.

- No que se refere aos princípios e valores que orientam a dinâmica do movimento, as práticas e as relações internas e externas ao movimento verificou-se que estão em vigência os que foram forjados no processo de constituição do feminismo brasileiro. As entrevistadas destacaram a horizontalidade e a igualdade como princípios relevantes para o movimento e destacaram valores como: o respeito, a liberdade e a solidariedade. Para as jovens, é necessária a articulação/vinculação entre a transformação pessoal e a transformação social, não há dissociação entre vida pública e vida privada, a transformação social requer mudança individual e nos modos de vida. Contudo, há dificuldades e contradições no exercício pessoal dessa transformação, que emergem no interior do movimento em forma de práticas e valores antagônicos ao campo de princípios e valores acima expostos e que compõe o projeto político feminista. Como afirmam algumas jovens, as contradições estão presentes nas relações pessoais internas, o que exige uma postura crítica permanente e estar atentas aos princípios e valores feministas, para exercitar a coerência entre vida pública e privada.

- Sobre as pautas políticas levantadas pelo movimento feminista, as jovens feministas dão destaque para o enfrentamento da violência contra a mulher, pela autonomia e controle sobre o próprio corpo, a luta por salários iguais e pelo desenvolvimento de políticas públicas específicas que contribuam para o rompimento das desigualdades entre mulheres e homens. Estas bandeiras históricas permanecem atuais para as novas gerações de feministas, o que nos chama a atenção para a permanência da desigualdade social, especialmente vivida pelas mulheres, à condição de subalternidade da mulher na sociedade e, se não há rompimento com o passado, do ponto de vista das pautas políticas, é justamente pela manutenção de contextos estruturais e conjunturais desfavoráveis às mulheres.

A violência contra a mulher permanece como uma das principais e mais desafiantes bandeiras para o feminismo, como exposto pela maioria das jovens. A legalização do aborto é outra pauta que mantém-se presente, principalmente mediante as tentativas de regressão de direitos, nos casos de aborto garantido em lei, em razão do avanço dos fundamentalismos de base religiosa no país. As jovens elegem a área da saúde como a política social em que houve mais retrocessos nos direitos das mulheres e, constataram que a baixa representação feminina na política se apresenta como um dos empecilhos para o avanço nos direitos, o que posiciona o movimento feminista em defesa da reforma política como uma de suas prioridades. As jovens destacaram ainda a sexualidade como debate fortalecido e ampliado por esta geração e o trabalho feminino, especificamente a desigualdade salarial, outra bandeira que permanece na pauta feminista na atualidade.

- Compreendendo que a transmissão do legado político constitui-se um dos pilares de sustentação e continuidade do movimento feminista, a entrada de novas participantes não é suficiente para garanti-lo. As jovens indicaram haver informalidade nos processos educativos de apropriação do ideário feminista, como principais mecanismos de formação das novas gerações, a exemplo da participação em reuniões e atos políticos. A formação no decorrer da ação política é importante, mas não suficiente, há necessidade de processos formativos/reflexivos sistemáticos, destacando a dimensão educativa do movimento feminista

Também ressaltam a existência de dificuldades nesse processo de transmissão do legado, em pelo menos três aspectos. O primeiro refere-se à escassez de publicações sobre a história do movimento feminista e da ausência de espaços

específicos para o repasse dessa história. O segundo, aponta para os conflitos geracionais, em razão de novas questões. E o último, trata da ausência e da recente estruturação de uma política voltada para a formação política de suas militantes.

Os resultados do processo investigativo indicam, portanto, que mesmo diante de aspectos que apontam para certos limites no processo de transmissão do legado feminista, existem mais elementos que apontam para as permanências da cultura política feminista, considerando que seus princípios, valores e visões de mundo forjados no processo de sua constituição estão presentes nas gerações atuais. A pesquisa aponta à necessidade de fortalecer a formação e socialização política, a partir de trabalho educativo sistemático para ampliar a capacidade de reflexão acerca do feminismo e os desafios à própria continuidade do movimento feminista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, Angelina Teixeira e SPÓSITO, Marília Pontes (orgs). **Revista Brasileira de Educação: Juventude e Contemporaneidade**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1997.

\_\_\_\_\_. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO (orgs). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Juventude: uma agenda nova no debate das políticas públicas**. Disponível em: <<http://feppj.files.wordpress.com/2007/12/helena.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013

ACANDA, Jorge L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. **Participação e organizações juvenis**. Coleção jovens e juventudes: contribuições. Recife. Projeto Redes e juventudes. 2003. Disponível em: <<http://www.cdvhs.org.br/sispub/cqibin/myPage.fcgi?idWebSite=1268&idSecao=3120&idNota=13797&infoAdicional=publicacao&pagOrigem=pagCapa&acao=mostrarMateria&iframe=1>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

ADEVE, Ana. **Memórias de um passado recente: I Encontro Nacional de Jovens Feministas**. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; SOUZA, Raquel. **Jovens feministas presente**. São Paulo: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009 Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/07383.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2012.

ADRIÃO, Karla Galvão; MÉLLO, Ricardo Pimentel. **As jovens feministas: sujeitos políticos que entrelaçam questões de gênero e geração**. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/133.%20as%20jovens%20feministas.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/133.%20as%20jovens%20feministas.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2012.

ALVAREZ, Sonia. Um outro mundo (também feminista) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Revistas Estudos Feministas**. Florianópolis, v.11, n.2. 2003 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2003000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200012)>. Acesso em 11 jan. 2013

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez e UNICAMP, 2003.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: **Revista Crítica Marxista**. Nº 11. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000

ÁVILA, Maria Betânia. Cadernos de Crítica Feminista, n. 0. Ano 1. Recife, SOS Corpo, 2007. Disponível em: <<http://www.soscorpo.org.br/home/entry/maria-betania-avila-radicalizacao-do-feminismo-radicalizacao-da-democracia.html>>. Acesso em: 26 nov. 2013

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. ÁVILA, Maria Betânia et al. In: **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, 2001.

BAUER, W. Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

BEZERRA, Teresa Cristina Esmeraldo. **O feminino e a política: encontros e desencontros**. Um estudo acerca da trajetória feminina nos partidos de esquerda. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Mimeo. 1992.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista**, São Paulo: Boitempo: USP, PPS, 2012.

BRASIL. **Declaração e Plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2012

BRASIL. **Secretaria Nacional de Juventude apresentará programas para gestores municipais**. Disponível em: <<http://www.emds.fnp.org.br/sala-de-imprensa/noticias/item/265-secretaria-nacional-de-juventude-apresentara-programas-para-gestores-municipais>>. Acesso em: 11 jan. 2014

BRASIL DE FATO. **Vídeo denuncia abusos durante as revistas femininas nas manifestações**. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/26854>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BRITO DA MOTTA, Alda e WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/02.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2013

BRITTO DA MOTTA, Alda. Revisitando o par relutante. In: ALVES, Ivia, *et al.* (Orgs). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/ NEIM, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CAMURÇA, Sylvia. “Nós mulheres” e nossa experiência comum. Cadernos de Crítica Feminista, n. 0. Ano 1. Recife, SOS Corpo, 2007. Disponível em: <[http://www.soscorpo.org.br/images/PDFs\\_do\\_blog/NosMulheres\\_e\\_nossaexperienciacomum\\_SilviaCamurca2007.pdf](http://www.soscorpo.org.br/images/PDFs_do_blog/NosMulheres_e_nossaexperienciacomum_SilviaCamurca2007.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2014

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HAVERVEY, David (Org) *et al.* **Occupy**: movimentos de protesto que ocuparam as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

CELIBERTI, Lilian. Jovens feministas, feministas jovens. In: PAPA, Fernanda de Carvalho e SOUZA, Raquel. **Jovens feministas presente**. São Paulo: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/07383.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2012.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção. **Revista Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285>>. Acesso em: 02 set. 2013

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Cláudia de Lima. **O sujeito do feminismo**: revisitando os debates. Cadernos Pagu, Campinas, UNICAMP, n.19, p. 59-90, 2002.

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. In: **Estudos feministas**. Santa Catarina, UFSC. V.21. n.1, 2013

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES / Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAYREL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de educação**. Set/out/nov/dez. 2003. Nº 24. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2013

DELPHY, Christine. Patriarcado (Teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise *et al* Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In. **Cadernos de Crítica Feminista**. SOS Corpo. Ano V, n. 4, dez. 2011.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Punições para os casos de violência contra a mulher mostram lentidão** Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1318127>>. Acesso em 10 dez. 2013.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. 1ª Ed. São Paulo, Xamã, 2000.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In. MOTA, Ana Elisabete (org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2ª. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **A ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

FALQUET, Jules. Hacia uma anatomia de las classes de sexo: Nicole-Claude Mathieu o la consciência de las/os oprimidas/os. In: GUILLAUMIN, Colette *et al.* **Tres feministas Materialistas**. Chile: Escaparate Ediciones, 2012.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista estudos Feministas**. Florianópolis, maio-agosto/ 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação**. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

GATTI, Bernadete A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber editora, 2005.

GODINHO, Tatau. Feminismo, prática política e luta social. In: **O feminismo é uma prática**: reflexões com mulheres jovens do PT. Org: PAPA, Fernanda e JORGE, Flávio. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05931.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2008. Coleção Questões da nossa época.

GONÇALVES, Eliane e PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, UNICAMP, n. 36, ANO.

GOUVEIA, Taciana. Antinomias e contradições: a dinâmica da institucionalidade. In: ÁVILA, Maria Betânia (org). **Textos e imagens do feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife, SOS Corpo, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROPPO, Luís Antônio. A juventude como categoria social. In: **Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000. p. 7-27.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 4ª Ed. Porto Alegre, L e PM Editores, 1983.

\_\_\_\_\_. Juventude e modernidade. In: **Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000, p. 29-55.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Tradução de Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003. 445 p.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, UNICAMP, n.5, p. 07-41, 1995.

HIRATA, H. S. **Divisão sexual do trabalho**: novas tendências e problemas atuais. Gênero no mundo do trabalho. I Encontro de Intercâmbio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Brasília: CIDA: 2000.

\_\_\_\_\_. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafio para as políticas públicas. Org. Marli Emílio et al. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

\_\_\_\_\_ e ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafio para as políticas públicas. Org. Marli Emílio et al. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**: O breve século XX-1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

JARDIM, Danielle. Retratos da precarização: reflexões sobre o trabalho feminino no capitalismo contemporâneo. In: **Revista Feminista**. Ano III, nº9, Dez. 2011. Socialismo e Liberdade. Fundação Lauro Campos, 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, W. Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al* (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009

KRISCHKE, Paulo J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO (orgs). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 323-349.

LEVI, Giovanni e SCMITT, Jean Claude (orgs). Introdução. In: **História dos Jovens**. Da antiguidade à Era Moderna. Vol I. Trad.br. Cláudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOPES, Lorena da Silva; AZEVEDO, Renata Custódio de; FROTA, Maria Helena de. “Há mais mulheres pobres que homens pobres?” Reflexões sobre pobreza e gênero na América Latina. In: **O público e o privado**. Fortaleza: UECE. Semestral. Conteúdo: ano 4, n. 8, Julho/dezembro, 2006.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 12ª ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

LOWY, Michael. Negatividade e utopia do movimento altermundialista. **Revista Lutas sociais**. São Paulo, PUCSP, 2008.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo, 1978. Temas de Ciências humanas.

MARTINS, Carolina. **A cada 12 segundos uma mulher sofre violência no Brasil, informa Secretaria de Políticas para Mulheres**. R7 Notícias. Brasília, 1 ago. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/a-cada-12-segundos-uma-mulher-sofre-violencia-no-brasil-informa-secretaria-de-politicas-para-mulheres-02082013>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

MAYORGA, Claudia *et al*. **As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política sexual**. In: Estudos feministas, Santa Catarina, UFSC. V.21. n.1, 2013

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

MARIANO, Silvana A. e CARLOTO, Cássia Maria. **Gênero e combate à pobreza: programa bolsa-família**. Estudos Feministas, Florianópolis, setembro-dezembro, 2009.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. In: PERALVA, Angelina Teixeira e SPÓSITO, Marília Pontes (orgs). Revista Brasileira de Educação:

*Juventude e Contemporaneidade*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1997.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MISCHE, Ann. **Redes de jovens**. In: Teoria e Debate nº 31. São Paulo, 1996. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/redes-de-jovens>. Acesso em: 13 nov. 2012

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Mulheres em movimento**: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política. São Paulo: Nobel, 1985.

MORENO, Gilberto Geribola. **Velhos e jovens líderes da periferia de São Paulo**. Disponível em: [http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=194&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=194&Itemid=171)>. Acesso em: 13 nov. 2012

MORIN, Edgar. A crise juvenil: da subcultura adolescente à revolução cultural. In: **Cultura de massas no século XX**: necrose [1975]. Trad.br. Agenor Soares Santos. Vol II. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

MOTA, Ana Elisabete. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elisabete (org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2ª. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

O POVO. **Rotatividade e desempregados entre jovens**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/colunas/opovoeconomia/2013/08/27/notopovoeconomia,3117900/rotatividade-e-desempregados-entre-jovens.shtml>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

O POVO. **Ceará tem aumento de 11,41% nos casos de estupros**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2013/11/04/noticiafortaleza,3158001/ceara-tem-aumento-de-11-41-nos-casos-de-estupros.shtml>>. Acesso em 10 fev. 2013.

O POVO. **Para 4 a cada 10 jovens, roupas insinuantes justificam violência sexual**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/brasil/2013/11/29/noticiasbrasil3170148/para-4-a-cada-10-jovens-roupas-insinuantes-justificam-violencia-sexual.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

PAPA, Fernanda e JORGE, Flavio (orgs). **O feminismo é uma prática**: reflexões com mulheres jovens do PT. São Paulo :Fundação Friedrich Ebert, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA e BRUSCHINI. (org). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira (Orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

RAGO, Margareth. **Adeus ao feminismo?** Feminismo e pós-modernidades no Brasil. Cadernos AEL, 1995/1996 Disponível em: < <http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-aelpublicacoes/cad-cad-3/Artigo-1-p11.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa-Família. In: BOSQUETTI, Ivanete *et al* (Org.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução: Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Corrêa. SOS Corpo, Recife, 1993.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, Patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálisis**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan. /jun. 2010.

SARDENBERG, Cecília; ALCÂNTARA, Alice. **Feminismo, feministas e movimentos sociais**. Recife: Coordenadoria de Estudos da Mulher. Fundação Joaquim Nabuco. Instituto de Pesquisas Sociais, 1999.

SARTI, Cynthia A. Feminismos e contexto: lições do caso brasileiro. In: **Cadernos Pagu**, n.16, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. New York, Columbia University Press. 1989. Acesso em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso: 02 abr. 2012

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**. 1994. Disponível em: <<file:///D:/Downloads/16089-49504-1-PB.PDF>> Acesso em: 18 dez. 2012

SOUSA, Janice T. P. de. Apresentação do dossiê. A sociedade vista pelas gerações. Política e Sociedade. **Revista de Sociologia Política**. V. 5. Nº 8. Cidade Futura. Florianópolis, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Vol. 1. Marília Pontes Sposito, Coordenação. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

TRIBUNA DO CEARÁ. **Três em cada quatro desempregados na Grande Fortaleza são negros**. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/tres-em-cada-quatro-desempregados-na-grande-fortaleza-sao-negros/>>. Acesso em 10 dez. 2013

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações em Karl Mannheim: perspectivas para a análise das relações entre educação e trabalho**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922010000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922010000200004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 05 dez. 2012

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

ZANETTI, Julia Paiva. **Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais**. Cadernos Pagu, Campinas, UNICAMP, n. 36, ANO.

## ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
PERNAMBUCO CENTRO DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** A cultura política do movimento feminista de Fortaleza-CE: entre permanências e rupturas **Pesquisador:** Roberta Menezes Sousa **Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 20646013.0.0000.5208

**Instituição Proponente:** CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS **Patrocinador**

**Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 413.479

**Data da Relatoria:** 02/10/2013

**Apresentação do Projeto:**

O presente projeto de pesquisa visa subsidiar a elaboração de Dissertação de Mestrado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE em Recife/PE. A Mestranda Roberta Menezes Sousa tem como Orientadora a Profa.Dra. Mônica Costa Rodrigues. A pesquisa é de natureza qualitativa, e pretende analisar a cultura política do movimento feminista na contemporaneidade, verificando suas sequências e rupturas em relação aos seus objetivos iniciais. Para obter os resultados, a pesquisadora pretende entrevistar, no Estado do Ceará(Fortaleza), 10 jovens mulheres que participaram de movimentos feministas entre os anos 2000-2010. A hipótese que a mestranda se propõe demonstrar é a suposição de que ao mesmo tempo em que as novas gerações trazem inovações para as práticas políticas, a cultura política do movimento feminista, em seu ideário, visão de mundo, lutas, bandeiras mantém-se preservado.

**Objetivo da Pesquisa:**

Com a pesquisa, a mestranda pretende problematizar a relação da cultura política do movimento feminista na contemporaneidade, mostrando as suas permanências e suas rupturas no decorrer de sua história.



Continuação do Parecer: 413.479

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os únicos riscos para as participantes voluntárias da pesquisa poderão ser certo cansaço e irritabilidade durante as entrevistas, por causa da quantidade de perguntas a que serão submetidas. Os benefícios serão a produção de conhecimentos para os movimentos sociais e, em especial, para o Serviço Social.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa, certamente, poderá embasar a elaboração da dissertação da mestranda, com proveito.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos da apresentação estão completos.

**Recomendações:**

Nenhuma

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Nenhuma pendência.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Colegiado aprova o parecer do protocolo em questão e o pesquisador está autorizado para iniciar a coleta de dados.

Projeto foi avaliado e sua APROVAÇÃO definitiva será dada, após a entrega do relatório final, na PLATAFORMA BRASIL, através de Notificação e, após apreciação, será emitido Parecer Consubstanciado.

RECIFE, 02 de Outubro de 2013

---

**Assinado por:**  
**GERALDO BOSCO LINDOSO COUTO**  
**(Coordenador)**

<b>Endereço:</b>	Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS		
<b>Bairro:</b>	Cidade Universitária	<b>CEP:</b>	50.740-600
<b>UF:</b>	PE	<b>Município:</b>	RECIFE
<b>Telefone:</b>	(81)2126-8588	<b>Fax:</b>	(81)2126-8588
		<b>E-mail:</b>	cepccs@ufpe.br

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade:

Ocupação:

Estado Civil:

Orientação sexual:

Raça:

Grupo feminista ao qual está vinculada:

Tempo de militância no movimento feminista:

Participa de outra organização político-cultural?

1. Por quais razões/ motivações ingressou no movimento feminista?
2. Como se deu a aproximação com o movimento feminista?
3. Fale um pouco sobre o seu grupo.
4. O que é o feminismo?
5. Quais são os valores e princípios defendidos pelo movimento feminista, que você poderia de destacar?
6. Existe um processo de transmissão do legado político feminista entre as gerações antigas e a nova geração?
7. Como se dá o processo de transmissão do legado feminista?
8. Quais as pautas que estão na agenda feminista hoje?
9. Quais as pautas que considera como principais?
10. Há uma relação entre as pautas tradicionais e as pautas atuais? São as mesmas? O que você considera que se renovou?
11. Quais os avanços e retrocessos referentes aos direitos das mulheres na sociedade brasileira?
12. Quais os desafios postos ao movimento feminista hoje?
13. Qual a contribuição das jovens feministas para o movimento?